



UFAM

Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-graduação em História
Mestrado em História

Kleber Barbosa de Moura

CAIXEIROS: ORGANIZAÇÃO E VIVÊNCIAS EM MANAUS (1906-1929)

Manaus

2013

Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-graduação em História
Mestrado em História

Kleber Barbosa de Moura

CAIXEIROS: ORGANIZAÇÃO E VIVÊNCIAS EM MANAUS (1906-1929)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como exigência para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Alves de Mello

Manaus

2013

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Moura, Kleber Barbosa de.

M919c Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929) / Kleber
Barbosa de Moura - Manaus, 2013.

145f. il. color.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do
Amazonas.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Alves de Mello

1. Caixeiros 2. Comerciante 3. Vendedor I. Mello, Márcia Eliane
Alves de (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 1997 558.85:908 (811.3) (043.3)

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Alves de Souza e Mello - UFAM

Presidente

Prof.^a Dr.^a Márcia Sueli Amantino – UNIVERSO/Rio de Janeiro (titular)

Membro

Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa - UFAM

Membro

Dissertação aprovada em: 27/02/2014

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo resgatar à historicidade uma categoria de trabalhadores que atuou de forma marcante em Manaus nas primeiras décadas do século XX: os caixeiros. Eles atuavam nos vários ramos comerciais durante o período da economia da borracha, seja como balconistas, contabilistas ou despachantes. O estudo de sua trajetória é essencial para a história dos trabalhadores que viveram sua experiência em meio à exploração e crise econômica que caracterizou o período. O estudo que propomos pretende ainda resgatar as opções desses trabalhadores, mostrando assim que eles foram sujeitos de sua própria história.

Palavras-chave: Caixeiros, História, trabalhadores.

ABSTRACT

The current work aims to bring up the history of a labor category that acted remarkably in Manaus at the early decades of the 20th's, the salespersons. They acted on the varied selling branches during the rubber economy period, whether as desk clerks, accountants or dispatchers. Their trajectory study is essential for the labors history that lived their experience amidst the exploitation and economical crisis that characterized the period. The study we propose aims still to bring up these labors options, thus showing they were subjects of their own history.

Keywords: Salespersons, History, labors.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos às seguintes instituições e pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a materialização do presente trabalho:

Programa de Pós-graduação do Mestrado do Departamento de História da UFAM, pelas disciplinas oferecidas.

Agência de fomento FAPEAM, pela bolsa de estudo ao longo da trajetória acadêmica.

Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), pela licença das atividades docentes.

Associação Comercial do Amazonas (ACA), Centro Cultural Povos da Amazônia e Museu Amazônico, por dispor dos seus arquivos para análise.

Sindicato dos Empregados no Comércio de Manaus, pela contribuição na parte documental.

Dona Glória, da Biblioteca Pública, pela dedicação e zelo naquela instituição.

Os seguintes professores do Departamento de História:

Professora Dra. Márcia Eliane Alves de Souza Mello, por sua valiosa orientação e enriquecimento através de suas pesquisas e orientações nas leituras dos dados que deram corpo ao trabalho.

Professor Dr. Hideraldo Lima da Costa, pela orientação desde o projeto do Curso de Especialização e sua orientação inicial no mestrado, que deu origem ao presente trabalho.

Professores Drs. Nelson Tomelin, Eloína Monteiro e Patrícia Sampaio, cujos apontamentos nas discussões em sala alargaram meu referencial teórico e reflexões de pesquisa.

Os seguintes familiares e amigos:

Minha amada esposa Silvia (bruxinha), pelo incentivo nas horas de angústia.

Helena Mourão, amiga docente que me convenceu a entrar no Programa de Pós-graduação em mestrado.

Lista de Tabelas

Tabela I: população de Manaus (1900-1912)	27.
Tabela II: obituário por nacionalidade e naturalidade em Manaus entre 1904 e 1907	28.
Tabela III: Quadro social da AECA entre 1906 e 1926	108.
Tabela IV: Movimento social da AECA em 1926	109.

Lista de Quadros

Quadro I: diretoria da AECA de 1907 a 1918	50.
Quadro II: diretoria da AECA de 1921 a 1931	52.
Quadro III: movimento de sócios entre 1906 e 1929	70.
Quadro IV: despesas da AECA em 1909	72.

Lista de figuras

Figura 1: Antiga sede da Associação Comercial do Amazonas	34.
Figura 2: Antigo prédio da AECA, Rua Barroso nº 28	36.
Figura 3: Sede social da AECA, Av. Eduardo Ribeiro nº 15	47.
Figura 4: Antigo prédio da Escola de Comércio Lopes Gonçalves, Rua 10 de julho	48.

SUMÁRIO

Resumo	05
Abstract	06
Agradecimentos	07
Lista de Tabelas, Quadros e Figuras	08
Considerações iniciais	10
Capítulo I:	
Os caixeiros e a cidade	22
1.1. Reordenamento urbano, economia e população: breve contextualização	22
1.2. Comércio e a organização identitária dos caixeiros: uma voz na multidão	32
1.3. Caixeiros na imprensa dos trabalhadores: discursos e ideologias	54
Capítulo II:	
Criando e improvisando experiências: conflitos internos e relações de poder	67
2.1 – Entre aspirações e cotidianos	67
2.2 – Conflitos e representações	83
Capítulo III:	
Vivendo e resistindo no mundo do trabalho	101
3.1. Doutrinação, trabalho e lazer	101
3.2– Crise, reivindicações e resistência	115
Considerações finais	134
Fontes	137
Referências bibliográficas	140

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história dos trabalhadores constitui um viés através do qual as sociedades atuais podem acessar seu passado histórico para compreender sua formação e seus mecanismos de funcionamento. Tal perspectiva é possível graças ao alargamento do campo da História, que inovou seus métodos de pesquisa e análise dos objetos através da Nova História. Essa tendência historiográfica permitiu o aprofundamento das experiências dos sujeitos a partir de suas vivências cotidianas, incluindo seus aspectos culturais, sociais e políticos.

Nessa perspectiva, uma das dimensões que sofisticam o entendimento da experiência dos sujeitos reside no estudo do mundo do trabalho. Assim, a história dos trabalhadores resgata para o presente não somente as nuances das relações de produção, como também as formas como os sujeitos produzem e reagem ao sistema produtivo, sendo que esta reação está vinculada às suas aspirações profissionais ligadas aos aspectos culturais e sociais. À luz desse alargamento, conceitos como o de classe, por exemplo, ganham novos significados na medida em que os estudos das experiências dos sujeitos englobam suas vivências como pessoas reais, e não como produtores desprovidos de sua importância profissional e social.

Os caixeiros, enquanto categoria estava inserida no conjunto da classe de trabalhadores que se organizavam para articularem seus objetivos e estratégias de atuação no mundo do trabalho. No entanto, deve-se relativizar o conceito de classe, pois o termo não se aplica a todas as épocas históricas. Para compreendermos seu uso conceitual e de que forma os caixeiros se enquadravam nele, é necessário entendermos historicamente o debate em torno do conceito de classe. Dois modelos explicativos nos ajudarão a termos uma ideia clara: a perspectiva estruturalista e a perspectiva cultural.

A perspectiva estruturalista tem como um de seus expoentes Nicos Poulantzas. Segundo este autor, a classe é definida como os efeitos das estruturas em seus variados níveis (econômico, político e ideológico). Esses efeitos incidem sobre os agentes que compõem os níveis da estrutura (trabalhadores e capitalistas). Poulantzas parte do pressuposto de Karl Marx de que as classes sociais são frutos do efeito global

das estruturas no domínio das relações sociais, que são distribuídas na sociedade de classes de acordo com os agentes sociais¹.

De acordo ainda com essa perspectiva, o estudo da classe não é uma “coisa empírica”: o conceito é prático, evidência dos efeitos das estruturas globais e da formação social. As lutas de classe seriam o resultado prático dos efeitos dos níveis econômico, político e ideológico. Contudo, a classe não é constituída unicamente a partir da interação entre as relações sociais e estrutura, como se a classe surgisse de forma mecânica. Ela se torna força social na medida em que as relações de produção se refletem sobre outros níveis de forma dinâmica. O caráter desses níveis depende da conjuntura concreta de uma situação histórica concreta. A diferenciação de níveis no plano econômico, político e ideológico permite a existência de várias categorias através dos quais se podem identificar os efeitos políticos da classe.

Por outro lado, as estruturas definem, em todos os níveis, as relações fundamentais de dominação e subordinação das classes enquanto prática. E essas práticas só são compreendidas no campo da luta de classes.² Portanto, nessa perspectiva a classe é definida como o resultado concreto das articulações entre os diversos níveis estruturais, cujos efeitos desembocam na forma como os agentes (trabalhadores e capitalistas) se organizam. É ainda historicamente construído, pois é dinâmico, embora atrelado às determinações estruturais.

A outra perspectiva analisa a classe pelo viés cultural ou da perspectiva da experiência dos sujeitos. Leva em conta as ações dos indivíduos através das relações sociais, culturais e econômicas. Essa visão é compartilhada por historiadores como Eric Hobsbawm e Christopher Hill, que deram um enfoque mais voltado para a subjetividade do sujeito do que para as estruturas, embora estas últimas não sejam descartadas. Um dos defensores deste posicionamento e que teve grande influência sobre o tema é Edward Palmer Thompson, que afirmou que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”³.

Segundo essa perspectiva, a classe é uma categoria histórica oriunda da observação social ao longo do tempo, que leva em conta a luta de classes, pois é no processo de luta que a classe se define. Segundo Thompson, a classe não é somente

¹ POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Francisco Silva (trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 61-62.

² POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**, 1997, p. 65.

³ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A Árvore da Liberdade, vol. 01. 6ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p.12.

uma categoria analítica, é um fato real, concreto e dinâmico, construído historicamente, pois é empiricamente observável na realidade. A experiência de classe está vinculada em grande medida ao meio de produção na qual os homens partilham suas vivências e se articulam de acordo com seus interesses em comum. A consciência de classe é o resultado das experiências dos sujeitos, materializadas nas formas culturais e institucionais e nunca é determinada, pois ocorre em lugares e tempos diferentes⁴.

Porém, em Thompson o uso do conceito de classe como evidência histórica deve ser relativizado: para as sociedades pré-industriais, a classe é apenas uma construção analítica que dá sentido a um conjunto de dados que não podem ser explicados de outro modo. No capitalismo pós-industrial, o conceito torna-se mais evidente ou “maduro”, por ser mais consciente e historicamente compreendido. Torna-se mais eficaz na medida em que é oriundo de uma realidade experimentada. Para Thompson, é essencial que a classe se descubra a si mesma, pois ela está presente em seu próprio “fazer-se”. É constituída pela ação dos sujeitos dentro dos condicionamentos históricos e sociais. A esse respeito, Thompson afirmava que:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas⁵.

Nas palavras do autor acima, a formação da classe reside no campo das relações humanas, portanto é no nível das interações sociais que se pode apreender a experiência dos sujeitos. Entendemos que estudar essas experiências para se compreender a formação da classe e das categorias específicas dos trabalhadores é essencial para se recuperar a trajetória dos sujeitos na trama da História. Não seguir este caminho implica em despolitizar o conteúdo subjetivo das falas dos sujeitos que dão sentido à sua existência histórica, pois de acordo com Eduardo Silva,

A grande maioria dos trabalhos fala da participação popular apenas nos momentos das explosões periódicas (as revoltas populares) ou através dos movimentos organizados (associações políticas, de trabalhadores, de moradores, etc.) (...) os setores populares, como um todo, massa pacífica e despolitizada, permanecem longe dos olhares curiosos, no quarto escuro da história, onde os poucos papéis se perdem por falta de luz, os

⁴ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, 2011, p. 10.

⁵ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, 2011, p. 09-10.

discursos são inaudíveis, e o historiador, fora do seu ambiente, a custo respira⁶.

No encaixo dos autores citados, percebemos que a recuperação da experiência dos sujeitos históricos requer uma ampla inserção na sua vida social e cotidiana, recuperando assim suas aspirações e tensões que não se explicam unicamente pelo viés das “explosões periódicas”.

Dentro dessa perspectiva da experiência dos sujeitos descrita acima, o presente trabalho tem como objetivo trazer à luz da História uma categoria de trabalhadores que atuou em Manaus de forma marcante nas duas primeiras décadas do século XX: os caixeiros, como eram chamados os trabalhadores do comércio naquele período. Ao nos debruçarmos sobre o estudo da experiência dessa categoria no âmbito local, verificamos que a historiografia nacional tem dado certa visibilidade a esses trabalhadores no Brasil como sujeitos participantes das transformações sociais e econômicas, principalmente nos momentos de transição e redefinição que caracterizaram o início da República. A pesquisadora Fabiane Popinigris, por exemplo, analisou os caixeiros no Rio de Janeiro já a partir da segunda metade do século XIX até a primeira década do século XX, tomando como base empírica a própria experiências desses trabalhadores à luz de uma história social e comparativa⁷.

Sua análise indicou que esses trabalhadores eram parte do proletariado urbano e que se diferenciavam dos outros trabalhadores por sua vocação de ascensão social e profissional. Segundo a autora, os caixeiros não se viam como operários e procuravam se diferenciar destes últimos através da vestimenta e da aproximação com os setores burgueses. Outra contribuição que seu trabalho traz para a história dos caixeiros reside no fato de que eles não eram submissos totalmente aos patrões e muito menos viviam mergulhados no mundo dos seus superiores, como se vivessem socialmente a realidade de seus patrões na condição de subordinados.

Acompanhando esse momento de mudanças que ocorria em todo o Brasil, Mário Augusto da Silva Santos também analisou os caixeiros de Salvador.⁸ Suas análises partem do princípio de que os caixeiros eram um grupo ocupacional que atuava no comércio de acordo com sua composição e condição. A partir daí, o autor analisa a

⁶ SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 27.

⁷ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**. Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). São Paulo: Editora UNICAMP, 2007.

⁸ SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890 – 1930)**. Salvador: EDUFBA, Coleção Nordeste, 2009.

relação patrão-empregado para então compreender o grau de autonomia dos caixeiros em relação aos patrões e as consequências em face dessa realidade. Partindo de uma perspectiva de classe social, Santos tenta enquadrar os caixeiros dentro de uma problemática: o caráter de seu comportamento diante das forças conservadoras e renovadoras em Salvador na época.

Outro exemplo da visibilidade dos caixeiros na historiografia recente é o “caso” de Maceió, analisado por Osvaldo Maciel.⁹ O pesquisador analisa o mutualismo caixeiral em Maceió desde sua origem em 1879 até 1917. Sua perspectiva de análise parte da formação das sociedades mutuais para se compreender a trajetória política e social dos caixeiros, levando em conta o perfil ideológico das mutuais fundadas por esse seguimento, além dos projetos de educação formal e cultura letrada inerentes ao projeto social desses trabalhadores.

Para nossos propósitos, alguns pontos em comuns foram observados nessa historiografia mais geral que trata do tema e que confirmaram algumas hipóteses elencadas em nossas pesquisas. Os dados nos permitiram concluir que os caixeiros de Manaus eram uma categoria de trabalhadores urbanos do ramo comercial que eram explorados e defendiam seus interesses através de mecanismos diferenciados dos operários (greves, etc.). Dentre os pontos que unificavam essa categoria com seus pares a nível local, está o fato de que os caixeiros de Manaus possuíam ideais de ascensão profissional através da educação formal e profissional, além do diálogo com os patrões como estratégia política e profissional. O ideal de ascensão profissional, como veremos, residia na possibilidade de o caixeiro tornar-se um dia patrão. O caminho até o patronato perpassava pela educação formal e profissional. Ganhar a confiança e o prestígio do patrão era fundamental para se tornar coparticipante dos lucros da casa comercial e um dia ter seu próprio estabelecimento comercial. Era uma ponte entre a profissão de caixeiro e o patronato.

As pesquisas, porém, impuseram alguns limites em relação ao grau de acessibilidade desses ideais por parte dos caixeiros: organizaram-se através da criação da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA) em 1906, uma associação mutualista classista que unia os caixeiros em prol de uma identidade. As pesquisas mostraram a existência de muitas curvas na trajetória dessa associação,

⁹ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros**. O mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 – 1917). UFPE, Recife: Editora Universitária, Coleção Teses e Dissertações (17), 2011.

como por exemplo, os diferentes graus de associabilidade e as rupturas em sua diretoria.

Tal fato algumas vezes colocava a associação em posição de desprestígio perante os caixeiros e ameaçava a unidade da categoria, porém não encontramos vestígios de outra associação de caixeiros contemporânea à AECA ou como resultante dos embates internos, como ocorrera no Rio de Janeiro e Maceió. Esta é uma particularidade de Manaus. Em novembro de 1995 houve um incêndio na antiga sede da Associação dos Empregados no comércio do Amazonas situada à Rua Luiz Antony, em que grande parte da documentação dos comerciários foi perdida. Apesar dessa perda, tivemos acesso aos relatórios da diretoria relativos aos anos de 1907 a 1929 existentes no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro¹⁰. Além dessa documentação, tivemos acesso ao jornal *Tribuna do Caixeiro*, com 55 números publicados entre 1908 e 1909 de forma não contínua. Este acervo encontra-se no IGHA e no Museu Amazônico, sendo que neste último os exemplares do jornal encontram-se em melhor estado.

Além dessas fontes, procuramos rastrear outras falas não advindas diretamente dos caixeiros, mas que se referiam a eles e que pudessem dar mais visibilidade à sua trajetória, como a voz da imprensa através dos jornais *A Notícia*, *Correio do Norte* e *Jornal do Comércio*. Analisamos ainda outros documentos que lançaram luz direta e indireta sobre esses trabalhadores, como a *Prestação de Contas da Superintendência de Manaus de 1911 a 1916*, a *Revista da Associação dos Comerciantes do Amazonas (ACA) de 1909* e os relatórios da *Associação dos Comerciantes Retalhistas do Amazonas (ACR) de 1910 a 1917*, sendo que no IGHA esses relatórios não estavam sequenciados, prejudicando assim a comparação de dados. Procuramos o atual *Sindicato dos Empregados no Comércio de Manaus* em busca de mais pistas documentais, sendo que obtivemos uma cópia do rascunho da proposta de reforma do *Estatuto da AECA de 1909*, fato que muito contribuiu para fundamentar nossas análises.

Buscamos também suporte na historiografia regional que trabalha o período abordado, com destaque para os trabalhos de Edinea Mascarenhas Dias e Francisca

¹⁰ Agradeço à pesquisadora Ana Lúcia Vieira pela gentileza e disposição em transcrever alguns dados dos primeiros relatórios da AECA existentes na Biblioteca Nacional, importantes para o desfecho desta dissertação.

Deusa Sena da Costa,¹¹ que muito contribuíram para nosso entendimento acerca das transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas em Manaus durante o início do século XX. Elegemos o corte cronológico para o estudo dos caixeiros começando em 1906, ano da fundação da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e conseqüentemente o início de sua visibilidade identitária no cenário político e social de Manaus no início do século XX.

As fontes pesquisadas nos levaram até o ano de 1929, devido à inexistência de relatórios concernentes à categoria e que pudessem nos fornecer dados concretos que nos permitissem ir além desse ano. Contudo, observando um rascunho do estatuto de 1939, percebemos que a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas transformou-se em Sindicato dos Empregados no Comercio de Manaus se adaptando ao regime sindical instituído pelo Decreto Lei n. 1402, de 5 de julho de 1939, concluindo assim nossa análise.

Infelizmente, as demandas, limitações temporais e escassez de fontes mais detalhadas por conta do incêndio não permitiram uma amplitude maior no rastreamento dos caixeiros. No entanto, acreditamos que os dados levantados nos permitem recuperar a trajetória dos caixeiros no sentido de colocá-los em evidência no cenário da história social dos trabalhadores de Manaus, pois:

O pesquisador, preocupado em recuperar a experiência desses agentes, vai procurar os vestígios que a evidenciam. Essas evidências, sempre incompletas e imperfeitas, têm determinadas propriedades que o pesquisador deverá levar em conta, fazendo-lhes perguntas adequadas à experiência analisada e à experiência do analista¹².

Dessa forma, de acordo com as possibilidades analíticas extraídas das fontes disponíveis, propomos dividir a história dos caixeiros da seguinte forma: o capítulo I tem como tema central “Os caixeiros e a cidade”, dividido em três subtítulos: “Reordenamento urbano, economia e população: breve contextualização”; “comércio e organização identitária dos caixeiros: uma voz na multidão” e “caixeiros na imprensa dos trabalhadores: discursos e ideologias”. O primeiro subtítulo trata de uma breve descrição

¹¹ COSTA, Francisca Deusa Sena. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890 – 1915)** – Dissertação de mestrado, PUC, São Paulo, 1997; DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto (1890-1920)**. 2ª Edição, Manaus: Valer, 2007.

¹² VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et ali.. **A pesquisa em História**. 4ª edição (Princípios), São Paulo: Ática, 2000, p. 27.

das transformações ocorridas em Manaus a partir da segunda metade do século XIX, desembocando na virada para o século XX.

Elegemos uma linha de raciocínio que visualiza as transformações urbanas, arquitetônicas e econômicas, cuja combinação nos ajuda a compreender historicamente as transformações mais profundas que ocorreram no início do século XX. Ancoramos nossa análise em autores clássicos como Caio prado Júnior e Roberto Santos para compreendermos o contexto nacional e os setores produtivos da economia local até o momento do predomínio da borracha, ancorados ainda por autores como Barbara Weinstein, Eric Hobsbawm, Edinea Mascarenhas Dias e Otoni Mesquita. Este último nos ajuda a situarmos nosso tema no contexto das transformações urbanas e arquitetônicas.

O segundo subtítulo trata das alterações mais profundas ocorridas na cidade no contexto do predomínio da economia da borracha. Naquele momento a cidade de Manaus vivenciava mudanças significativas na sociedade, na estrutura física e espacial e na política, como reflexo dos investimentos oriundos dos lucros da borracha. Nesse contexto de expansão, a cidade sofreu um aumento vertiginoso de sua população e dos setores de serviços ligados ao comércio. Os trabalhadores que vieram atraídos pela oferta de serviços eram de origens diversas e se organizaram em associações ou partidos para defenderem seus direitos contra a exploração. Nesse sentido, tentaremos compor o perfil dos caixeiros a partir da diversificação dos setores do comércio e o surgimento de sua associação mutualista como uma voz na multidão de trabalhadores.

Quanto à origem dos caixeiros, veremos que há uma forte tendência em incluí-los entre a maioria dos portugueses que vieram à Amazônia e à Manaus, seja por motivos que remontam ao período colonial ou pelas redes de solidariedades muito comuns entre eles. Este fato não exclui a possibilidade de terem existido caixeiros de origem nordestina e de outras nacionalidades, como espanhóis, italianos, franceses, minorias de turcos, etc. A documentação que dá suporte à tendência de origem lusa reside nos relatórios e do jornal da AECA, contudo, nos valem ainda do cruzamento de outras fontes que nos permitiram uma visão mais apurada do perfil populacional da cidade, como por exemplo, o anuário estatístico do Brasil de 1908 a 1912 que demonstra o crescimento da população de Manaus no período pesquisado.

Buscamos também suporte nos apontamentos levantados pela historiografia regional que trata da vinda de imigrantes para a Amazônia no final do século XIX, o que nos leva a analisarmos o número de caixeiros. Embora não haja um levantamento específico da quantidade dos caixeiros que viveram em Manaus do início do século XX

até 1928, alguns dados comparativos nos permitem termos uma ideia de sua quantidade. De acordo com o anuário estatístico de 1912, a população de Manaus em 1900 era de 61.211, saltando para 80.093 habitantes em 1912, sendo que em 1906 (ano da fundação da AECA), a cidade possuía em torno de 70 mil habitantes.¹³ A historiografia local aponta um total de aproximadamente 75.704 habitantes em 1920¹⁴.

Em comparação com a quantidade de caixeiros, dados oriundos da imprensa local indicam números que ultrapassavam os três mil caixeiros em 1921.¹⁵ Já os dados obtidos dos relatórios da AECA apresentam cifras esparsas que devem ser relativizadas devido à entrada e saída de membros registrados a cada ano. Somente no relatório da diretoria da AECA de 1927, podemos perceber um balanço mais completo, que aponta um total de 2.851 caixeiros desde 1906 a 1927. Guardadas as devidas proporções em termos de fidelidade das cifras do órgão, quando esse total é comparado com as cifras apresentadas pelas fontes anteriores, podemos inferir que a presença de caixeiros era significativa, se não em termos numéricos, pelo dinamismo que esse grupo proporcionava na manutenção da atividade comercial. Isso se levamos em conta também que a área central era o *locus* do comércio citadino e, portanto, abrigava a maioria desses trabalhadores, apesar dos entraves oriundos da crise econômica.

Os caixeiros eram trabalhadores do comércio que atuavam nas diversas áreas, como balconistas, escriturários, administrativos, guarda-livros e estoquistas. O termo “caixeiro” originou-se da palavra “caixa”, aquele que era encarregado do caixa de uma loja. Era também chamado de “comerciário”, termo que passou a ser empregado posteriormente. Para a AECA, caixeiro era todo o trabalhador ligado a alguma atividade comercial ou de venda espalhado pela cidade: escritórios de contabilidade, armazéns, botequins e bares, trapiches, clubes, mercearias, lojas de varejo e atacado, etc. Esse alargamento das funções de caixeiro comprova a existência da grande quantidade desses trabalhadores espalhados pelos diversos ramos do comércio. No terceiro item do capítulo I analisaremos o discurso político e ideológico dos caixeiros através de seu jornal *Tribuna do Caixeiro*, como uma voz na imprensa dos trabalhadores. O objetivo é captar as formas de inserção política, social e profissional perante a sociedade e os trabalhadores de um modo geral.

¹³ Anuário Estatístico do Brasil de 1908 a 1912. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1916, p. 261-62.

¹⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899 – 1925). 2 ed. Manaus: Edua, 2003, p. 58.

¹⁵ Jornal do Comércio, nº 6.077, Manaus, 30 de março de 1921.

Como órgão representativo da AECA, o jornal demonstrava suas articulações com os setores elitizados através das referências ao lazer, às festas e posicionamentos políticos pautados no diálogo e na cooperação com a classe dominante, além de ligações com outras associações de caixeiros espalhados pelas capitais do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro. Conforme dito anteriormente, podemos afirmar em linhas gerais que os caixeiros de Manaus possuíam os mesmos ideais que seus pares no Brasil, porém as características específicas observadas no jornal *Tribuna do Caixeiro* são pontuais para o esclarecimento das propostas e desafios na organização política e ideológica da categoria em Manaus.

O capítulo II, que tem como título “Criando e improvisando experiências: conflitos internos e relações de poder”, está subdividido em dois temas: “entre aspirações e cotidianos” e “conflitos e representações”. O propósito desse capítulo é demonstrar que na constituição da categoria dos caixeiros, as relações de poder entre estes e os patrões eram caracterizadas pelo paternalismo, o que não pode ser confundido com apatia ou passividade. Quando essa relação de poder é colocada no campo de disputa histórico, percebemos que o paternalismo pode ser visto como uma estratégia, e não como uma relação entre dominadores e dominados.

Se colocado dessa forma, outros elementos inerentes ao paternalismo ganham significado e ampliam o sentido de ser caixeiro, como por exemplo, o sonho de chegar ao patronato e os aspectos ligados à moradia, rotina de trabalho e tarefas, etc. Acreditamos que esse caminho trará mais luz sobre a relação entre o sonho de ascensão profissional e a dura rotina de trabalho vivenciada pelos caixeiros. Todos esses aspectos estão localizados no âmbito do associativismo, pois são os caixeiros associados que estão em evidência. As fontes não permitem uma análise mais profunda daqueles que estão fora da esfera da AECA.

No segundo subtítulo, analisaremos os conflitos internos que marcaram toda a trajetória de sua associação. As rupturas internas de cunho ideológicas demonstram que os caixeiros eram unidos enquanto classe, porém divergiam na forma de alcançar seus objetivos. As falas oriundas de seu jornal apontam para um posicionamento político oposto àquele da AECA, chamado de “jacobinismo” pela imprensa dos caixeiros. Em relação aos embates políticos e ideológicos existentes na cidade, a AECA procurava sempre a neutralidade, enveredando para uma postura que se aproximava do socialismo reformista. Ao analisarmos a natureza das vozes discordantes nas vozes de sua

liderança juntamente com a relação de poder, teremos uma compreensão mais clara de seu cotidiano e de sua importância como sujeitos de sua história.

Finalmente, o capítulo III tem como título “Vivendo e resistindo no mundo do trabalho”, dividido igualmente em duas partes, mas com os seguintes temas: “doutrinação, trabalho e lazer” e “crise, reivindicações e resistência.” No primeiro item analisaremos a natureza do doutrinação como parte integrante do programa dos partidos operários no início da Primeira República, para então compormos a linha demarcatória do doutrinação proposto pela associação dos caixeiros. O doutrinação era um elemento essencial no processo de formação identitária dos trabalhadores, porém em relação aos caixeiros deve ser problematizado na medida em que sua eficácia dependia da forma como era entendida e vivenciada por um grande número de caixeiros associados.

O fato acima está intimamente ligado às propostas de lazer da AECA e às escolhas de muitos de seus associados, pois enquanto que para a AECA o mais importante era buscar conhecimento nas aulas noturnas após o trabalho, para muitos caixeiros era mais prazeroso a frequência aos bares e botequins de má fama, além de prostíbulos. Embora isto seja um fato, os caixeiros não abandonavam seus ideais de ascensão profissional nem desprezavam a frequência aos círculos elitizados. Muitos buscavam formas alternativas de satisfação pessoal ao lado de outras categorias de trabalhadores.

No último tópico trataremos diretamente dos mecanismos utilizados pelos caixeiros contra a exploração e expropriação de seu tempo. Veremos que esses trabalhadores souberam se utilizar dos meios legais e políticos para alcançarem seus direitos trabalhistas e lutarem por direitos alcançados que eram desrespeitados. O ponto central de suas reivindicações estava no almejado fechamento de portas às 18 horas e no descanso dominical. Essas reivindicações eram compartilhadas por todos os caixeiros do Brasil, pois como não havia ainda uma legislação trabalhista específica, eram comuns os apelos por uma legislação federal que regulamentasse o funcionamento do comércio.

Em Manaus, em meio ao vai e vem dos acordos entre os patrões e seus empregados e aos apelos incessantes da AECA aos patrões e poder municipal, os caixeiros conseguiram em dezembro de 1908 a lei do fechamento de portas. Contudo, muitos patrões não obedeciam à lei, principalmente em época de crise da economia

gumífera, o que colocava novamente a AECA em confronto jurídico com os comerciantes retalhistas.

A crise no comércio nos anos que se seguiram após 1910 colocava a própria credibilidade da AECA em jogo. Por esse motivo, a associação promovia passeatas, reuniões e sempre apelava aos políticos e ao poder municipal e federal, além de suas congêneres nacionais em busca de apoio. A paralisação do comércio e o desemprego em massa dos caixeiros diante da crise obrigava a associação a qualificar os caixeiros frente às novas demandas e alargar suas redes de solidariedade e até a intervir em prol de outras categorias, como uma forma de aliança com outras categorias de trabalhadores contra a exploração.

No âmbito da relação entre caixeiro e patrão, veremos casos de agressão física que também demonstra o quanto os caixeiros eram conscientes de sua situação de explorados. No final da década de 20, ocorreram várias conquistas, dentre elas a lei de férias e dispensa remunerada. No entanto, os caixeiros ainda brigavam pelo cumprimento da lei do fechamento de portas em Manaus, situação esta modificada somente após 1930, já no contexto do sindicalismo da era Vargas.

CAPÍTULO 1

Os caixeiros e a cidade

1.1 Reordenamento urbano, economia e população: breve contextualização.

A cidade de Manaus, já desde o início da instalação da Província do Amazonas em 1852, vinha sofrendo alterações significativas de ordem arquitetônica e urbana. Segundo o pesquisador Otoni Mesquita, no início do período provincial a cidade passou por transformações arquitetônicas que variavam de intensidade devido aos problemas de ordem estrutural e econômica.¹⁶ Dentre esses problemas, constavam a falta de trabalhadores qualificados, a falta de materiais e a falta de recursos por parte do poder local. Mesmo assim, os governadores da Província não deixavam de insistir na necessidade de reformas e construções dos prédios que dessem uma nova feição à capital da Província e mudasse o panorama negativo descrito nos relatos dos viajantes e naturalistas que passavam pela região. Segundo Otoni Mesquita, nesse sentido algumas mudanças consideráveis se materializaram ao longo da década de 1850, como reconstruções de pontes, nivelamento e calçamento de ruas, remodelação do cemitério público, etc.

O Código de Posturas de 1872 significou um dos primeiros indícios em lei voltado para o embelezamento de Manaus como capital da Província já requerido nas décadas precedentes. E nos anos que se seguiram a promulgação do código as alterações no perfil arquitetônico da cidade tornaram-se mais visíveis em sua materialidade: em 1872, foi concluída a ponte de ferro dos remédios; em 1884, houve o aterro interior do igarapé do mercado de ferro, construção de cais e calçamento de várias ruas; em 1888, o governo estadual anunciava o início das obras do trapiche Princesa Imperial e considerava a necessidade de se construir um prédio novo para a Alfândega. Ainda na década de 1880, havia algumas querelas entre alguns empresários e administradores do governo sobre a remodelação da iluminação pública, o que demonstra a necessidade de se incrementar melhorias nesse setor devido às demandas internas.

¹⁶ MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura (1852-1910)**. 3ª Edição, Manaus: Valer, 2006, 32-40.

No setor econômico anterior ao predomínio da economia da borracha, a região amazônica possuía uma estrutura econômica diferente do resto do país, desde os tempos coloniais. Enquanto nas outras regiões predominava o latifúndio com uma produção específica voltada para a exportação, na Amazônia não havia algo como uma produção latifundiária como ocorreu no Maranhão, Pernambuco e Bahia com o algodão, ou o açúcar no nordeste do Brasil e a mineração no centro-oeste¹⁷.

A especificidade da Amazônia residia no fato de que a imensidão da região e os entraves naturais dificultavam a ocupação e a formação dos latifúndios. A agricultura não teve um peso econômico significativo no conjunto das demais regiões da colônia. Além disso, o processo de ocupação pelos portugueses do vale amazônico inicialmente estava ligado ao caráter predatório da colheita das drogas do sertão, que eram especiarias espalhadas pelo vale amazônico com grande valor comercial, como canela, cravo, algodão, etc.

Segundo Caio Prado Júnior, de um modo geral a produção agrícola teve mais presente no delta, no ponto mais acessível do vale e nas áreas próximas ao Rio negro. Nestes locais, teria havido uma produção significativa de salsaparrilha, cravo, baunilha, coca (ipadu).¹⁸ Além desses, havia os gêneros clássicos, como o cacau e o peixe salgado, sendo este último uma das maiores exportações da Capitania do Rio Negro (atual estado do Amazonas).

Apesar das muitas tentativas de ocupação do território e fomentação da agricultura por parte da Coroa portuguesa, o caráter econômico permaneceu sempre marcado pelo extrativismo. Esse fato é ainda corroborado pela pesquisadora Regina Márcia de Jesus Lima, quando se trata principalmente de compreender a lógica da produção do Amazonas no conjunto da produção nacional no período provincial, que vai desde 1852 a 1889:

a propriedade agrária, mesmo a de pequeno vulto, destinada à agricultura de subsistência, não se constituiu em um dos fundamentos da economia. Entretanto, foi esse elemento, mais precisamente a grande lavoura, que ocasionou a ocupação e o povoamento da maior parte do território brasileiro. As características da região do Alto Amazonas, com uma base econômica meramente extrativista, determinaram a pouca importância dada às propriedades de terras. Apenas em fins do século XIX, já com a

¹⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 129-149.

¹⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, p. 212.

borracha em ascensão, é que se registrou algum interesse na aquisição de terras na província do Amazonas¹⁹.

Esse cenário econômico sofreu mudanças significativas no século XIX com a crescente valorização no mercado externo de um de seus produtos extrativos: a borracha. A economia agroexportadora regional adquiria um dinamismo que proporcionava lucros vultosos graças às exportações da borracha. Outros produtos regionais também estavam na pauta de comercialização, como a farinha, óleo de copaíba, manteiga de tartaruga, piaçava, castanha, e principalmente o cacau, que foi um dos principais produtos extrativos de exportação desde o século XVIII. Contudo, de acordo com Roberto Santos, em meados de 1840 a exportação da borracha já adquiria certa relevância em relação aos demais produtos.²⁰ No decorrer das décadas seguintes, principalmente em fins de 1880, o látex extraído da *hevea brasiliensis* havia atingido o valor anual das exportações em 800%, representando aproximadamente 10% do comércio exterior do Brasil, apesar da acentuada expansão da economia cafeeira²¹.

No ritmo do crescimento das exportações que se seguiu, criou-se um modelo novo de exploração regional, para satisfazer as exigências do capitalismo internacional. Esse modelo novo era bastante complexo e assentava-se em técnicas primitivas de extração e se sobrepôs sobre as formas de relações de produção resultantes desde a época colonial.

As novas formas de comercialização oriundas da borracha consolidaram formas tradicionais de extração e troca. Ainda de acordo com Bárbara Weinstein, “nessa ocasião, o sistema extrativo de produção estava firmemente assentado e funcionando suavemente, e o monopólio da borracha bruta parecia inabalável”²².

Era o início da época do “fausto”, o prelúdio de um período de fartura e investimentos que se traduziram na formação de uma elite agroexportadora a partir de uma rede comercial complexa, que ia desde o seringueiro nos confins da floresta até às casas exportadoras das cidades de Belém e Manaus. Em geral, a rede comercial funcionava da seguinte forma: o seringueiro extraía o látex e o vendia ao patrão, que podia ser o seringalista (dono do seringal ligado ao comércio exportador) ou diretamente

¹⁹ LIMA, Regina Márcia de Jesus. **A Província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado (1852-1889)**. Dissertação de mestrado. UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói/RJ, 1978, p. 11.

²⁰ SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800 -1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 16-17.

²¹ WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993 (Estudos Históricos), p. 90.

²² WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**, 1993, p. 40.

ao representante de uma casa aviadora, que podia ser um negociador. Fazia parte dessa rede comercial o “regatão”, vendedor itinerante que abastecia os ribeirinhos com produtos diversos necessários à subsistência.

As casas aviadoras eram estabelecimentos na cidade que financiavam a borracha através de seus representantes e tinham várias ramificações comerciais, que incluíam produtos alimentícios importados para os seringais e sistema de crédito para infraestrutura de transporte e exportação. Em “troca”, o seringueiro recebia víveres e mantimentos de um representante comercial por um preço exorbitante, que o mantinha sempre endividado em relação às despesas obtidas junto ao patrão.

Esse surto de crescimento enriqueceu os grandes investidores ligados ao comércio exportador e proporcionou investimentos na infraestrutura da cidade de Manaus. Tais investimentos foram se tornando cada vez mais visíveis, tanto que na última década do século XIX a capital do Estado do Amazonas já apresentava mudanças significativas em relação às décadas anteriores²³. Uma nova dinâmica de produção e socialização substituiu hábitos tradicionais citadinos, principalmente na área central.

A nova configuração obedeceu aos ditames do capital internacional, representado por uma elite preocupada em extrair o máximo da produção do látex e estabelecer aqui um centro reprodutor da cultura e dos costumes da sociedade europeia. Por esse motivo, essa nova configuração urbana foi denominada de “Paris dos trópicos”, numa alusão à cidade de Paris, considerada na época um símbolo do progresso e da civilização.

No bojo dessa nova configuração, Manaus passou a sofrer várias intervenções urbanas no sentido de aflorar cada vez mais os interesses da burguesia oriunda dos investimentos da borracha que cada vez se identificava com os valores burgueses internacionais. Como afirmou Eric Hobsbawm, a modernidade trouxe seus requintes até às regiões mais longínquas do globo, pois segundo ele:

Em breve, não seria erguida uma ópera, aquela catedral característica da cultura burguesa, em Manaus, 1.600 quilômetros acima da foz do Amazonas, no meio da floresta equatorial primitiva, com os lucros do ‘boom’ da borracha, cujas vítimas indígenas sequer teriam, lamentavelmente, a oportunidade de apreciar Il Trovatore? ²⁴.

²³ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto (1890-1920)**. 2ª Edição, Manaus: Valer, 2007, p. 33.

²⁴ HOSBAWM, Eric J. **A era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 58.

Assim, a modernidade surgiu nos trópicos como um emblema à cultura burguesa, trazendo valores que se traduziam em formas de viver correspondentes aos ideais do progresso²⁵. A Amazônia enquadrou-se dessa forma na era dos impérios, em que novas áreas ricas em matéria-prima são cortejadas pelas nações industrializadas para a implantação de seus impérios industriais.

A América Latina, como o resto do mundo, foi alvo dessa investida e a Amazônia não ficou imune em relação àquilo que mais interessava aos capitalistas internacionais: a goma elástica. No microcosmo do processo, iniciava-se uma nova forma de gerir a cidade e regular a vida das pessoas que habitavam em seus espaços. Os Códigos de Posturas e outras leis municipais e estaduais eram a expressão viva da nova concepção de cidade trazida pela modernidade, juntamente com a ideia de progresso. Eles refletiam não somente a imposição de novos hábitos e costumes na cidade, como também excluía os hábitos locais tradicionais, como por exemplo, a construção de habitações de taipa e palha nas áreas centrais. As construções deveriam seguir os parâmetros arquitetônicos das cidades europeias, como se pode perceber pelo tamanho das portas e janelas requeridas pelo Código de Postura de 1901, por exemplo, que refletia de forma tácita esse novo paradigma imposto pelas elites locais, ao afirmar que:

Art. 19 – As portas e janelas dos edifícios de qualquer natureza deverão ter pelo menos um metro de largura, sendo a altura das portas de três metros, e, das janelas, de um e vinte centímetros.

Art. 20 – os edifícios que ficarem nas esquinas, terão duas frentes, que correspondam igualmente com as duas ruas sob as mesmas bases exigidas por este Código. Multa de 40\$000 e reconstrução à custa do infrator²⁶.

Com o crescimento urbano e a diversificação produtiva, Manaus também recebeu um elevado número de imigrantes. Essa massa de trabalhadores era composta de indivíduos de várias nacionalidades, como portugueses, espanhóis, italianos, turcos, sírios, libaneses, chilenos, etc. Houve também uma grande incidência de nordestinos para a Amazônia em relação às outras regiões do Brasil, atraídos pela oferta de trabalho na região, como cearenses, maranhenses, sergipanos, pernambucanos, etc. A maioria

²⁵ O conceito de modernidade torna-se complexo na medida em que ela é vivenciada de acordo com os parâmetros políticos, sociais e econômicos de cada época. Para maiores detalhes sobre a discussão, ver: BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: as aventuras da Modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 15-35.

²⁶ LEI nº 41, de 23 de agosto de 1901, que promulga os Códigos de Posturas de agosto a setembro. Manaus: Imprensa Oficial, 1901, p. 20.

destes vinha fugindo da miséria, exploração dos latifúndios e da seca, principalmente a que ocorreu em 1877 no nordeste. Entre os nordestinos aqui chegados nesse período, destacou-se uma grande quantidade de cearenses. Esses imigrantes viam na Amazônia uma oportunidade de melhoria de vida e muitos eram direcionados aos seringais. Alguns ainda chegavam com algum recurso e ficavam na cidade e adentravam no ramo comercial e com o tempo tornavam-se donos de estabelecimentos comerciais²⁷.

Na tabela I podemos perceber o forte crescimento populacional de Manaus durante o período entre 1900 a 1912, justificado pelo grande número de entradas de indivíduos oriundos de outras localidades. Embora se deva levar em conta também outros fatores endógenos para o crescimento populacional, como o aumento de nascimentos ou menor índice de mortalidade, o fato é que são os fatores exógenos que explicam tal incremento na população em pouco mais de uma década.

Tabela I: população de Manaus (1900-1912)

ANO	POPULAÇÃO
1900	61.211
1901	62.658
1902	64.140
1903	65.658
1904	67.213
1905	68.806
1906	70.438
1907	72.110
1908	73.792
1909	75.513
1910	77.277
1911	79.082
1912	80.093

Fonte: Anuário estatístico do Brasil de 1908 a 1912. Rio de Janeiro, 1916, p. 260-261.

Uma vez observado o aumento da população da cidade, restava agora explicitar melhor a sua origem observando a sua naturalidade e até mesmo nacionalidade, a fim de compreender o contexto demográfico no qual se inseria o nosso objeto de estudo. No entanto, nos defrontamos com uma ausência de estudos mais específicos que

²⁷ OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de. **A imigração nordestina na imprensa manauara (1877-1917)**. Dissertação de mestrado em História, Departamento de História, UFAM, 2010, p.139.

analisassem os elementos constitutivos dessa população. Bem como não encontramos fontes censitárias que tratassem da composição e origem da população na sua totalidade ativa.

Movidos então pelo desejo de clarificar esses dados demográficos gerais, recorreremos a uma fonte indireta, o ensaio de climatologia médica de Hermenegildo Lopes de Campos publicado em 1909, no qual aparecem os dados de mortalidade de Manaus entre 1904 e 1907 por nacionalidade e naturalidade²⁸.

Tabela II: Obituário por nacionalidade e naturalidade em Manaus entre 1904 e 1907

ESTRANGEIROS	BRASILEIROS
Portugueses..... 927	Amazonenses..... 2.771
Espanhóis..... 157	Cearenses..... 1.381
Italianos..... 112	Norte rio-grandense.... 445
Peruanos..... 43	Paraenses..... 337
Franceses..... 26	Pernambucanos..... 288
Sírios..... 19	Maranhenses..... 248
Inglêses..... 17	Paraibanos..... 213
Turcos..... 13	Piauienses..... 108
Alemães..... 9	Baianos..... 86
Marroquinos..... 9	Alagoanos..... 71

Fonte: CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. *Climatologia médica do Estado do Amazonas*, 1988, p. 35.

Na tabela II, pode-se perceber que no período tabulado a grande prevalência de estrangeiros compunha-se de portugueses, seguidos de espanhóis e italianos, além de outras minorias que engrossaram a população de Manaus, atraídos pelas oportunidades de lucro que eram oferecidos nos diversos ramos da economia, principalmente o comércio exportador. Podemos ver ainda uma grande disparidade entre a quantidade de portugueses e demais nacionalidades, o que comprova a grande presença dos lusitanos na cidade. Sobre a inserção dos portugueses no comércio, falaremos posteriormente.

Entre os imigrantes nacionais, o que se pode observar é a grande quantidade oriunda do nordeste. Como já dissemos anteriormente, os censos para o período

²⁸ CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. **Climatologia Médica do Estado do Amazonas**, Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1988. Coleção Hileia Amazônica, vol. 7.

analisado não especificam a origem e a quantidade exatas dessa população vinda para Manaus. Contudo, os dados informados na tabela II nos permitem observar de forma mais precisa essa população imigrante em relação ao censo. O levantamento do obituário realizado pelo médico Hermenegildo Campos reforça que havia em Manaus no início do século XX uma grande quantidade de imigrantes nordestinos. Sendo forte a possibilidade de que muitos destes nordestinos tenham sido empregados no setor comercial.

Consideramos as informações de Hermenegildo mais precisas por serem baseadas em dados recolhidos não só em fontes existentes na época, bem como de questionários feitos pelo autor, além de sua observação *in loco* das mudanças ocorridas na cidade. De acordo com Hermenegildo Campos, por volta de 1907, a população nordestina em Manaus girava em torno de 9 a 10 mil cearenses, concentrados nos bairros de Colônia Oliveira Machado, Educandos, São Raimundo, Mocó, Girau, Flores e Estrada do Telégrafo.²⁹ Esses dados nos permitem compreender de forma mais clara a composição da população de Manaus, principalmente quando comparadas com a historiografia mais recente sobre a imigração nordestina para o Amazonas durante o período.

Dados que foram corroborados pela pesquisa de Erivonaldo Oliveira, por exemplo, ao analisar a imigração nordestina na imprensa do Amazonas no período entre 1877 e 1917, demonstra a grande quantidade de imigrantes nordestinos em Manaus, principalmente cearenses, muitos dos quais chegavam com algum recurso e trabalhavam no setor comercial³⁰.

Quanto à população estrangeira em Manaus, a tabela II demonstra que os portugueses eram numericamente superiores às outras nacionalidades. A presença destes no Brasil e em Manaus remonta ao passado histórico e de certa forma justifica a sua hegemonia no setor comercial. Para nossos propósitos, torna-se difícil relacionarmos diretamente os portugueses e os caixeiros em Manaus, devido à ausência de dados concretos³¹. Contudo, analisando os relatórios da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA) para os primeiros anos de seu

²⁹ CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. **Climatologia Médica do Estado do Amazonas**, 1927, p. 101.

³⁰ OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de. **A imigração nordestina na imprensa manauara (1877-1917)**, p. 124.

³¹ Infelizmente, houve um incêndio na sede antiga da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA), situado na rua Luiz Antony ocorrido em novembro de 1995, em que grande parte da documentação foi perdida. Essas informações foram confirmadas pela secretaria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Manaus, situado atualmente (2013) em um prédio alugado à Rua Saldanha Marinho.

funcionamento, constatamos nas listas nominiais dos associados os nomes de alguns sócios de origem portuguesa, após cruzamento com os jornais, por exemplo, no jornal Tribuna do Caixeiro aparecem referências que dão pistas sobre a origem lusitana de alguns desses trabalhadores, como é o caso de um caixeiro chamado Manoel Bazilio, funcionário da loja Jacintho, “que seguiu para seu país (Portugal) por motivo de doença”³² ou mesmo do presidente Geral da Assembleia da AECA, Manoel Ribeiro da Cunha, de origem lusitana. Porém, essas indicações não dão suporte para afirmar que os caixeiros eram todos de origem portuguesa. Por isso, temos que dialogar com a historiografia que trata da presença de portugueses na Amazônia para termos um entendimento mais ampliado a respeito da inserção desse grupo no comércio.

Segundo os estudos que tratam a imigração portuguesa, o tema torna-se complexo pelas variadas perspectivas abordadas pelos autores³³. De acordo com Marcos Antônio Carvalho, em termos numéricos, por exemplo, a imigração para a Amazônia sofreu um aumento maior a partir de 1850, quando as províncias passam a ser responsáveis pela imigração, com a intenção de “vender” o Brasil, e os estudos para a Amazônia demonstram que a maioria dos portugueses trabalhava no ramo comercial, seja como patrão ou como caixeiro, como é o caso de Belém, que recebeu uma grande leva de lusos entre a passagem do século XIX para o XX³⁴. Muitos vinham para Amazônia ainda jovens e sempre que se estabeleciam no comércio, procuravam trazer seus parentes através de uma rede de solidariedade que facilitava a inserção destes na sociedade brasileira³⁵. O Pará e o Amazonas mantinham laços estreitos com Portugal desde o período colonial, o que facilitou ainda mais a inserção dos lusitanos no comércio da região. E não podemos nos esquecer de que Belém era também porto de entrada para Manaus.

Para Manaus, temos um exemplo clássico dessa rede de solidariedade. Trata-se da trajetória do comendador português Joaquim Gonçalves Araújo, mais conhecido

³² Tribuna do Caixeiro, nº 51, Manaus, 25 de abril de 1909.

³³ Ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1920 a 1930). IN: Congreso de Historia Económica de Zaragoza (paper), Sesión: las migraciones a America, 2001. Fac. de Ciencias Económicas y Empresariales (Primeira Versão: Dezembro de 2000); FONTES, Edilza Joana oliveira. **“Preferem-se português (as)”: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 2002, 354p; EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais no final do século XIX e início do século XX: o caso dos portugueses. IN: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, Caxambú-MG-Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

³⁴ CARVALHO, Marcos Antônio. **Bebendo açai, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX**. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto, Portugal, 2011. p. 47.

³⁵ CARVALHO, Marcos Antônio. **Bebendo açai, comendo bacalhau**, 2011, p. 16-17.

como J.G. Araújo. Era um empreendedor cuja carreira começou com a vinda do irmão Bernardo Gonçalves de Araújo em 1863, com 17 anos, trabalhando para outro português. Posteriormente, Bernardo aprendeu a lidar com o comércio de panificação. Em 1865, Bernardo Gonçalves tornou-se dono de seu próprio negócio e o crescimento do empreendimento o fez chamar seu irmão José Gonçalves de Araújo para auxiliá-lo nos negócios. Este último trouxe consigo seu primo José, que por ser homônimo e para se diferenciar dos nomes passou a se chamar José Gonçalves de Araújo Rozas³⁶.

Segundo Marcia Mello, os dois irmãos firmaram sociedade e abriram a loja “Flor de Manaus”, sob a razão social Bernardo Gonçalves Araújo & Irmão, localizada na travessa da Imperatriz (atual Rua da Instalação). A loja vendia produtos diversificados, como por exemplo: chapéus de feltro, calçados, tabaco, além de uma variedade de comestíveis, queijo, vinhos do Porto, chouriça, chá verde, feijão, lagosta e peixe enlatados, amêndoas, nozes, figos e passas, entre outros. De acordo ainda com Mello, em 1872 aparece outra firma com o nome Bernardo Gonçalves de Araújo & Cia., que fornecia materiais usados na construção da nova Igreja Matriz. Os sócios dessa firma eram Bernardo Gonçalves de Araújo e Francisco Bento de Sá, e localizava-se na Rua Brasileira, canto do largo da Imperatriz (atual Rua 07 de setembro)³⁷.

Em 1875, iniciou-se a dissolução da sociedade com Francisco Bento de Sá e no mesmo ano, antes de partir para Portugal com problemas de saúde, tornou seu irmão Manuel Gonçalves de Araújo sócio de sua firma Bernardo Gonçalves de Araújo & Irmão. Após a liquidação da firma anterior, a nova firma passou a se chamar Bernardo Gonçalves de Araújo, Irmão & Cia., comercializando vinho verde e do Porto, além de outros gêneros.

Com o passar dos anos, o crescimento econômico dos irmãos levou-os a empregar outros parentes no ramo comercial, vindos de Portugal. Para 1876, Marcia Mello identifica 12 famílias oriundas dessa rede de solidariedade, como por exemplo, os irmãos José Gonçalves de Araújo Rozas (comerciante), Manoel Gonçalves de Araújo (comerciante) e Joaquim Gonçalves de Araújo, e seus primos: Antônio Gonçalves de Araújo (caixeiro), João Gonçalves de Araújo, (caixeiro), Bernardo Gonçalves de Araújo (comerciante e proprietário), José Gonçalves de Araújo (comerciante e proprietário),

³⁶ MELLO, Márcia Eliane A. de Souza. **O Império comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia. (1879-1989)**. Manaus: FIEAM, 2010. (Monografia premiada. Distinção Produtiva Amazônica no Prêmio Samuel Benchimol- 2010), p. 8.

³⁷ MELLO, Márcia Eliane A. de Souza. **O Império comercial de J.G. Araújo e seu legado para a Amazônia**, 2010, p. 8.

José Gonçalves de Faria (caixeiro), Manoel José de Faria (caixeiro), Luiz José de Faria (caixeiro), Antonio José de Faria (caixeiro) e Joaquim José de Faria³⁸.

J. G. Araújo ampliou seus negócios para além do ramo comercial, investindo no ramo imobiliário e em seringais, além de atividades de embarcação, fazendas de gado e usinas para beneficiamento da borracha e castanha, entre outros.³⁹ O caso de J.G. Araújo corrobora os estudos acima citados sobre a grande inserção de portugueses na Amazônia, principalmente durante o crescimento do comércio exportador oriundo dos lucros da economia gumífera.

O exemplo de J. G. Araújo também corrobora o fato de que, analisando os relatórios dos caixeiros desde 1910 a 1928, encontramos uma grande quantidade de nomes que apontam para a grande possibilidade de serem os caixeiros de origem brasileira ou portuguesa. Enfim, baseados na historiografia sobre a imigração nordestina e portuguesa, além dos dados indiretos das fontes disponíveis sobre a origem dos caixeiros e a diversidade comercial atrativa em Manaus no início do século XX, concluímos que havia uma grande possibilidade de os caixeiros terem sido portugueses e nordestinos de modo geral. Isso não exclui a possibilidade de outros grupos exógenos que contribuíram com o “fazer-se” dos empregados do comércio. Ainda hoje, no centro comercial da cidade, muitos lojistas são descendentes de antigos comerciantes portugueses ou nordestinos, principalmente cearenses, pernambucanos e maranhenses, além de uma minoria de origem árabe, judia e indiana. Além do trabalho, esses grupos colaboram até hoje com interações culturais trazidos de suas terras.

1.2 Comércio e a organização identitária dos caixeiros: uma voz na multidão

Ligado a esse contingente populacional, o crescimento urbano de Manaus proporcionou uma diversificação dos setores produtivos e de serviços ligados principalmente ao comércio, como estivadores, ligados às operações de exportação da borracha no Porto; botequins e bares, espalhados pelo centro e adjacências; mercearias de secos e molhados (bebidas e estivas), lojas de pequenos portes ligados ao pequeno

³⁸ MELLO, Márcia Eliane A.de Souza, **O Império comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia**, 2010, p. 9.

³⁹ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto (1890-1920)**. 2ª Edição, Manaus: Valer, 2007, p. 38-39.

comércio, além de grandes armazéns, casas comerciais e escritórios pertencentes ao grande comércio. De acordo com Edinea Mascarenhas Dias, a chegada de imigrantes nacionais e estrangeiros a Manaus contribuiu para a diversificação e ampliação desses setores, como por exemplo, vendedores ambulantes de sorvete, carvão, frutas e hortaliças, bilhetes de loterias, etc.

Segundo a autora, as leis orçamentárias no período surgem para regular o pagamento de impostos das indústrias e profissões, como por exemplo, “os negócios de armarinhos ou fazendas, chapéus de sol, charutos, cigarros e fósforos, louças de porcelana, perfumarias, fonógrafos, rendas, roupas feitas, sabonetes, joias de ouro e prata, etc.”⁴⁰. A existência dessas leis indica a diversidade de profissões e serviços que haviam em Manaus. Havia ainda os condutores de bondes, carroceiros e outras categorias. Essas modalidades de profissões indicadas por Edinea Dias indicam ainda que Manaus já possuía uma vida urbana diversificada, que ia se intensificando cada vez mais com o crescimento das atividades do comércio exportador. Todos esses sujeitos compuseram o perfil multifacetado dos atores sociais que residiram na capital da borracha. Na indústria, havia algumas fábricas de pequeno porte, como a indústria de bebida, de água potável, serrarias, etc.⁴¹.

O aumento das exportações da borracha exigia por parte das elites comerciais uma maior organização estrutural das funções ligadas ao setor exportador para garantir segurança e infraestrutura adequada. Por isso, em 1871 surgiu a Associação Comercial do Amazonas (ACA), uma instituição burguesa “a serviço da uniformização do discurso patronal frente às exigências comerciais da produção e exportação de borracha”⁴². Nesse sentido, a ACA passou a representar os interesses dos comerciantes, principalmente daqueles oriundos do setor extrativista da borracha e também no comércio citadino. Seu quadro era formado principalmente por comerciantes portugueses ligados às casas aviadoras e ao ramo imobiliário. Em 1913, a sede da ACA se localizava na rua Marechal Deodoro em um edifício majestoso e imponente, que bem simbolizava a sua crescente importância no setor comercial (figura 1).

⁴⁰ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto (1890-1920)**, p. 36-37.

⁴¹ AVELINO, Alexandre Nogueira. **O patronato amazonense e o mundo do trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1917)**. Dissertação de Mestrado em História. UFAM, 2008, p. 30.

⁴² AVELINO, Alexandre Nogueira. **O patronato amazonense e o mundo do trabalho**, 2008, p. 27.



Figura 1: Antiga sede da Associação Comercial do Amazonas, Rua Marechal Deodoro n. 22
 Fonte: Anuário estatístico de Manaus, 1913-1914, p. 5.

No final de 1908, foi criada a Revista da ACA, com o intuito de ser uma voz dos comerciantes perante a sociedade. Além disso, a revista pretendia ainda criar um jornal “sem intervenção política”⁴³. A revista relatava os movimentos financeiros relativos aos negócios da borracha, artigos sobre a conjuntura socioeconômica, boletins comerciais, etc. A Revista fazia propaganda das grandes casas comerciais ligadas à exportação da borracha e ao ramo imobiliário, além de bancos e outras firmas de empreendedores burgueses.⁴⁴ Dessa forma, os comerciantes buscavam fortalecer seus vínculos patronais para então assegurarem sua influência política e social numa cidade marcada pelo crescimento urbano e comercial.

De acordo com Alexandre Avelino a ACA elaborou um discurso progressista pautado na imagem do patrão benfeitor, aquele que zelava pelo futuro do trabalhador. E

⁴³ Revista da ACA, nº 7, Manaus, 05 de janeiro de 1909, p. 4.

⁴⁴ Revista da ACA, nº 7, p. 3.

a imagem do trabalhador construída pelo patronato era de um indivíduo de natureza ociosa e sempre tendendo para a rebeldia.⁴⁵ Por isso, os patrões passavam para a sociedade a imagem do patrão provedor, que iria conduzir o trabalhador às benesses do progresso através da disciplina e do doutrinamento. Esse discurso estava presente em todas as capitais do Brasil que passavam por transformações socioeconômicas radicais já no final do século XIX⁴⁶. No caso de Manaus, essa tendência consolidou-se no contexto das transformações oriundas dos lucros das exportações da borracha.

No interior dessa nova concepção de relação de trabalho surgida a partir das demandas da produção, os trabalhadores se organizaram em associações com o objetivo de defenderem seus interesses contra a exploração do patronato. Nesse sentido, em 11 de novembro de 1906 foi fundada a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA – figura 2). A criação dessa agremiação era fruto de uma antiga aspiração dos caixeiros em organizarem-se enquanto categoria, pois não podiam contar com as ações dos poderes constituídos e, portanto, necessitavam de uma instituição própria que defendesse seus interesses de classe.

⁴⁵ AVELINO, Alexandre Nogueira. **O patronato amazonense e o mundo do trabalho**, 2008, p. 70-71.

⁴⁶ HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)**. Brasília: EDUNB, 1993, p. 15-16; 20;165 Segundo a autora, já em de 1850 os lucros oriundos das exportações do café proporcionaram empreendimentos urbanísticos e estruturais, como por exemplo, a construção de rodovias no eixo Rio-São Paulo. Na década de 1870 percebe-se igualmente um grande surto de transformações nas principais cidades do Brasil, além daquelas ocorridas no período colonial, como Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, etc. No início do século XX, as capitais brasileiras sofreram novos surtos de urbanização e reformas estruturais promovidas pelas elites governamentais, como melhorias no setor de transporte e construção de novos portos. Para maiores detalhes sobre o discurso trabalhista das elites a nível nacional, ver: CARONE, Edgar. **O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)**. São Paulo: Editora DIFEL, 1977.



Figura 2: Antigo prédio da AECA, Rua Barroso nº 28.
 Fonte: Anuário estatístico de Manaus, 1913-1914, p. 7.

A necessidade de se organizarem enquanto categoria profissional pode ser percebida ainda no final do século XIX, através de um periódico chamado “O Restaurador”, que circulou em Manaus no ano de 1890, o qual se intitulava “órgão da classe caixeiral”⁴⁷. Através dele, pudemos detectar indícios de uma consciência de classe e de uma articulação, embora efêmera, para a criação de um grêmio que pudesse lutar pelos interesses dos caixeiros. O editorial de seu primeiro número afirmava que:

Rasga-se o véu que cobria a verdade, a razão se fortifica, a consciência se esclarece e reconhece, enfim, que temos por indeclinável dever nos agremiarmos para defender os direitos de uma classe, que tem jazido sob o mais condenável ostracismo, por falta de atletas firmes, sinceros, leais e resolutos que pugnem por seus direitos⁴⁸.

⁴⁷ Infelizmente foi um semanário que teve uma curta duração, circulando apenas seis números entre 22 de junho a 27 de julho de 1890. Sendo substituído pelo semanário “O Imparcial”, que circulou até novembro de 1890. (SANTOS, Francisco Jorge dos et al. **Cem anos de imprensa**, Catálogo de jornais. 2º Edição revisada, Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1990, p. 14-15.)

⁴⁸ O Restaurador, nº 01, Manaus, 26 de junho de 1890.

De fato, alguns anos mais tarde, encontramos evidências da criação de uma anterior organização identitária por parte dos caixeiros. Em outubro de 1898 foi anunciada na imprensa local a instalação da **Associação dos Empregados do Comércio Amazonense**, cuja importância para a sociedade era ressaltada nos periódicos, dando-se destaque à presença de autoridades na solenidade de inauguração, como o governador Ramalho Junior, bem como representantes de associações sociais como o Sport Club e a Beneficente Cearense⁴⁹ Pela imprensa ficamos sabendo ainda que foi realizado um espetáculo promovido pelo Círculo Americano para arrecadar fundos em prol da instalação da associação, além do fato de que alguns comerciantes haviam entrado em acordo para fecharem suas portas no dia da inauguração⁵⁰. Por fim, exortava o Jornal Comércio do Amazonas que “da união faz a força” e por isso tinha esperança no futuro da associação por crer que ela prestaria muitos serviços aos seus associados⁵¹.

As informações acima citadas ilustram o fato de que a criação de um grêmio representativo dos caixeiros tinha uma grande relevância social, não só pelo fato de que esses trabalhadores precisavam garantir sua segurança enquanto trabalhadores numa cidade cujo comércio crescia cada vez mais. A relação desses trabalhadores ou de sua liderança com setores da elite exposta pelos jornais nos levam a perceber também que havia um grande vínculo com as camadas mais elevadas da sociedade, fortalecendo mais ainda o ideal identitário. Pouco sabemos sobre a estrutura organizacional dessa primeira associação, contudo é possível que no contexto de seu surgimento ela tenha sido mutualista e classista. Conseguimos rastrear sua existência até o ano de 1900, quando ocorreu em outubro uma inauguração de seu prédio à Rua Gonçalves Dias⁵². Desconhecemos quando e porque ela deixou de funcionar.

Na historiografia mais geral que trata do tema, o caixeiro é comumente associado ao caixa, termo genérico para aquele que vendia ao balcão e executava funções relativas ao recebimento e despacho de mercadorias e que tratava dos trâmites burocráticos da venda.⁵³ Segundo essa historiografia o caixeiro de balcão atuava no

⁴⁹ A Federação, nº 226, Manaus, 14 de outubro de 1898. Começou a funcionar inicialmente num sobrado da Rua da Instalação.

⁵⁰ Comércio do Amazonas, nº 301, Manaus, 11 de outubro de 1898.

⁵¹ Comércio do Amazonas, nº 303, Manaus, 14 de outubro de 1898.

⁵² A Federação, nº 763, Manaus, 02 de outubro de 1900.

⁵³ Para maiores detalhes, ver: CAMARA, Bruno Augusto Dornelas. Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixearagem como carreira. **Almanack Brasileiro**, Universidade de São Paulo, nº 06, 39, novembro de 2007, p.39-53; POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**. Trabalhadores do comércio carioca (1850-

atendimento ao público e às vezes executava serviço de limpeza. Em termos hierárquicos, o primeiro caixeiro ou guarda-livros era encarregado da contabilidade ou do serviço burocrático. Em alguns casos, havia o “vassoura”, encarregado da limpeza.

Para se tornar caixeiro, era preciso passar por uma fase de experiência, na condição de aprendiz. Geralmente, o aprendiz ficava sob a tutela do patrão até este “nomeá-lo” caixeiro. Este ritual e hierarquização variavam de local para local, dependendo das condições da loja. Geralmente recebiam um salário quinzenal ou mensal. Em muitos casos, parte do salário ficava depositada junto ao patrão. Com o tempo, generalizou-se o termo caixeiro como balconista ou atendente de loja.

Para a AECA, o empregado do comércio era o guarda-livros⁵⁴, empregados de escritórios, de armazéns, lojas, despachantes de alfândega ou Recebedoria e seus auxiliares, corretores e tradutores públicos, empregados de bancos e casas bancárias, empresas com companhias, profissionais artistas e industriais, quando em serviço efetivo de casas comerciais, além de caixeiros viajantes e empregados de empresas gráficas e jornalísticas e de trapiches.⁵⁵ Através dessa fonte oriunda da documentação dos caixeiros, podemos perceber os variados serviços que empregavam esses trabalhadores, o que confirma ainda a grande diversidade do setor comercial analisado pela historiografia anteriormente citada.

Portanto, o órgão mutual agregava todos os setores empregatícios do comércio e aqueles que tinham alguma relação com o comércio em seu quadro. A Associação propunha-se a defender os interesses desses trabalhadores sem adentrar diretamente nos embates políticos e ideológicos, pois conforme seu organismo jornalístico, “somos, porém, avessos às degladações de partidos políticos: a nossa missão é grande demais para consentir-nos a dispersão das nossas energias em lutas estéreis”⁵⁶.

Nesse período, a cidade passava por momentos de efervescências políticas e ideológicas visíveis, onde os trabalhadores organizavam-se em partidos políticos e as falas de sua liderança na imprensa local revelavam suas querelas com os setores burgueses, como também as tendências do movimento operário que ganhava cada vez

1911), São Paulo: UNICAMP, 2007, p. 33-34; SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Casa e balcão**: os caixeiros de Salvador (1890-1930). Salvador: EDUFBA, coleção nordestina, 2009, p. 25-27.

⁵⁴ Funcionário encarregado da escrituração de livros, registros da contabilidade de empresas, comércio etc.

⁵⁵ Rascunho do Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas apresentado à Assembleia Geral em 06 de maio de 1928. Texto datilografado [s/l], [s/d]. Folha 03. Este documento é uma cópia concebida pelo Sindicato dos trabalhadores de Manaus. Não foi possível adquirir cópia de estatutos anteriores a 1928.

⁵⁶ Tribuna do Caixeiro nº 1, 21 de abril de 1908.

mais relevância entre os trabalhadores.⁵⁷ A associação dos caixeiros, nessa perspectiva, assumia uma postura neutra diante dos embates que ocorriam entre as lideranças dos trabalhadores. Os caixeiros organizavam-se dessa forma como trabalhadores que precisavam de uma voz representativa no seio dos trabalhadores diversos para defender os direitos dos caixeiros sem enfrentamentos político-ideológicos.

Assim como em todo o Brasil, os caixeiros organizavam-se em associações mutualistas, que eram associações de socorro mútuo com a finalidade de prestar ajuda financeira, médica e jurídica aos seus associados, mediante pagamento de mensalidades.⁵⁸ De acordo com Osvaldo Maciel, era comum que as associações mutualistas recebessem subvenção do Estado e o processo de organização e formalização das mutuais ocorreu ainda no Império, pois a lei nº 1083 de 22/08/1860, regulamentada pelo decreto nº 2711 de 19/12/1860 rezavam que as mutuais deveriam ser submetidas ao parecer do imperador para funcionamento, sendo que o presidente da província indicava o diretor da entidade. Na prática era ele que sancionava a escolha do diretor nas assembleias da entidade.

O autor salienta ainda que posteriormente houve uma alteração na legislação: em 04/11/1882 é promulgada a lei 3150, regulamentada pelo decreto 8821 20/12/1882, que dispõe sobre a existência das associações “benéficas”, que não precisavam mais obter autorização estatal⁵⁹. Tais agremiações podiam ser classistas, no caso de seus membros pertencerem e defenderem interesses inerentes à sua classe, étnicas no caso de agremiarem indivíduos da mesma origem ou abertas às diversas categorias de trabalhadores.

Em relação ao perfil dos associados, Osvaldo Maciel ressalta que havia basicamente dois tipos de sócios: o efetivo e o benemérito ou honorário. O primeiro era condicionado a pertencer à categoria (em caso de órgão classista) e pagava uma mensalidade, além de usufruir das benesses da associação. O segundo fazia contribuições e não usufruía das benesses do órgão. A vantagem para o membro benemérito era o prestígio que o mesmo adquiria junto à comunidade. Podia ser um

⁵⁷ COSTA, Francisca Deusa Sena. Imprensa operária em Manaus: tendências e discursos (1890-1920). **Revista da APG**, PUC/São Paulo: [s.c.e.], ano V, nº 10, 1997, p. 134-135.

⁵⁸ Para maiores esclarecimentos sobre o mutualismo, sugerimos ver: JESUS, Ronaldo Pereira. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. **Revista Oidles**, volume 01, nº 01, [s.n.], setembro de 2011.

⁵⁹ MACIEL, Osvaldo B. Acioly. **A perseverança dos caixeiros**: mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 – 1917). UFPE, Recife: Editora Universitária, Coleção Teses e Dissertações (17), 2011, p. 49-52.

membro de fora da associação: um político ou alguém ligado aos círculos intelectuais, etc.

Segundo o autor, dependendo da condição financeira, a associação ainda podia contar com o sócio correspondente, que era aquele que morava em outra localidade e servia como correspondente para os contatos entre as associações. Havia ainda o sócio fundador, aquele que, além de sócio, tinha participado da fundação da entidade, obtendo assim certo prestígio.

O entendimento da natureza das mutuais é complexo e insere-se numa longa discussão historiográfica. Não é nosso objetivo adentrarmos nessa complexidade, porém é necessário destacar pelo menos dois pontos importantes. De acordo com Adhemar Silva Júnior há autores que veem nas mutuais uma espécie de proto-sindicalismo ou uma “pré-história do movimento operário”.⁶⁰ Para estes, o mutualismo está ligado ao surgimento da classe trabalhadora e ao surgimento dos sindicatos e associações de resistência. Portanto estaria ligado às formas posteriores do movimento operário.

A outra corrente historiográfica argumenta que o mutualismo é um fenômeno em si, ou seja, desvinculado da história sindical. Estaria mais ligado à história da previdência. Silva Júnior aborda o estudo das mutuais a partir dessa perspectiva para o caso do Rio Grande do Sul, ao lado de autores como Tânia de Luca e Osvaldo Maciel que analisando o surgimento das mutuais dos trabalhadores do comércio em Maceió, segue uma perspectiva idêntica: analisa as mutuais como fenômeno de classe para a organização dos trabalhadores.

Osvaldo Maciel aponta ainda trabalhos nessa direção analítica, como os Cláudia Viscardi e Ronaldo de Jesus que apresentam um quadro sintético da diferenciação entre as mutuais e outras organizações, além do fato de que hoje a historiografia do movimento operário vem contestando a antiga visão de que as mutuais seriam formas de protos sindicalismos, apesar da forte atração entre movimento operário e associações mutualistas. Este entendimento reside na contestação da tese de que os sindicatos e as associações de resistência que se formaram na primeira metade do século XX seriam o resultado direto da evolução das associações mutualistas⁶¹. A análise de Adhemar Silva Júnior demonstra ainda que, embora seja evidente que alguns

⁶⁰ SILVA JR, Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros mútuos: estratégias privadas e públicas** - estudo centrado no Rio Grande do Sul (1854 – 1940). Tese de doutorado, PUC, Departamento de História, Porto Alegre, 2004, p. 22-24.

⁶¹ VISCARDI, Cláudia e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil APUD MACIEL, Osvaldo Batista Ocioly. **A perseverança dos Caixeiros**, 2011, p. 40.

sindicatos se formaram a partir do desdobramento das mutuals, estudos indicam que isso não foi regra geral⁶².

Em relação à formação histórica dos sindicatos no Brasil, grande parte da historiografia brasileira considera as primeiras associações de classe como uma forma embrionária do sindicalismo, conforme elencado acima.⁶³ Os historiadores Victor Leonardi e Francisco Foot Hardman, analisando a origem social do proletariado, indicam a existência de associações de classe do tipo mutualista a partir da década posterior a 1824, como as primeiras formas de organizações operárias. Segundo os autores, após a extinção das corporações de ofícios pela Constituição de 1824, surgiram nas décadas seguintes associações que não eram do tipo artesanal. Estas associações mutualistas foram “as primeiras organizações operárias que atestavam, embora sob formas ainda embrionárias, que o proletariado procurava constituir-se como classe, tentando, para tanto, formar suas primeiras associações independentes das demais classes sociais”⁶⁴.

A partir da década de 1870, além das mutuals, começaram a surgir associações de outro tipo: eram as chamadas “ligas operárias”, com o objetivo de organizar a resistência do trabalhador contra a exploração por parte do patronato. O objetivo último dessas organizações não era mais a ajuda mútua para sobreviver, e sim a reivindicação, cujo principal instrumento de luta passou a ser a greve⁶⁵.

A pesquisadora Dea Ribeiro Fenelon sinaliza a data de 1888 como o fim do período mutualista e início do sindicalismo até 1919.⁶⁶ A autora sugere que do ponto de vista organizacional, este período foi marcado por características sindicais pelos seguintes motivos: emprego maciço de capitais na diversificação da economia, que antes era usado no sistema escravista. Este fato proporcionou o desenvolvimento de atividades manufatureiras em vários centros urbanos com relativa mão-de-obra imigrante. Em resumo, a autora define esse período da seguinte forma:

⁶² SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros mútuos**, 2004, p. 24.

⁶³ Para uma análise mais profunda sobre essa discussão, sugerimos ver: FOOT HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2ª Edição, São Paulo: Editora Ática, 1991; PINHEIRO, Paulo Sérgio et. ali. **História Geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano, volume 09. Sociedades e instituições (1889-1930). 8ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997; sobre a formação dos sindicatos, ver ainda: AMATO, Mário e LIMA, Luiz Ferreira. **Pequena história do sindicalismo brasileiro**. São Paulo: CNI/SESI, 1993.

⁶⁴ FOOT HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20), 1997, p. 100.

⁶⁵ FOOT HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20), 1997, p. 100-1.

⁶⁶ FENELON, Dea Ribeiro. **50 textos de História do Brasil**. 7ª reimpressão, São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 137.

Foi um período de intensa atividade sindical e política nos meios operários. Fundaram-se inúmeras organizações de classe e círculos políticos, desempenhando também uma inédita atividade cultural. Realizaram-se conferências, comemorações, congressos locais, regionais e nacionais⁶⁷.

Cabe aqui um breve comentário concernente ao exposto anteriormente sobre o suposto “fim” das mutuais no final do século XIX. Conforme ressaltamos previamente, há uma tendência historiográfica que indica que as mutuais não foram necessariamente uma forma de proto-sindicalismo. Esse fato pode ser comprovado pelo menos até 1930, embora não houvesse mutuais de forma ativa como nas décadas anteriores. O desdobramento das mutuais em sindicatos não significou a extinção natural das primeiras, pois em várias partes do Brasil há registros de associações de natureza mutual que atestam que estas coexistiram ao lado dos sindicatos⁶⁸.

A partir de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, a nova conjuntura moldou o sindicalismo, sendo inclusive alvo do populismo de Vargas, isto é, criando e atrelando os sindicatos ao controle do Estado. Várias medidas estatais, nesse sentido, foram criadas para fortalecer os vínculos entre o poder central e os sindicatos. Uma delas, por exemplo, foi o Decreto 19770/31 que definia os sindicatos como órgãos consultivos e técnicos ligados ao poder público e relacionados estritamente às questões trabalhistas, bem como a tentativa de unicidade sindical sob a tutela do Estado⁶⁹.

Os sindicatos criados ou controlados pelo governo ainda na década de 1920 eram chamados de “amarelos” (em oposição ao vermelho dos comunistas) pelas lideranças sindicais que se opunham a qualquer forma de colaboração entre os sindicatos e o Estado. Nas décadas posteriores, o termo “amarelo” foi sendo substituído pelo termo “pelego”, para designar os sindicatos criados e sustentados pelo próprio Estado através da “demagogia e concessões”⁷⁰.

Portanto, o sindicalismo brasileiro foi uma consequência do movimento operário, visto como um instrumento de luta essencial para a consolidação dos direitos trabalhistas. Acreditamos que suas primeiras formas, quer fossem mutuais ou “resistências”, até chegar aos sindicatos, indicam uma “evolução” na medida em que precisaram se adequar aos novos parâmetros conjunturais, sem necessariamente requererem o perfil de sindicato como se entende hoje. Do contrário, não haveria

⁶⁷ FENELON, Dea Ribeiro. **50 textos de História do Brasil**, 1990, p. 140.

⁶⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio et. ali. **História Geral da civilização brasileira**, 1997, p. 185.

⁶⁹ LAIMER, Adriano Guedes. **O novo papel dos sindicatos**. São Paulo: Editora LTr, 2003, p 22.

⁷⁰ FOOT HARDMAN, Francisco. **História da Indústria e do trabalho no Brasil**, 1991, p. 200.

associações mutualistas coexistindo ao lado dos sindicatos até as primeiras décadas do século XX.

No sentido do exposto acima, entendemos que a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, surgida em 11 de novembro de 1906, sofreu mudanças de adaptabilidade. Por Carta de 27 de junho de 1935 foi reconhecido como sindicato pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de acordo com o Decreto 24694 de 12 de julho de 1934. A partir desse ano, o órgão passou a se chamar Sindicato dos Empregados no Comércio de Manaus. Já no Estado Novo, na ditadura Vargas, foi adaptado ao novo regime sindical pelo Decreto Lei 1402 de 05 de julho de 1939. Nesse ano também já possuía sede própria, à Rua Luiz Antony, nº 307. Dentre as prerrogativas do sindicato, estava o de “colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade profissional e da sua subordinação aos interesses nacionais.” Essa “passagem” de associação mutualista a sindicato não significa, contudo, que os caixeiros de Manaus estavam predestinados a atingirem um grau de consciência mais elevado em contraste à época do mutualismo. Sua experiência como classe antecede os rótulos e normatizações conjunturais ocorridos durante e após o período analisado. Nesse sentido, acreditamos que o “fazer-se” da categoria está inserido dentro de uma dinâmica própria no contexto sociocultural e político da luta de classes.

A existência da AECA enquanto órgão mutualista é o objeto de nosso estudo, até porque não temos dados suficientes para uma análise mais engajada do órgão à época de seu desdobramento em sindicato. De modo geral, nessa linha de raciocínio entendemos que a AECA surgiu como órgão mutualista classista cujas práticas demonstram a abertura mais para a concretização do apelo associativo/educativo e defesa de leis trabalhistas do que a inserção política meramente almejando cargos políticos. Somente em meados dos anos 20 podemos perceber um apelo político mais rígido visando à consolidação de conquistas trabalhistas através de representatividade no cenário político. As evidências desse perfil podem ser comprovadas pela análise da natureza do projeto de reformulação de seus estatutos de 1928.

Na realidade, não encontramos o Estatuto de 1928. O atual Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Manaus nos forneceu um rascunho datilografado do projeto do suposto Estatuto. Apesar de não sabermos a data exata e a natureza de sua construção, a partir deste rascunho podemos inferir alguns vislumbres. Seus artigos

demonstram algumas das características das mutuais descritas pela historiografia acima, com algumas especificidades, como por exemplo:

Promover a união da classe dos caixeiros, conduzindo-a de modo a estabelecer um núcleo poderoso que a fortifique e proteja em todas as suas emergências sociais; pugnar pelos interesses da classe, patrocinando todas as coisas justas em que ela se empenhe, quer afetem os direitos da coletividade, quer os de cada sócio em particular; Difundir a instrução entre os associados, mantendo para esse fim, uma escola prática de comércio e cursos elementares; Distribuir beneficência aos sócios necessitados; Providenciar sobre colocação de sócios desempregados, esforçando-se por obter empregos compatíveis com as suas habilitações⁷¹.

No exposto acima, pelo menos três características revelam o perfil da AECA. A primeira diz respeito à união e defesa da classe dos caixeiros. Era necessário, portanto, que os trabalhadores do comércio tivessem um órgão forte que zelasse pelos interesses da classe nos enfrentamentos do diversificado mundo do trabalho em Manaus. O apelo associativo esteve presente durante toda a existência do órgão.

A segunda característica reside na preocupação do órgão em instruir os caixeiros através da criação de cursos primários e uma escola de comércio. Para tanto foram oferecidos aos associados os cursos de Escrituração Mercantil, Português, Aritmética e Francês, como pré-requisitos para ingressar na Escola Municipal de Comércio criada por determinação do Superintendente municipal Agnello Bittencourt por Lei Municipal nº. 578 de 25 de novembro de 1909 e inaugurada oficialmente na sede da AECA em 24 de fevereiro de 1910⁷².

A instrução educativa voltada para a emancipação intelectual do caixeiro era uma constante preocupação por parte dos dirigentes da AECA. Sua relevância residia no fato de que somente um caixeiro bem instruído poderia estar bem preparado para atingir o “status” de guarda-livros e posteriormente chegar ao patronato, bem como valorizar os projetos de emancipação de classe. Esse projeto estava inserido em um contexto mais amplo, a nível nacional, que valorizava entre outras coisas a erradicação da alfabetização, entendida como empecilho ao progresso e civilização.⁷³ Por isso, o Ensino Primário era oferecido na sede da AECA e visava à instrução dos conhecimentos

⁷¹ Rascunho do Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas [c.1928]. Texto datilografado [s/l],[s/d]. Folha 03.

⁷² Correio do Norte, nº 370, Manaus, 26 de fevereiro de 1910.

⁷³ CAMPOS, Luciane Maria de Dantas. **Trabalho e emancipação**: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). Dissertação de mestrado. Departamento de História/UFAM, 2010, p. 68.

elementares aos associados. Era dividido em dois níveis: 1º ano e 2º ano. No 1º ano as matérias lecionadas eram português, aritmética e francês. No 2º ano, havia um aprofundamento das matérias do 1º ano, além de noções de geografia física, metrologia e História do Brasil. Observamos uma preocupação com a ortografia, a redação e o cálculo que eram indispensáveis para aqueles que trabalhavam na área comercial. O Estatuto de 1928 demonstra ainda a ideologia sempre constante de instrução quando comparado com os discursos da AECA desde o ano de sua fundação em 1906, além da necessidade de promoção de seus associados ao sistema eleitoral da década de 1920, previsto neste Estatuto.

Em relação ao ingresso nas aulas, os associados pagavam uma taxa e as matrículas ocorriam durante todo o mês de dezembro. Após o término das matrículas, abriam-se vagas para alunos ouvintes. As aulas do 1º ano começavam às 19h30min e terminavam às 21h30min nos dias de terça, quinta e sábado. Já as aulas do 2º ano começavam às 20h30min e iam até às 22h30min nos dias de segunda, quarta e sexta. Essa diferenciação de horários se dava pela falta de espaço adequado para atender os alunos. Havia ainda o curso de música, com aulas individuais as segundas e sextas, das 20 às 22h. Nas quartas feiras havia ensaio da Tuna da associação⁷⁴ cuja regência era do professor Moura que era “muito conhecido pela sua rara competência”⁷⁵. Em 1914, a despeito dos esforços de manter em funcionamento as aulas de música, decidiu-se por encerrar o curso de música, justificando a diretoria a decisão por ter o curso pouca frequência de alunos e por se tornar oneroso para a associação⁷⁶.

Em relação à Escola Municipal de Comércio que era mantida pela Intendência Municipal, podemos dizer que a sua criação visava atender às novas demandas do comércio, trazendo assim grandes expectativas de melhoramentos na qualificação dos comerciários. Para ingressar na Escola de Comércio os alunos tinham que passar pelo Curso Primário, onde recebiam as noções elementares e em seguida realizavam um exame de admissão para o ingresso na escola comercial.⁷⁷ Inicialmente, a formação na escola comercial durava três anos. No primeiro ano o aluno estudava as matérias do curso primário. No segundo ano, além das matérias básicas, estudava-se Escrituração

⁷⁴ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1913. Manaus: Sessão de Obras do “Comércio do Amazonas”, 1914, p. 20.

⁷⁵ ANNUARIO DE MANAOS. 1913-1914. Lisboa: Tip. Editora Limitada, 1913, p. 9.

⁷⁶ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1914 apresentado à Assembleia Geral de 10 de janeiro de 1915. Manaus: Tipografia F. de Queiroz, 1915, p. 7.

⁷⁷ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1913, p.20.

Mercantil e Economia Política. No terceiro ano havia as matérias de Direito Comercial, além das outras de cunho humanístico, como História e Geografia Geral, etc.

Por volta de 1919 foi criado o Curso Prático Comercial, reorganizado em 1922, que habilitava a exercer o cargo de guarda livros aos alunos ao final do curso. A escola comercial igualmente evoluiu e passou a se denominar “Escola Prática de Comercio Senador Lopes Gonçalves”, recebendo o nome do senador do Amazonas, que muito contribuiu para o sustento da escola.

Para o cargo de diretor da escola, em geral, eram escolhidos os membros da diretoria da AECA ou os sócios beneméritos, mas também podia ser exercido por algum membro da Intendência Municipal, como se deu, por exemplo, em 1926, quando o Dr. Paulo Eleutherio Alvares de Silva, catedrático do Ginásio Amazonense Pedro II assumiu o cargo⁷⁸. Devido à constante diversificação e importância social como instituição educativa, em 1926 a escola primária passou a ser regulamentada pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado.

Em 1928, a diretora da Escola de comércio, D. Conceição de Brito Inglês, sugeria à diretoria da AECA que a duração do curso se desdobrasse para cinco anos, para que o peso das matérias estudadas fosse atenuado. A preocupação da diretora demonstrava a necessidade de uma organização mais racional para suprir as constantes demandas do comércio, principalmente em épocas de crise econômica. Observamos ainda que neste ano, a escola formou 10 guarda-livros, sendo que eram quatro mulheres.⁷⁹ Isto porque no Brasil as mulheres ganhavam espaço entre as profissões que antes eram dispensadas aos homens. Nas listas de sócios e alunos da AECA, percebemos nomes de algumas mulheres a partir da segunda metade da década de 20.

Com o passar dos anos, a necessidade de aumento do espaço físico para as aulas era cada vez mais visível. Ainda nos primeiros anos da década de 20, a AECA mudou de sede social, instalando-se num prédio amplo na Av. Eduardo Ribeiro (figura 4), o qual além de acomodar o grande acervo da biblioteca da AECA com seus 4.710

⁷⁸ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, lido em assembleia geral em 12 de janeiro de 1927. Manaus: Oficina e Gráfica da Papelaria Lino Aguiar, 1927, p. 13.

⁷⁹ RELATÓRIO e contas da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas correspondente ao ano de 1928. Manaus: Armazéns Palácio Real, 1929, p. 33.

volumes, também abrigava uma ala dedicada aos exercícios esportivos, como ginástica e esgrima , entre outros espaços dedicados ao lazer dos sócios⁸⁰.



Figura 3: Sede Social da AECA, Av.Eduardo Ribeiro nº 15, esquina da Rua Henrique Martins nº 29. **Fonte:** IGHA.

Na década de 30, além da Escola Prática de Comércio Senador Lopes Gonçalves, ministravam o ensino comercial em Manaus outras instituições de ensino, como o Colégio D. Bosco, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Escola de Comércio Solon de Lucena, Instituto Benjamin Constant⁸¹. Contudo, a Escola Prática de Comércio era uma finalidade da associação prevista em seus estatutos e neles era garantida a nomeação de seus professores pela direção da AECA, que deveriam ser escolhidos

⁸⁰ Almanak Laemmert. Anuario comercial, industrial, profissional, administrativo, de estatística e informações gerais sobre o Brasil. Edição para 1925, 81^o ano, 3^o volume. Estados do Norte. Rio de Janeiro, [1925], p. 113.

⁸¹ SILVA, José Lopes da Silva. **Amazonas: aspectos socioeconômicos (1930-1939)**. Manaus: SESC/AM, 1995. Em 1936, informa o autor, 134 alunos haviam concluído os cursos comerciais nas citadas escolas. E como se pode perceber, ainda que contemporâneas, as escolas comerciais Solon de Lucena e Lopes Gonçalves eram escolas distintas. E assim se mantiveram ativas por várias décadas, alterando em alguns momentos a nomenclatura para se adequar às normas educacionais vigentes.

preferencialmente entre seus sócios de reconhecida competência⁸². Tal controle da nomeação de seus professores se manteve mesmo depois que ocorreu a mudança da organização para sindicato em 1939. Sabemos ainda que sob a tutela do sindicato a escola passou a funcionar em 1942 num prédio localizado à Rua 10 de julho (figura 4)⁸³.



Figura 4: Antigo prédio da Escola Comercial Lopes Gonçalves, Rua 10 de julho, n. 11, atual Faculdade do SENAC, (2013).

Por fim, a terceira característica que define o papel da AECA era a grande influência perante o comércio e a constante preocupação em manter seus associados atrelados ao ramo comercial. Para isso, o órgão expedia cartas de recomendação de empregado aos diversos setores comerciais, principalmente no ramo retalhista.

O Projeto de Reforma dos Estatutos admitia dois tipos de sócios: o efetivo e o titular. Para ser efetivo, o sócio tinha que ser empregado em qualquer ramo do comércio, além de residir no Amazonas. Os titulares eram aqueles sócios que eram “pessoas estranhas” à classe, mas faziam contribuições regulares. Eram chamados também de “cooperadores”.⁸⁴ Possivelmente, eram pessoas de outros ramos do trabalho que tinham interesses comerciais ligados à associação. O titular podia ser também um efetivo

⁸² Rascunho do Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas [c. 1928]. Texto datilografado [s/l], [s/d]. p.14.

⁸³ ESTATUTOS do Sindicato dos Empregados do Comercio de Manaus. Manaus: S/ed. 1952. Capitulo V, item j, obrigações da Diretoria: “nomear os professores para os cursos da Escola SENADOR LOPES GONÇALVES”, p. 7.

⁸⁴ Rascunho do Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas. Folha 03.

“correspondente”, que se retirava para fora do Estado, mas correspondia aos interesses da classe no âmbito da Associação.

Havia ainda os “beneméritos”, graduação esta conferida somente aos efetivos, e os “benfeitores”, para os titulares. A condição para se adquirir estes títulos eram, entre outras: ter prestado serviços “de alta qualidade” à Associação, reconhecido em assembleia e ter feito donativos à mesma, estimado em pelo menos um conto de réis, além de ter adquirido pelo menos 50 sócios efetivos para a AECA, com mais de um ano de efetividade.⁸⁵ A mensalidade para os sócios, tanto efetivos quanto cooperadores, variava de acordo com as condições da época. Para o ano de 1928, o estatuto previa um valor não inferior a 5\$000 (cinco réis). Para adentrar como sócio, o candidato pagava algumas taxas, como por exemplo, o valor de 10\$000 (dez réis) para carteira de identidade da associação. Enquanto estivesse desempregado, o sócio poderia solicitar isenção de mensalidade, voltando a pagá-la uma vez empregado.

Com relação ao quadro da liderança do órgão observamos na sua primeira composição para o exercício de 1907, que era composto dos seguintes membros na Assembleia Geral: Raymundo Alves Tribuzi, presidente; Theophilo de Barros Correa de Mello e Neves, vice-presidente; Francisco d’Assis de Souza Guimarães, primeiro secretário; Francisco d’Assis e Souza, segundo secretário. Na Diretoria: Salvador Bráulio d’Albuquerque Montenegro, presidente; Antônio de Vasconcellos, vice presidente; Ascânio Saraiva, primeiro secretário e José Anthero de Sá, segundo secretário; por fim como tesoureiro temos José Nunes de Lima.⁸⁶ Havia ainda as comissões de sindicância e a sindical, sendo que esta estrutura hierárquica era rigidamente baseada nos princípios associativos do grêmio. Esta estrutura solidificava ainda o ideal identitário no sentido de criar uma ordem administrativa que ultrapassava a mera formalidade

Apesar de não termos localizado os primeiros estatutos da associação, os relatórios apresentados pela AECA faziam referência constante aos mesmos, principalmente, quando se tratava das eleições para os cargos. Isso demonstra que havia uma preocupação por parte dos dirigentes em manter os associados cientes do

⁸⁵ Rascunho do Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados do Comércio no Amazonas. Folha 04.

⁸⁶ PRIMEIRO RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comercio do Amazonas. Apresentado em sessão da Assembleia Geral de 08 de Dezembro de 1907. Manaus: Livraria Typographia Royal, 1907, p. 5-7.

seu cumprimento, além do zelo pela aparência administrativa. De forma que, por exemplo, nos primeiros relatórios eram nominalmente citados não somente os associados que entravam, bem como os que haviam saído por falecimento ou ausência justificada, mas, principalmente indicava aqueles que saíram da AECA por falta de pagamento, pois a inadimplência implicava uma falta de compromisso com a associação. Essas ações também davam mostras de responsabilidade e seriedade da associação perante a sociedade. Portanto, a ordem e a transparência eram parte da conduta da AECA.

Outra característica que reforçava a solidez identitária e a boa imagem da associação era a constância de alguns membros no quadro da liderança da AECA, ainda que em cargos diferentes, mantendo um revezamento entre eles, alternado em funções da Diretoria e da Assembleia Geral, como o guarda livros Virgílio Xavier de Souza ou José Antero de Sá, Antônio de Vasconcellos, entre outros (quadro 01).

Quadro I: diretoria da AECA de 1907 a 1918

ANO	1907	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1918
Cargos									
Presidente da Ass. Geral	Raymundo Alves Tribuzi	Manoel Ribeiro da Cunha	Antônio de Vasconcellos	Raymundo Alves Tribuzi	Raymundo Alves Tribuzi	Raymundo Alves Tribuzi	Francisco Salles Vieira	José Joaquim Rodrigues Martins	Edgard de Melo Freitas
Vice-Presidente da Ass. Geral	Theophilo de Barros Correa de Mello Neves	Antônio de Vasconcellos	Francisco Salles Vieira	Salvador Bráulio Albuquerque Montenegro	Júlio Marques Ferreira	Salvador Bráulio de A. Montenegro	Júlio Marques Ferreira	Ascanio Saraiva	Júlio Marques Ferreira
1º Secretário da Ass. Geral	Francisco d'Assis de Souza Guimarães	Virgílio Xavier de Souza	Mauricio Samuel Marrache	Francisco d'Assis de Souza Guimarães	Jose Inácio de Medeiros	Jose Inácio de Medeiros	Francisco d'Assis de Souza Guimarães	Antônio Bernardo de Oliveira	Raimundo Baptista de Brito Pereira
2º Secretário da Ass. Geral	Francisco d'Assis e Souza	Paulino Pequeno Ibiapina Filho	José Ignácio de Medeiros	José Anthero de Sá	Armando Antongini	Paulino G. Brazil	José Anthero de Sá	Antônio Penafort	Jeremias da Silva Leite
Presidente da Diretoria	Salvador Bráulio d'Albuquerque Montenegro	Raymundo Alves Tribuzi	Raymundo Alves Tribuzi	Gil José de Araújo	Francisco Salles Vieira	Francisco Salles Vieira	João Baptista Cordeiro de Melo	Raymundo Alves Tribuzi	Manuel Esteves Coutinho
Vice-Presidente	Antônio de Vasconcellos	José Nunes de Lima	Raymundo da Gama Silva	Francisco Salles Vieira	Virgílio Xavier de Souza	Júlio Marques Ferreira	Manuel Esteves Coutinho	Francisco Guedes Chagas	Virgílio Mariano Goulart
1º Secretário da Diretoria	Ascanio Saraiva	Jose Anthero de Sá	José Anthero de Sá	Júlio Marques Ferreira	Serafim Correia da Silva	?	José Morel	Virgílio Mariano Goulart	Rubim Fortunato
2º Secretário	José Anthero de	Francisco d'Assis de	D. José da	João Rodrigues	Alberto de Carvalho	?	Clycerio Vieira de	Ilydio Barroco	Francisco das

da Diretoria	Sá	Souza Guimarães	Camara Leme	Coelho			Sá		Chagas Carneiro
Tesoureiro	José Nunes de Lima	Marcílio Fernandes Basto	Antônio Guedes de Araújo	José de Souza Guimarães	José de Souza Guimarães	?	Manuel Antônio Gomes	José de Souza Guimarães	Virgílio Xavier de Souza

Fontes: Relatórios da AECA 1907-1914; Jornal Correio do Norte 1910-112; Jornal A Capital, 1918.

Observando o quadro 01, destaca-se um nome na liderança da AECA na primeira década de sua existência, a do guarda livros maranhense Raymundo Alves Tribuzi sócio fundador da AECA, que veio a Manaus em 1903, com uma intensa experiência em associações mutualistas⁸⁷. Assumiu na AECA os cargos de presidente da Assembleia Geral (1907, 1911, 1912 e 1913) e de presidente da Diretoria (1909, 1910 e 1915). Além de ter sido o sócio gerente do jornal Tribuna do Caixeiro, vinculado à AECA, sobre o qual iremos tratar mais adiante. Contudo, Tribuzi não foi somente um dedicado membro da AECA e engajado defensor dos ideais da classe caixeiral, ele também foi um cidadão bastante envolvido em atividades sociais elitizadas que se aproximavam dos ideais de ascensão social projetado dos caixeiros. Assim é interessante observar que em Manaus, Tribuzi fez parte das primeiras diretorias do Ideal Clube entre os anos de 1906 e 1913, que foi uma agremiação social que ganhou destaque no seio da elite manauara nas primeiras décadas do século XX, bem como participou do Racing Club, uma associação desportiva, bem conceituada na sociedade local.

Na década de 20 observamos ainda alguns exemplos dessa circulação entre os cargos de alguns nomes, não só de membros que já se faziam presentes na década anterior, como o já supracitado Virgílio Xavier ou Francisco de Assis, mas também de novos que mantiveram essa constância na direção da AECA, como Oscar Maia. Todavia, o que nos chama a atenção nos quadros da AECA é que alguns membros eram já identificados como comerciantes ou negociantes em Manaus enquanto exerciam suas atividades na associação. Como é o caso de Manoel Esteves Coutinho que era proprietário do navio Comendador Eduardo que realizava frete para o interior, ou Francisco Sales Vieira que era empregado na casa bancária Dusendosch Nommense & Cia, mas que também era agente da seguradora Equitativa.

⁸⁷ No Maranhão Tribuzi foi sócio fundador em 1890 do Centro Caixeiral, onde fez parte da direção em várias gestões, entre outras atividades. Era capitão da Guarda Nacional e membro da loja maçônica Renascença Maranhense, onde foi secretário adjunto em 1898. Era igualmente sócio no Maranhão da Sociedade Socorros Mútuos dos Marítimos e da Sociedade Mutuaria Providencia, onde fez parte da diretoria em 1900-1901. Faleceu em São Luís em 1918. Agradeço à minha orientadora Prof. Dra. Marcia Mello pelas informações biográficas ainda inéditas de Raymundo Alves Tribuzi.

Aparecem igualmente no quadro da liderança nessa fase de consolidação da AECA nomes que são reconhecidos como importantes intelectuais e políticos como Waldemar Pinheiro de Souza, que foi eleito por três vezes consecutivas como presidente da diretoria (1928, 1929 e 1930) e presidente da Assembleia Geral em 1931 (quadro 02), foi na década de 40 integrante da Associação Comercial do Amazonas e fez parte na década de 60 da fundação da Universidade do Amazonas. Bem como Felix Valois Coelho e Arthur Cesar Ferreira Reis, para citar alguns.

Os homens que passaram pela liderança eram letrados e normalmente possuíam experiência no comércio, seja como caixeiros ou donos de estabelecimentos. Dessa forma, a ocupação de cargos de confiança na AECA reforçava seu status social e ao mesmo tempo reforçava os ideais dos caixeiros perante os órgãos. Em suma, todo esse perfil da liderança foi fundamental para firmar o estabelecimento da AECA e expandir os ideais da categoria dos caixeiros. Abaixo um esboço dessa liderança (quadro II).

Quadro II: diretoria da AECA de 1921 a 1931

ANO	1921	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931
Cargos								
Presidente da Ass. Geral	Manoel Esteves Coutinho	Henrique E. Weiting	?	?	Gastão de Castro	Gastão de Castro	?	Waldemar Pinheiro de Souza
Vice-presidente da Ass. Geral	Constantino José Pires	Manoel Esteves Coutinho	?	?	Francisco d'Assis de Souza Guimarães	Jose Luciano de Moraes Rego	?	Oscar Maia
1º Secretário da Ass. Geral	Benjamim de Omena Farias	Arthur Stuart	Sebastião Saint Clair	?	Virgílio Xavier de Souza	Luiz Gonzaga Palmeira	?	Armando Cunha
2º Secretário da Ass. Geral	Francisco Gomes Rodrigues	Antônio Joaquim Bordallo	Tomas A. Baird	?	Amadeu de Castro	Cícero Sandoval da Costa	?	Manoel Pereira Pimenta
Presidente da Diretoria	Edgar de Melo Freitas	Antônio de Vasconcelos	João Rodrigues Coelho	João Rodrigues Coelho	Waldemar Pinheiro de Souza	Waldemar Pinheiro de Souza	Waldemar Pinheiro de Souza	Venâncio Igrejas Lopes
Vice-Presidente	Antônio da Silva Adrião	Raimundo da G Silva	M. J. da Câmara Junior (em exercício)	Antônio Moreira Júnior	Athur C. Ferreira Reis	Athur C. Ferreira Reis	Athur C. Ferreira Reis	Jose Sales Cavalcante
1º Secretário da Diretoria	Carlos Coelho	Francisco F. Filho	Felix Valois Coelho	Demóstenes Alves da	Carlos Gonçalves Filho	José Sales Cavalcante	Carlos Gonçalves	Jose Ribamar

				costa			s Filho	Neves
2º Secretário da Diretoria	Antônio Ferreira da silva	Bartolomeu Level	?	Jorge Andrade	José Sales Cavalcante	Francisco de Castro Silva	José Sales Cavalcante	Vicente Tino
Tesoureiro	Antônio Balbino M. Gouvea de Andrade	Antônio Balbino dos Santos	Oscar Maia	Oscar Maia	Eduardo da Costa Alves Nogueira	Eduardo da Costa Alves Nogueira	Eduardo da costa Alves nogueira	Jose Cardoso Marques

Fonte: Almanaque Laemmert 1921-1931; Relatórios da AECA 1926-1929.

A AECA tinha um discurso social que procurava validar perante a sociedade amazonense a imagem do caixeiro trabalhador. Esse discurso era pautado no ideal do progresso e civilização, que era naquele período o paradigma oficial do desenvolvimento econômico, político e cultural no Brasil e no mundo ocidental, oriundo dos avanços da Revolução Industrial⁸⁸. Índícios dessa postura no meio caixeiral no Brasil podem ser observados na historiografia nacional⁸⁹. Em Manaus, essa ideologia entre os caixeiros pode ser observada em seu periódico:

Somos, por conseguinte, um jornal de doutrina e de combate... um jornal de doutrina porque destas colunas – luminoso Sinai de onde emanará, em toda a sua fortaleza, a noção viril de nosso direito – vibrará, com a tranquila imponência da sua nobreza, a linguagem desassomburada e serena da nossa fé imortal!⁹⁰.

Os caixeiros eram uma categoria de trabalhadores que primavam pela ascensão social. Por isso, o doutrinamento e o sonho de chegar ao patronato eram características inerentes à profissão. Sendo assim, optavam pelo diálogo e cooptação com os poderes constituídos e o patronato. A cooptação e o diálogo eram as estratégias utilizadas para

⁸⁸ HOBBSAWM, Eric. J. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 39-88.

⁸⁹ Ver: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos Caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores no comércio em Maceió (1879-1917)**. Recife: Editora Universitária, coleção Teses e Dissertações (17), 2011, p. 124-129. Maciel salienta que os caixeiros de Maceió, influenciados pelo Positivismo, adotaram para si os princípios da era das luzes, “era do canto do progresso civilizacional”; POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**, 2007, p. 65-71. Popinigis analisa a influência do paradigma da modernidade no comércio carioca, destacando o papel social das grandes lojas de moda como símbolo do progresso e do luxo. Nesse sentido, o comércio “estava à frente do seu tempo, era a promessa do futuro”; SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Casa e balcão**, 2009. Santos desenvolve todo o seu trabalho na perspectiva de que os caixeiros de Salvador, embora fossem explorados, também primavam pela ascensão profissional no bojo da doutrina civilacionista.

⁹⁰ Tribuna do Caixeiro nº1, Manaus, 21 de abril de 1908.

ganhar a confiança do patrão e com o tempo poderiam chegar ao cargo de comerciante. Por isso, evitavam os embates diretos e adotavam uma postura política neutra nos confrontos políticos que fervilhavam em Manaus no início do século. Porém, o surgimento de partidos e os enfrentamentos políticos e ideológicos exigiam que a AECA tomasse uma posição na arena política, pois segundo seu periódico *Tribuna do Caixeiro*, “essa legenda do socialismo, esse – ‘E pluribus unum’⁹¹ que deve ser incontestavelmente a legenda da humanidade inteira (...) nós o saberemos valer no momento supremo das nossas supremas agonias”⁹².

Pelo discurso exposto acima podemos perceber que a proposta da AECA era a não confrontação política e ideológica. Embora o órgão se declarasse socialista, essa legenda só era evocada nos momentos de radicalização política com outros setores. Assim, o órgão não somente evitava as disputas político-partidárias como expressava para a sociedade o ideal do trabalhador segundo os parâmetros do progresso e da civilização.

1.3 Caixeiros na imprensa dos trabalhadores: discursos e ideologias.

A imprensa no Amazonas desempenhou um papel importante na articulação e organização dos trabalhadores, especialmente aquela imprensa vinculada ao movimento operário que se desenvolvia no resto do Brasil, em particular nos centros de grande efervescência político-ideológica, como Rio e São Paulo. Nesse sentido, Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro analisam a importância da imprensa operária enquanto fonte histórica que desde meados do século XX vem sendo estudada nas universidades do Brasil e que trazem à cena histórica as vivências dos trabalhadores urbanos⁹³.

De acordo com essa perspectiva dos autores, os jornais operários expressavam as tradições, aspirações e conspirações no momento de produção da borracha, no contexto em que Manaus e outras capitais do Brasil viviam um “turbilhão de

⁹¹ Traduzido do latim significa "De muitos, um".

⁹² *Tribuna do Caixeiro*, nº 44, Manaus, 28 de fevereiro de 1909.

⁹³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar. **A Imprensa operária no Amazonas**. Manaus: EDUA, 2004. (documentos da Amazônia), vol. 1, p. 9-14.

transformações socioeconômicas, políticas e culturais”.⁹⁴ Essas experiências dos trabalhadores trazidas à luz do conhecimento histórico são frutos de uma reavaliação dos títulos produzidos por e para os trabalhadores. Essa iniciativa é estimulada por uma historiografia que vem rompendo com a tendência historiográfica voltada para o universo da classe dominante, que por muito tempo se utilizou de uma análise unilateral para explicar o processo histórico. Dessa forma, o trabalho dos autores citados contribui para se observar outras imagens do trabalhador expressas nos jornais operários, revelando tramas e angústias no mundo do trabalho, marcado por dilemas e dificuldades.

A imprensa operária, nessa linha de raciocínio, foi um instrumento de conscientização de luta dos trabalhadores, traduzido em denúncias de opressão patronal e precárias condições de vida dos trabalhadores. Como exemplo de jornais que denunciavam as humilhações dos trabalhadores, torna-se ilustrativo a postura do jornal Operário (publicado em fins de 1892), que denunciava o empastelamento de periódicos e as prisões arbitrárias de jornalistas da oposição ao governo de Eduardo Ribeiro, visto tradicionalmente como o grande embelezador de Manaus, porém seus atos repressivos denotavam mais a figura de um líder autoritário.⁹⁵

Os trabalhadores gráficos tiveram papel importante no desenvolvimento da imprensa operária em Manaus. Durante a República Velha (1889-1930), esses profissionais produziram pelo menos 04 periódicos, inclusive produzindo os primeiros periódicos operários do Amazonas: o Gutemberg e o Operário. O Gutemberg tirou seu primeiro número em 15 de dezembro de 1891 e o Operário circulou no ano seguinte. Além desses, circulou o Recordação com um único número em homenagem às artes gráficas.

Outro jornal foi o Lucta Social, de cunho anarquista. Toda essa tendência jornalística estava inserida no boom do periodismo amazonense e com a proliferação das tipografias, que colocou o Amazonas no contexto da produção jornalística nacional, apesar das dificuldades financeiras e estruturais que caracterizaram o surgimento dos periódicos a nível nacional e local.⁹⁶

Para ilustrar mais ainda esse periodismo no Amazonas, elencamos 14 jornais que foram mapeados pelos autores acima citados no período entre 1890 a 1928, cuja

⁹⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar, **A Imprensa operária no Amazonas**, 2004, p. 9.

⁹⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar, **A Imprensa operária no Amazonas**, 2004, p. 10.

⁹⁶ Para maiores informações sobre a imprensa operária no Brasil, ver: FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

importância como documento histórico contribui para a compreensão da organização da classe trabalhadora. No final da década de 1890, tivemos 03 jornais: O Restaurador (1890), Gutemberg (1891-2) e o Operário (1892). No início do século XX, aparece primeiramente o jornal produzido pela liderança dos caixeiros, Tribuna do Caixeiro (1908-1909), seguido pela Confederação do Trabalho (1909), O Marítimo (1911), Recordação (1911), Marinha Mercante (1913), A Lucta Social (1914), Folha Marítima (1916), o Construtor Civil (1920), O Extremo Norte (1920), Vida Operária (1920) e o Primeiro de Maio (1928). Após essas considerações, passaremos agora à análise do periódico dos caixeiros na imprensa operária em Manaus.

A primeira edição do jornal Tribuna do Caixeiro surgiu em 21 de abril de 1908. A publicação era semanal, sendo editado na sede da AECA, circulava aos domingos. De acordo com o acervo existente, o jornal circulou de abril de 1908 a novembro de 1909.⁹⁷ O jornal oferecia assinaturas para a capital e interior, evidenciando assim seu interesse de alcançar leitores para além da esfera local. Além de receber apoio financeiro da AECA, o jornal mantinha também uma rede de colaboradores ligados ao comércio, cujo patrocínio ajudava a manter o seu funcionamento, como por exemplo, o Café Tico-tico à Rua Tamandaré, Casa Itatiaya à Rua Municipal e o Café Riche à Av. Eduardo Ribeiro.

Na composição da direção do jornal estavam: Raymundo Alves Tribuzy (presidente); Maurício Samuel Marrache (1º secretário); Abel Costa Mendes (2º secretário) e Simon Horner (tesoureiro). E os diretores redatores: Antônio de Vasconcellos, José Jorge Vieira, José Nunes de Lima, J. Anthero de Sá, Virgílio Xavier de Souza e Jaime Ferreira Ramos. Como se pode observar, o jornal foi em grande parte formado por caixeiros associados da AECA.

O jornal Tribuna do Caixeiro, ao lado de outros periódicos operários em Manaus, assumiu uma postura de reivindicações da classe trabalhadora de forma particular, porém não desvinculada do contexto geral das reivindicações a nível nacional. Como evidência deste fato, podemos citar as articulações do jornal com outras congêneres nacionais e até internacionais, como a “Phoenix Caixeiral” e o “Santelmo” (Ceará), “Folha do Norte” (Pará), “O Maranhão” (São Luís), “O Grito” (Salvador), “Correio da Noite” (Rio de Janeiro), “Caixeiro do Norte” (Porto, Portugal) e “La Aurora” (Buenos

⁹⁷ O jornal tinha o formato de 25,7 x 36,5 cm, possuindo três páginas e três colunas. No presente trabalho utilizamos os jornais encontrados nos acervos da biblioteca do Museu Amazônico e na biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

Aires), entre outros periódicos que mantinham contato com o jornal Tribuna do Caixeiro através da divulgação e distribuição de seus exemplares.

Os caixeiros se viam como possuidores de um ideal universal que refletia sua postura de não confrontação com os setores elitizados e que os colocava na vanguarda das pretensões ao cargo de patrão, pelo menos nos primeiros anos de euforia do crescimento comercial. Os comerciários associados viam na AECA não somente um órgão defensor de seus direitos de classe e status social, mas também um incentivo ao crescimento profissional que os qualificava a se perceberem como trabalhadores cultos. A prova disto eram as inúmeras referências do periódico aos encontros nos círculos elitizados.

A AECA divulgava através de seu periódico as atividades sociais da classe, como por exemplo, os saraus dançantes em noite de gala. Bem como registrava a presença de algum membro da diretoria do jornal em sessões solenes com autoridades políticas ou comerciantes. Igualmente destacava a participação dos representantes do poder local em seus eventos, como por exemplo, a comemoração do aniversário da AECA em 1908, no qual foram registradas de forma portentosa as presenças de Armindo de Barros, vice-presidente da ACA; do Dr. Adriano Jorge, que fez um discurso; do governador Coronel Antônio Bittencourt, além do superintendente Coronel Domingos de Andrade; do inspetor da Alfândega João Serra e o Cônsul de Portugal José Augusto de Magalhães⁹⁸.

O jornal trazia como subtítulo a frase “Órgão de propaganda e defesa dos interesses da classe”, e embora o seu público-alvo fossem os comerciantes e caixeiros, verificamos que o jornal procurava alcançar outros setores da sociedade. Publicava junto aos seus textos militantes de reivindicações voltadas para os caixeiros, outros de linguagem literária cujo teor era veiculado às senhoras, aos caixeiros, aos jovens e letrados, com poemas e romances de poetas brasileiros consagrados, como Castro Alves.

Além de seções que divulgavam eventos no mundo artístico, cultural e político de Manaus, como festas religiosas, saraus dançantes nos círculos sociais da cidade e personagens ilustres ligados ao ramo comercial. Divulgava encontros políticos e sociais da elite, anunciava a chegada e saída de navios, apresentações no Teatro Amazonas e programas de companhias de danças, além de um espaço de reivindicações voltadas

⁹⁸ Tribuna do Caixeiro, nº 30, Manaus, 11 de novembro de 1908.

para os caixeiros. Havia também um espaço destinado às queixas do povo ou de interesse geral, que passava pelo crivo dos editores, embora tenhamos detectado somente um caso de reivindicação para além dos círculos caixeirais, como por exemplo, que foi a queixa dos moradores da Rua Bacury contra a falta d'água.

A postura do jornal acima descrito demonstra que o mesmo era bem articulado na sua forma de atingir o público a quem se destinava. Numa sociedade em que novas demandas socioculturais ganhavam fôlego, ao lado da imprensa operária de Manaus a imprensa dos caixeiros tentava acompanhar também o ritmo dos acontecimentos do mundo do trabalho desempenhando um papel fundamental no entendimento das demandas trabalhistas, e o Tribuna do Caixeiro se apresentava como um órgão não somente aglutinador dos interesses dos caixeiros mas também procurava se identificar com seu público–alvo.

Além da informação voltada para a luta de classes, os jornais operários desempenhavam também o papel de instrumentos culturais que trazem à cena histórica as atitudes cotidianas dos trabalhadores. As formas de pensar e agir eram revelados nas notícias voltadas para a classe trabalhadora, pois de acordo com Maria Luiza Pinheiro,

Com efeito, seria um equívoco pensar que nos limites dessa escrita militante não houvesse espaço para a discussão de temas e questões mais gerais com os quais a classe trabalhadora também se identificava: religiosidade, lazer, literatura, e educação, por exemplo, tinham tanta expressão nos jornais dos trabalhadores quanto a organização política, a ação direta e a luta sindical.⁹⁹

Entendemos que essa preocupação cultural, expressada pelos textos de literatura presentes nas páginas do Tribuna do Caixeiro, à qual observamos em suas colunas e inúmeros contos literários, não eram desvinculados da preocupação sempre ativa das condições de trabalho dos caixeiros. A informação, nesse caso, era sempre acompanhada de floreios literários de forma subjetiva. É ilustrativo o ocorrido em março de 1909, quando um grupo de intelectuais fundou a Assembleia Literária, uma agremiação para incentivar a leitura e debates literários, que tinha vínculos estreitos com a AECA. O jornal aproveitou o clima de novidade para informar ao público a necessidade de livros de literatura na biblioteca da associação, pois de acordo com o jornal “é bem verdade que ainda não temos livros. Esta carência de monumentos literários, porém,

⁹⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar, **A Imprensa operária no Amazonas**, p. 13.

não se contrapõe à minha afirmação, expressão, aliás, de crença sincera, de que atravessamos uma época feliz de intensa atividade mental”¹⁰⁰.

Essa “época feliz de intensa atividade mental” refere-se ao momento de grande excitação literária do período. Nessa época, os jornais publicavam contos e histórias de grande aceitação pelo público feminino, principalmente aquelas pertencentes aos círculos letrados, com sua linguagem romântica e erudita. Contudo, desde o início da instalação da Província do Amazonas, em 1852, que o desenvolvimento jornalístico assume feições peculiares em relação aos grandes centros, como por exemplo, a informação literária divulgada de forma jornalística em detrimento do livro, pois, como afirma Maria Luiza Ugarte,

Ao contrário do livro, o jornal, tendo custo de produção menor, chegava com maior frequência e intensidade aos leitores da província, e assim, seu processo de editoração começou mais cedo, com a própria montagem do aparato administrativo provincial, em 1852¹⁰¹.

O processo de apropriação no Amazonas correspondeu a um período de implantação de uma cultura jornalística que teve seus altos e baixos, assim como acontecia no conjunto das demais províncias brasileiras, dados as devidas peculiaridades de cada região. Todavia, o processo de editoração jornalística no Amazonas ganhou, na passagem para o século XX, um impulso vigoroso. O qual deve ser compreendido por ter sido,

Favorecido pelo recurso ao telégrafo e o acesso às recém-criadas agências internacionais de notícias, os grandes jornais espalham pelo mundo seus correspondentes, buscando propiciar ao seu público-leitor as ‘mais recentes notícias’ de Londres, Paris ou da América¹⁰².

O periódico adotava as variadas formas poéticas para cativar seu público, desde sonetos aos acontecimentos históricos com linguagem poética, como a descrição do fim da União Ibérica pela passagem de seu aniversário e a proclamação da República no Brasil. O folhetim era um forte atrativo para os jornais.¹⁰³ Seu uso era uma estratégia de alcançar o público, fosse ele letrado ou analfabeto. Seu caráter de ficção era

¹⁰⁰ Tribuna do Caixeiro, nº 50, Manaus, 11 de abril de 1909.

¹⁰¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**. Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Tese de doutorado, PUC/São Paulo, 2001, p. 43.

¹⁰² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, **Folhas do Norte**, 2001, p. 161.

¹⁰³ SANTOS, Jorge et al. **Cem anos de imprensa no Amazonas (1850-1950)**. Catálogo de jornais. 2ª Edição revisada, Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1990, p. 14.

subjetivamente ligado aos acontecimentos oriundos do contexto da época. O periódico dos caixeiros utilizava esse mecanismo para difundir o gosto pela leitura e ao mesmo tempo valorizar a ordem e o trabalho. Ao analisarmos o jornal, percebemos essa característica do primeiro ao último número.

Sua estrutura editorial almejava, além da defesa dos interesses dos trabalhadores do comércio, identificar o caixeiro como um trabalhador nobre por excelência, colocando-o sempre como um ser em constante ascensão, por isso utilizava uma linguagem letrada e carregada de sentimentalismo:

Felizmente, porém, a tristeza que nos deixa no espírito o imenso conforto desta visão retrospectiva, que é ao mesmo tempo a análise íntima de todas as nossas fadigas e a acerba lembrança de todos os nossos velhos sofrimentos morais, opõem-se, hoje, num maravilhoso efeito de contraste, às fulvas refulgências de uma grande esperança que nos enche de brilhos e de cânticos a estrada do futuro¹⁰⁴.

Percebe-se, assim, que a linguagem poética e sentimental utilizada no periódico tinha como objetivo a perseverança, a lucidez de um futuro garantido enquanto categoria consciente de seus avanços. Na literatura da época, assim como hoje, a imprensa era a forma pela qual os indivíduos expressavam não só suas reivindicações, mas também seus sentimentos e visão de mundo.

Segundo Roger Chartier, o texto escrito ou oral revela uma produção de sentidos que é apropriado pelo leitor, embora essa apropriação não seja de forma unilateral ou desprovida de elementos culturais e simbólicos¹⁰⁵. Nesse entendimento, significa dizer que no processo de apropriação cultural e identitária através da literatura, a informação produzida pelo texto sofre alterações impostas pelas impressões do leitor, de acordo com seu sistema de representações do mundo que o cerca.

Há, com isso, uma reciprocidade entre quem escreve e quem lê, ou seja, os sistemas simbólicos de representação do autor traduzidos em narrativa alteram o referencial simbólico do leitor e este imprime um novo olhar sobre o texto baseado na sua representação do real, alterando para si o significado original. Portanto, a importância dispensada à forma como os sujeitos históricos escrevem e interpretam os textos revela temas subjacentes à experiência dos indivíduos¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Tribuna do Caixeiro, nº 1, Manaus, 21 de abril de 1908.

¹⁰⁵ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand/Brasil, 1990, p. 187.

¹⁰⁶ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**, 1990, p. 187.

Nesse sentido, o *Tribuna do Caixeiro* apareceu na imprensa dos trabalhadores como uma voz altissonante com a intenção de imprimir em seus leitores a imagem de uma categoria que desejava se identificar com valores burgueses através do trabalho. A aceitação dessa imagem por parte dos caixeiros nem sempre correspondia ao perfil traçado pelo jornal, pois muitos não se interessavam pelo associativismo.

Em resposta à “indiferença” dos caixeiros, o jornal insistia em imprimir a imagem de ascensão profissional. Essa impressão do sonho de ascensão ao patronato era regida pelos registros nas participações em eventos burgueses e nos círculos elitizados. Exemplo disto são os eventos no Teatro Amazonas que eram incentivados e outros patrocinados pela associação com o intuito de arrecadar fundos. O público em referência era sempre aquele que detinha alguma ligação com a elite. Como afirmou Ana Maria Daou, o Teatro Amazonas era um símbolo da modernidade nas selvas que exaltava a ordem republicana e o progresso, onde seus edifícios de fachada sugerem uma “tropicalização da cultura republicana”. Toda a suntuosidade do Teatro refletia o gosto e os hábitos da elite. A autora afirma que:

O ritual de ida ao teatro oferecia à elite uma oportunidade de conhecer a si mesma e aos comportamentos condizentes com as alterações porque a cidade e a sociedade passavam. Os frequentadores do teatro, ao conferirem os gestos e trajes de cada um, nutriam a fantasia de civilização, de comunhão dos benefícios desta modernidade¹⁰⁷.

Houve ocasiões em que o jornal criticava o preço dos bilhetes nas apresentações e a qualidade dos espetáculos, além do uso dos chapéus e penteados usados pelas mulheres durante as programações.¹⁰⁸ Era uma forma de procurar identificar a ideologia dos caixeiros com querelas da elite, mas mantendo o discurso trabalhista de defesa das melhorias na qualidade e condições de trabalho dos comerciários. Seus editores procuravam difundir para a categoria e a sociedade a sensação de que os trabalhadores do comércio eram bons cidadãos e que almejavam alcançar um futuro promissor ao lado dos patrões, ou seja, da elite.

A AECA se fazia representar até nas despedidas de autoridades no porto. Era uma forma de reforçar seu ideal de trabalhador elitizado, “parecendo burguês”. Assim como faziam seus pares de colarinho branco, vestiam-se com roupas finas e chapéus caros, para se distanciarem, pelo menos na aparência, de outras categorias,

¹⁰⁷ DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000, p. 54.

¹⁰⁸ *Tribuna do Caixeiro*, nº 03, Manaus, 03 de maio de 1908.

principalmente dos trabalhadores braçais ou vendedores não qualificados. Por isso, os caixeiros mais próximos ao patrão deveriam ter boa índole e serem letrados ou bem alfabetizados. Essa imagem do trabalhador instruído e ordeiro era apresentada à sociedade amazonense como uma ideologia do progresso a serviço do bem-estar social através de seu periódico.

Observamos que o jornal dos caixeiros tinha uma relação não conflituosa com outros periódicos do período. O órgão procurava sempre alinhar-se às outras vozes que procuravam mostrar os problemas da cidade e defender os interesses dos trabalhadores. Nas sessões de inaugurações e saraus, era comum a presença de editores e representantes de alguns jornais, como o “Jornal do Comércio”, etc. Quando se tratava de defender os interesses comuns à sociedade e o bem-estar moral do trabalhador, o Tribuna dos Caixeiros aliava-se aos discursos da imprensa, principalmente operária. Quando, porém, o discurso social enveredava abertamente para as questões políticas, o jornal distanciava-se dos debates. Em todos os números analisados, não encontramos evidências concretas de ligação política com outras entidades ou partidos políticos, pelo menos nos discursos mais amplos proferidos para a sociedade.

Na esteira das querelas sociais, o jornal aliava seu discurso aos demais jornais, como por exemplo, o jornal “A Notícia”. Por outro lado, esse jornal tinha uma postura política aguerrida, comentando sempre a situação política do Estado. Defendia a República e fazia críticas às nuances políticas federais em época de eleição. Embora se negasse a fazer campanha política, o jornal comentava, por exemplo, a candidatura de Hermes da Fonseca em 1909 e seus desdobramentos na política local. Porém, “A Notícia” também criticava ferozmente a “vagabundagem e o ócio” que seriam promovidos ou incentivados pelos cambistas de bilhetes de loteria, promovida por jovens que, segundo o jornal, estariam “infestando as ruas da cidade e trazendo constrangimento à população honesta”¹⁰⁹.

Como já dissemos, nesse período a cidade passava por grandes transformações e os problemas sociais oriundos dessa fase, como o ócio e a vagabundagem, faziam com que as autoridades tomassem providências. Na imprensa, não foram raros os apelos dirigidos aos órgãos competentes, como se pode perceber no texto do jornal “A Notícia”:

¹⁰⁹ A Notícia, nº 187, Manaus, 12 de junho de 1909.

Mas temos uma lei repressiva dessa degradação moral em que se resvalam, tombam e caem inermes e inertes os que não querem o trabalho penoso, embora, mas honesto, e preferem as ruas da cidade, ociosamente visitadas e indolentemente percorridas, na vagabundagem de cambistas ambulantes, de loterias, às conquistas das riquezas pelo suor do rosto¹¹⁰.

A mendicância era tão latente em Manaus que o jornal A Notícia denunciava sua existência até durante as festas noturnas.¹¹¹ O jornal Tribuna do Caixeiro procurava da mesma forma denunciar esses problemas na arena da imprensa quando o assunto era a moralização social em prol dos caixeiros e nesse sentido buscava sempre falar a mesma linguagem dos outros jornais.

O discurso de defesa dos caixeiros era algumas vezes também veiculado por outros periódicos, principalmente quando se tratava de expor na imprensa alguma conquista. Podemos citar, por exemplo, o jornal Correio do Norte, cujo nome aparece nos relatórios da AECA de 1911 como um dos defensores da causa caixeiral.¹¹² De fato, observamos em uma edição do “Correio do Norte” de 1911, que o periódico registrava sua posição contrária ao habeas corpus impetrado pelos comerciantes retalhistas contra a decisão municipal sobre o horário de encerramento do trabalho a favor dos comerciários, dizia o jornal que “agora, porém, aparece tal sociedade que se diz fundada para proteger a classe caixeiral pretendendo que a mesma seja sujeita novamente ao trabalho sem descanso que tinha antigamente”¹¹³.

O jornal Correio do Norte compartilhava do ideal dos comerciários e se posicionava a favor da classe trabalhadora de modo geral, como o apoio à greve dos estivadores e carroceiros ocorrida em 1911. Fundado em 1906, identificava-se como órgão do Partido Revisionista do Amazonas. De caráter político e crítico, utilizava uma linguagem popular e criticava a postura de alguns setores da imprensa em relação à crise econômica. Segundo o jornal, uma parte da imprensa estaria mais voltada para as querelas políticas em detrimento do caos social, motivo pelo qual o jornal se declarava uma voz das classes oprimidas.

O Correio do Norte foi um dos periódicos que até 1912 manteve estreitas relações com a AECA, divulgando as aspirações e demandas dos caixeiros na imprensa, mesmo

¹¹⁰ A Notícia, nº 182, Manaus, 07 de junho de 1909.

¹¹¹ A Notícia, nº 182.

¹¹² TERCEIRO RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1909, apresentado à Assembleia Geral em 09 de janeiro de 1910. Manaus: Tipografia “Palais Royal”, 1910, p. 13.

¹¹³ Correio do Norte, nº 702, Manaus, 28 de maio de 1911.

depois do desaparecimento do Tribuna do Caixeiro em 1909. Fortalecendo o ideal da categoria em meio à crise gomífera, quando chamava a atenção para as qualidades necessárias para o seu bom desempenho, dizendo que: “O caixeiro de hoje não é o de anos atrás, boçal e inepto. Atualmente ele um descortino de vista mais amplo e já compreendeu que, sem instrução, não se pode ter um futuro risonho”¹¹⁴. Percebemos que a postura do jornal dos caixeiros enquadrava-se numa dicotomia ideológica que não se anulavam. Ao contrário, reforçavam os ideais da categoria: teoricamente aproximavam-se do programa do socialismo reformista e na prática buscavam alinhamento com outras vozes em defesa dos caixeiros sem apelar para formas violentas de reivindicação e confronto. Adotavam formas próprias de luta sem se isolarem das demais classes sociais.

Portanto, podemos perceber acima que os ideais dos caixeiros assinalados na imprensa eram visíveis não somente do ponto de vista ideológico, como também na esfera das relações de classe. Os ideais de classe universais que uniam os trabalhadores eram compartilhados pelos caixeiros, como: melhorias nas condições de trabalho, salários dignos, doutrinação e união. Nesse sentido, quando se tratava de defender os interesses dos trabalhadores, as associações e os partidos colocavam as demandas dos trabalhadores acima dos embates ideológicos.¹¹⁵ Os caixeiros se identificavam com os trabalhadores nos momento de defesa da classe em geral. Uma prova disto são as reuniões que o Tribuna do Caixeiro informava ao público realizadas no salão nobre da AECA com representantes de várias categorias, como os gráficos.

Outros jornais da imprensa operária em Manaus demonstravam formas de reivindicações mais radicais como greves e passeatas. O Tribuna do Caixeiro procurava sempre transmitir a postura da AECA para a sociedade, que era uma postura pautada no diálogo e na agregação. Tal postura se mantinha mesmo em tempos de crise, quando as relações entre o trabalho e o capital ficavam mais enrijecidas.

A conduta do Tribuna do Caixeiro era sempre a da valorização do trabalhador a qualquer custo e muitas vezes refreava o desejo de responder aos ataques dos seus opositores via imprensa, como podemos ver nesta coluna de 1909, em que afirma que:

A conduta irreparável do nosso modesto jornalzinho tem despertado naqueles que nos concedem a generosidade de sua leitura, conceitos que

¹¹⁴ Correio do Norte, nº 702, Manaus, 28 de maio de 1911.

¹¹⁵ COSTA, Francisca Deusa Sena. Imprensa operária em Manaus: tendências e discursos (1890-1920), **Revista da APG**, PUC/São Paulo, 1997, ano V, nº 10. P. 134-135.

precisam do nosso agradecimento sincero (...) e é certo que muitas vezes reprimimos nessa tenda onde se trabalha só pela ventura de uma coletividade, os nossos naturais ímpetos de moços, ante os ataques insidiosos que a sanha dos inconscientes levanta para satisfazer caprichos os intentos gerados de concepções doentias donde só brotam as sementes do mal¹¹⁶.

Conforme assinalado anteriormente, o periódico dos caixeiros sempre evitava os embates políticos e ideológicos com outros setores. Porém o jornal às vezes usava uma linguagem mais aguerrida para defender na imprensa sua postura de resguardar a categoria dos caixeiros que congregavam na esfera da AECA. O cuidado em não desvalorizar o ideal da categoria mediante os ataques da oposição revela a preocupação do órgão em continuar neutro no espaço de disputa da imprensa, além de continuar buscando o apoio dos leitores e dos caixeiros ligados à AECA:

Mas a nossa educação da qual se origina o respeito e acatamento que devemos ter pelas ideias alheias, ainda as mais absurdas, proíbe-nos de queimar com o ferro em brasas, a barba venenosa desses répteis, que não merecem enfrentar com contendores generosos¹¹⁷.

Durante todo o período em que o jornal existiu, sua linguagem foi articulada no sentido de fortalecer os vínculos entre o órgão o qual representava e a sociedade. Além, é claro, de defender os ideais dos caixeiros perante as forças dominantes, que se articulava em Manaus em prol de seus interesses econômicos. Para tanto, utilizou-se de um estilo literário comum à época para expor à sociedade o ideal de trabalhador perfeito, aliando-se a outros jornais que defendiam os trabalhadores de modo geral, conforme analisado anteriormente.

O periódico dos comerciários passava à sociedade a imagem dos caixeiros como exemplo de uma classe laboriosa que tinha sonhos de uma ascensão profissional, aproximando-se dos ideais burgueses. Seguindo essa tendência, diferenciava-se dos outros seguimentos de trabalhadores, como os operários, que se articulavam na cidade através de greves e ataques de cunho político-ideológicos.

Enfim, a imagem que o jornal repassava à sociedade era a do trabalhador do comércio ordeiro, prestativo, em defesa dos bons costumes sociais e escalando para o patronato, daí a não confrontação com os setores burgueses. A imagem do caixeiro trabalhador e ordeiro era fundamental para se adquirir um emprego no ramo do

¹¹⁶ Tribuna do Caixeiro, nº 38, Manaus, 17 de janeiro de 1909.

¹¹⁷ Tribuna do Caixeiro, nº 38.

comércio, tanto que era comum na imprensa o anúncio de saída de empregados com boa reputação perante o patrão, como por exemplo, uma carta ao comércio publicada em 1906 pelo jornal O Amazonas, confirmando a saída de um empregado na Casa B. Levy & Cia “depois de oito anos de serviço, sem manchar sua imagem”¹¹⁸.

Não sabemos ao certo os motivos do fechamento do jornal, embora a causa financeira possa ter sido um dos motivos, pois o periódico havia contraído uma dívida de 500\$000 (quinhentos mil réis). Contudo, acreditamos que seu encerramento se deve também por questões ideológicas na gerencia do jornal, visto que em sua última edição normal de número 54 que circulou em 23 de maio de 1909¹¹⁹ foi publicado um artigo bastante enfático quanto à falta de compromisso com a lei de fechamento das portas por parte de algumas casas comerciais, no qual foram nominadas no jornal, como os Armazéns Andresen¹²⁰. Após o encerramento do jornal o seu material tipográfico foi incorporado ao patrimônio da AECA. No relatório da diretoria da AECA em 1910 ficou indicada a questão ideológica que se esperava na condução do jornal:

A ‘Tribuna do Caixeiro’, jornal mantido pela Empresa, que se criara para a exclusiva defesa da Associação e classe dos empregados no comércio, ficou, portanto, pertencendo a esta sociedade. Cumpre à Associação, agora, organizar o seu corpo redacional e deliberar sobre a publicação de um jornal ou Revista, que, bem dirigido, possa ser o porta-voz daquilo que pensamos, sentimos e devemos dizer em prol somente dos interesses e regalias do caixeiro em geral, sem a mais leve palavra sobre política ou religião, casos previstos em nossos Estatutos¹²¹.

Assim, a voz dos caixeiros silenciou-se na imprensa dos trabalhadores, vindo a reaparecer somente em 1933, numa outra conjuntura política, através de outro periódico sob o nome de O Comerciário. Antes de seu fechamento, porém, o Tribuna do Caixeiro atuou na imprensa operária como uma voz dos comerciários tentando unir os caixeiros em torno dos ideais do trabalho e ascensão social.

¹¹⁸ O Amazonas, [s/n], Manaus, 31 de julho de 1906.

¹¹⁹ Cabe aqui um esclarecimento do que consideramos aqui como “última edição normal” do jornal. Ocorre que o derradeiro jornal a Tribuna do Caixeiro sob o número 55, circulou somente em 11 de novembro de 1909, e foi uma edição comemorativa do aniversário da AECA, quando já havia sido decretado o fechamento do jornal.

¹²⁰ Cujo sócio gerente José Cláudio Mesquita era um respeitado comerciante que fazia parte da direção da Associação de Comerciantes.

¹²¹ TERCEIRO RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1909, p. 7-8.

Capítulo 2

Criando e improvisando experiências: conflitos internos e relações de poder.

2.1 Entre aspirações e cotidianos

No processo de desenvolvimento das experiências dos sujeitos históricos, as aspirações que dão sentido à vida e aos sonhos não estão desvinculadas dos cotidianos desses sujeitos. A historiografia tem demonstrado que os estudos que abordam as visões de mundo dos homens e mulheres a partir da forma como se relacionavam entre si e com a realidade de seu mundo, é um caminho promissor para a compreensão da experiência histórica¹²².

Nossa compreensão do cotidiano dos caixeiros tem como base as referências encontradas no periódico desses trabalhadores e nos relatórios da diretoria de sua associação. Apesar do *Tribuna do caixeiro* assumir uma postura política neutra na arena da imprensa dos trabalhadores, muitos de seus artigos revelam aspirações e sonhos forjados em meio às tensões existentes no seio da própria classe e no cotidiano do trabalho.

Mesmo após o fechamento do jornal no final de 1909, esses enfrentamentos continuaram latentes pelo menos no seio da diretoria da AECA, conforme podemos perceber nas falas da diretoria do órgão. Os desdobramentos desses conflitos atingiam a esfera associativa, além dos conflitos externos oriundos da luta entre capital e trabalho, este último será assunto do próximo capítulo. Tais conflitos acirravam-se principalmente em momentos de retração do comércio devido à crise econômica. Os relatórios expedidos pelas diretorias no final de seus mandatos demonstram nas entrelinhas e às vezes de forma direta que nem todos da diretoria compartilhavam do mesmo rumo que a associação deveria seguir.

Comparando as falas dos jornais com as falas dos relatórios, percebemos então que entre alguns desses trabalhadores não havia uma uniformidade quanto aos meios

¹²² Nessa perspectiva dos sujeitos históricos, ver: THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade, vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

de emancipação dos ideais dos caixeiros. Se esta uniformidade existiu, foi no sentido classista de se identificarem como trabalhadores do comércio, o que não impedia a existência de formas diferenciadas de alcançar os mesmos objetivos. O resultado dessas rupturas internas gerava dissidências, fato bastante visível nas falas da liderança. Em Manaus, esse fato não foi exclusivo. Dissidências entre os caixeiros eram comuns em outras capitais brasileiras, dependendo do grau de disputas ideológicas internas e da diversidade de ocupações no comércio¹²³.

A questão em relação aos caixeiros de Manaus, é analisarmos a natureza dessas discordâncias internas, para então termos uma compreensão mais clara de seu cotidiano enquanto trabalhadores que labutavam sob a bandeira do associativismo. Em seguida, analisaremos algumas características observadas nas relações de poder que caracterizaram o paternalismo entre o patrão e o caixeiro, para compreendermos os paradoxos entre aquilo que o caixeiro queria (o sonho) e aquilo que ele vivia (cotidiano). Entendemos que esses dois aspectos lançam mais luz sobre o perfil do caixeiro que viveu em Manaus com suas especificidades e trará, a nível macro, uma compreensão mais acurada do mundo do trabalho aqui existente no início do século XX. Começaremos com o primeiro aspecto citado, as contradições internas.

Ao que tudo indica, antes mesmo da fundação da agremiação da categoria em 1906, já havia certa divergência no meio da categoria ou entre os que desejavam a fundação do grêmio, como se pode perceber nas entrelinhas de seu periódico:

Apesar do indiferentismo e da má vontade que reinavam no seio da classe, a ideia que embalou os nossos primeiros passos cresceu com a onda portentosa dos que tinham fé e a arrojada empresa, triunfando de todos os obstáculos, apresentou aos quatro ventos nesta futura Manaus, a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, constituída em oásis delicioso¹²⁴.

Durante o período em que analisamos os relatórios produzidos pela associação, pudemos perceber que esse “indiferentismo e má vontade que reinavam no seio da classe” estavam ligados a um ou mais grupos com propostas políticas diferenciadas daquelas adotadas pela AECA. A documentação analisada não deixa maiores esclarecimentos sobre a natureza ideológica dessa dissidência, mas os indícios apontam para a existência de rupturas políticas que eram mais visíveis nas falas dos

¹²³ Ver obras anteriormente citadas, em especial: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros**, 2011, p. 88-89; POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**, 2007, p. 143.

¹²⁴ Tribuna do Caixeiro, nº 30, Manaus, 11 de novembro de 1908.

diretores em suas prestações de conta. A ausência de participação dos diretores nas reuniões e a renúncia aos cargos administrativos, por exemplo, é um forte indicador de que a associação caminhava em solo pedregoso, como se pode perceber, por exemplo, em seu relatório de 1910:

Continuou pela ausência continuada e proposital de alguns de seus membros que, embora em Manaus, se obstinaram em faltas seguidas, as quais mui naturalmente se refletiram no resultado dos trabalhos desconexos que houve mister fazer¹²⁵.

A ausência sistemática de alguns membros indica que muitas das decisões tomadas não eram compartilhadas por todos os membros. Esses membros ausentes resistiam às propostas administrativas da maioria da diretoria através das faltas às reuniões, mesmo com o desconto em seus soldos no valor de 2\$000 (dois réis), por cada falta prevista no estatuto. O valor era arrecado para a construção de um mausoléu no Cemitério Municipal. Nesse caso, os suplentes eram convocados. No mesmo relatório, essa ala discordante da diretoria era novamente criticada e acusada de “indiferença”, nos seguintes termos:

Foi mister chamar à afetividade todos os vogais suplentes, que não estariam impossibilitados de ocupar cargos nesta Diretoria, e temos satisfação em declarar que entre eles encontramos excelentes companheiros, que vieram, com sua boa vontade, trazer um pouco de ânimo àqueles que se iam deixando invadir pela mórbida mola da indiferença¹²⁶.

No relatório administrativo relativo ao ano de 1911, encontramos mais evidências sobre o “indiferentismo” do qual eram chamados esses membros da diretoria que não compartilhavam das propostas do grupo em geral:

Fomos obrigados a chamar ao serviço todos os suplentes da Diretoria. Dentre todos, diretores e suplentes encontramos alguns dedicados até ao sacrifício, outros indiferentes e alheios por completo ao cargo para que fossem eleitos, sendo por isso, obrigados a tomar as providências requeridas em tais casos, chamando uns ao cumprimento do dever e suspendendo outros¹²⁷.

¹²⁵ QUARTO RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1910 apresentado à Assembleia Geral de 15 de janeiro de 1911. Manaus: Tipografia da Livraria Clássica, 1911, p. 4.

¹²⁶ QUARTO RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1910, p. 4.

¹²⁷ RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1911. Manaus: Tipografia da Livraria Clássica, 1912, p. 5

Outra evidência encontrada nesse relatório de divergências na diretoria reside na tentativa de reforma do regulamento interno da AECA. Ao que tudo indica, não houve unanimidade no parecer que regulamentava o regimento, conforme o relatório:

Tratou-se no início desta administração de remodelar o regimento interno da Sociedade; para isso nomeou-se uma comissão que não pôde, por motivos ponderosos, desobrigar-se dessa incumbência, sendo o mais importante a retirada repentina do relator da mesma¹²⁸.

Mesmo assim, o Regulamento Interno juntamente com o novo Estatuto foi aprovado em agosto de 1909 em assembleia geral, constituída por todos os caixeiros efetivos do órgão em gozo de suas obrigações estatutárias¹²⁹.

Além da crise externa da queda dos preços da borracha, a diretoria ressentia-se das desvantagens oriundas da crise interna e do baixo número de associados inscritos. Analisando um balanço do número de sócios entre 1906 e 1929, podemos perceber a oscilação de membros que se refletia nas preocupações de sua diretoria, conforme o quadro abaixo¹³⁰:

Quadro III: movimento de sócios entre 1906 e 1929.

Ano	Quantidade	Entraram	Saíram
1906	239	?	?
1907	307	103	35
1908	336	115	92
1909	417	82	62
1910	375	96	91
1911	586	276	60
1913	?	118	?

¹²⁸ QUARTO RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1910, apresentado e aprovado em sessão de assembleia geral de 15 e janeiro de 1911. Manaus: Livraria clássica, p. 05.

¹²⁹ No mesmo mês, o Estatuto foi reconhecido pelo Estado através do Decreto 913 de 14 de agosto de 1909, sancionado pelo governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt.

¹³⁰ Infelizmente, não obtemos os dados para os anos de 1912, 1915 a 1925, 1927 a 1929. Os dados incompletos aparecem com o sinal (?).

1914	417	75	253
1926	1829	181	224
1928	?	428	?
1929	?	206	?

Fonte: Relatórios da AECA 1908-1929.

No quadro III, comparando o fluxo de caixeiros que entraram e saíram com os que já haviam, podemos perceber as flutuações na quantidade durante os anos abordados. Algumas dessas flutuações estavam relacionadas à crise econômica, como por exemplo, a diminuição de entradas em 1910, ano de maior abalo econômico em relação aos anteriores. Além da crise, outros fatores como a inadimplência e a “indiferença” também influenciavam no quadro de sócios, o que explica as constantes queixas e apelos do órgão jornalístico da diretoria.

Contudo, além da crise econômica, a diretoria que saía no início de 1910 culpava a diretoria anterior pela baixa participação associativa. Afirmava inclusive que a má orientação no serviço de cobrança dos sócios atrasados teria sido a causa da eliminação desses sócios. Taxava novamente de “transviados” aqueles que não teriam colaborado com o aumento participativo e afirmando “(...) que valor extraordinário e incomparável teria se, esta onda forte de transviados de sua classe viesse aumentar e enriquecer as suas fileiras compostas de tão abnegados crentes”.¹³¹

Além dos problemas advindos com a baixa de sócios, a diretoria da AECA enfrentava igualmente uma redução em suas finanças. Em 1910, ao fazer um balanço financeiro a diretoria afirmava que o saldo em caixa deixado para 1911 havia ficado abaixo do ano anterior. O saldo em caixa deixado era de 22.838\$960 (vinte e dois mil oitocentos e trinta e oito e novecentos e sessenta réis).

No quadro demonstrativo da despesa de 1909 (quadro IV), podemos perceber que as maiores despesas durante esse ano ocorreram com hipotecas, móveis e utensílios. Era uma forma de tentar driblar a crise e manter os fundos da associação. Os maiores gastos eram voltados para a sustentação do imóvel, que era alugado pela

¹³¹ TERCEIRO RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1909, apresentado em sessão de Assembleia Geral em 09 de janeiro de 1910. Manaus: Typografia da Livraria Palais Royal, p. 17.

associação, bem como para a sua conservação, como a compra de mobiliário importado da Áustria e a reforma do salão de honra da biblioteca onde eram feitas as conferências, além de reformas nas salas de aula e secretaria.¹³² Além disso, a diretoria que saía orgulhava-se de ter conseguido pagar o seguro anual de 15:00\$000 (quinze contos de réis) à empresa Cia. Rayol Insurance.

Mesmo assim, quando se refere aos problemas financeiros ao longo da gestão, o relatório da tesouraria culpa novamente a gestão anterior, revelando de forma visível a existência de discordâncias até na parte financeira, quando afirma que: “Este ramo importante de nossa vida social, aquele que sobre todos sobrepuja precisa, caros consócios, de uma direção esforçada e de uma quase dedicação. Estamos certos de que o novo funcionário virá preencher essa necessidade”.¹³³

Quadro IV: Despesas AECA 1909.

Caixa Econômica	3:290\$000
Banco do Brasil	3:050\$000
Hipotecas	5:000\$000
Móveis e utensílios	6:364\$990
Biblioteca	1:100\$000
Material tipográfico	3:465\$000
Depósito de luz	272\$000
Saldo em poder do tesouro	296\$000

Fonte: TERCEIRO RELATÓRIO da Tesouraria apresentado à Assembleia Geral da Associação dos Empregados do Comércio no Amazonas. Manaus, 1910.

Outro fato que corrobora a existência de discordâncias no seio da AECA reside na renúncia de alguns membros da diretoria antes do fim do mandato. A rotatividade nos cargos de liderança era comum nas mutuais, pois seus membros eram geralmente

¹³² TERCEIRO RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1909, p. 13.

¹³³ QUARTO RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1910, apresentado e aprovado em sessão de assembleia geral de 15 e janeiro de 1911. Manaus: Livraria clássica, p. 07.

ligados a outros empreendimentos e a AECA não era exceção. No entanto, a maneira como os relatórios da diretoria apontam tais renúncias demonstram outros motivos não explícitos.

Por exemplo, o presidente da diretoria da AECA, Gil José de Araújo, eleito para o ano de 1911 renunciou antes do fim do mandato e foi substituído pelo vice-diretor Francisco Salles Vieira. Se o motivo fosse por doença ou outra atividade comercial, o relatório deixaria isto claro para os membros da assembleia, que era comum durante as prestações de contas. O relatório não explica os motivos, contudo, assevera que o senhor Gil Araújo foi “um esforçado propugnador dos interesses do caixeiro amazonense, impondo-se pelo seu alto critério e decidido trabalho” ¹³⁴. Em 1914, foi afirmada em assembleia a renúncia do presidente da Diretoria João Baptista Cordeiro de Melo sem esclarecer os motivos, assumindo o vice Manuel Estêvão Coutinho. Observando os relatórios até 1929 da AECA, constatamos que não eram raras as renúncias, ocorrendo com certa frequência, até onde podemos acompanhar pela documentação.

Indícios da crise interna expressa nos relatórios administrativos também eram encontrados na secretaria do órgão. No relatório referente ao ano de 1926, a diretoria se ressentia da pouca participação, como se pode perceber abaixo:

Pesa-nos relatar, senhores, mas preciso torna fazê-lo, que os associados eleitos para desempenhar as altas funções de secretários não se têm mantido com a necessária constância no posto do dever, mas, ao contrário, descuraram um tanto dos serviços a seu cargo ¹³⁵.

Em alguns casos, as rixas entre as diretorias ficavam mais explícitas, principalmente em época de crise. Vejamos, como ilustrativo desse fato, o caso de um desfalque financeiro realizado através de um empréstimo oferecido pela associação. O pagamento em favor da associação foi em forma de terrenos hipotecados nos arredores da cidade, cuja qualidade os desvalorizava no mercado imobiliário. A AECA, como já dissemos, investia nesse ramo. Embora houvesse interesse pela compra de um desses terrenos por parte de um dos sócios, a direção culpava a anterior pela empreitada infeliz

¹³⁴ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1911. Manaus: Livraria Clássica, 1912, p. 10.

¹³⁵ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, lido em assembleia geral em 12 de janeiro de 1927. Manaus: Oficina e Gráfica da Papelaria Lino Aguiar, 1927, p. 11.

e acusava diretamente o presidente da Assembleia Geral da gestão corrente pelo descaso nos trâmites burocráticos:

Tivemos, este ano, proposta para compra desses imóveis, sendo uma delas do nosso ilustre e benquisto consócio Sr. Antônio Balbino dos Santos, a quem nenhuma satisfação podemos dar, devido ao descaso do presidente da Assembleia Geral ¹³⁶.

Além dos relatórios administrativos, podemos perceber no periódico dos caixeiros essa disputa interna. Como já vimos, o jornal procurava representar o caixeiro para a sociedade como o trabalhador exemplar ordeiro e com sonho de ascensão social e profissional. Mas essa aspiração também revelava os conflitos internos da categoria. Alguns exemplos desse conflito verificados nas muitas edições do jornal corroboram aquilo que já era visível nos relatórios, como:

Esta onda malsonante de críticos de pequena monta, que vivem com ares simplórios a esboçar nos recanto dos lábios contraídos, uma risota eivada de um ridículo que sobre si recai. Vivemos cuidadosamente a evita-la, receosos de seu contato e sobranceiros de seu olhar sedento de vingança por se conhecer inferior apesar da aparente superioridade de que aparvalhada mente se reveste ¹³⁷.

Esses críticos aos quais se refere o periódico possivelmente eram pessoas que transitavam na esfera da liderança da AECA ou aqueles que, fora da liderança, almejavam o poder. Quando contrastadas com os relatos da diretoria, o perfil desses opositores fica mais claro: pessoas que eram eleitas para compor a diretoria, mas não compartilhavam da mesma linha ideológica, e pessoas que tinham alguma influência política entre alguns caixeiros.

O projeto de reforma dos estatutos de 1928 afirma que qualquer membro efetivo e no gozo dos direitos de associado poderia concorrer aos cargos da diretoria, seja: presidência da AECA, secretaria, Conselho Fiscal, presidência da Assembleia Geral e bibliotecária. Na prática, a maioria dessa diretoria eleita era composta por pessoas ligadas ao alto comércio ou pequenos empreendedores. Tudo indica que na hora da eleição, o prestígio social e econômico falava mais alto. As renúncias e ausências analisadas anteriormente demonstram que não havia unanimidade na forma de dirigir o grêmio.

¹³⁶ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, p. 19.

¹³⁷ Tribuna do Caixeiro, nº 21, Manaus, 06 de julho de 1908.

Quanto à existência de uma oposição externa que almejava o poder, esta se torna mais visível nas denúncias elencadas pelo jornal. A “onda malsonante de críticos” exposta na citação literal acima indica uma voz oposicionista vinda de fora da diretoria e que, de acordo com o jornal, deveria ser evitada. Outros trechos advindos da voz do periódico confirmam essa hipótese:

Será da união de todos os elementos que se acham dispersos por um antagonismo de compreensões, que depende indefectivelmente, o amparo da Associação dos Empregados, contra todas as inconstâncias e todos os desfalecimentos ¹³⁸.

Esse “antagonismo de compreensões” reforça a existência de pelo menos um grupo exógeno à diretoria que estaria se articulando entre outros caixeiros, associados ou não, contra os membros ou grupo da liderança interna, pois segundo o periódico, além deste representar os interesses da AECA, o jornal “servirá também a todo o momento para pôr embargos a essa onda malsonante que está sempre pronta a arrojarse em catadupas”. ¹³⁹

Essas e outras evidências nas fontes pesquisadas demonstram que essas querelas eram de cunho político e ideológico, além de disputas pelo poder. No processo de análise das falas da diretoria, tentamos encontrar alguns vestígios que pudessem indicar o perfil ideológico e político dessa oposição, pois é nas falas dos sujeitos que estes expressam sua visão de mundo e sua posição política. Infelizmente, não encontramos maiores vestígios que pudessem indicar filiação política dos opositores, até porque o estatuto proibia as discussões políticas dentro do órgão ¹⁴⁰.

No entanto, ao voltarmos para as falas do seu periódico, encontramos vestígios mais acurados sobre o perfil político dos opositores, como descrito abaixo:

E nós sabemos perfeitamente quais as coisas desagradáveis que nos poderão ferir gravemente: é o jacobinismo, a política, as pretensões descabidas de elementos associativos, entre os corpos dirigentes e fora deles e muitas outras dessas fontes prejudiciais e dissolventes que a prática nos tem ensinado ¹⁴¹.

¹³⁸ Tribuna do Caixeiro, nº 31, Manaus, 22 de novembro de 1908.

¹³⁹ Tribuna do Caixeiro, nº 31. .

¹⁴⁰ Rascunho do Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas. Folha 5.

¹⁴¹ Tribuna do Caixeiro, nº 3, Manaus, 03 de maio de 1908.

O jornal taxa esses opositores internos e externos de jacobinos. Portanto, o periódico confirmava a existência de uma rede de opositores dentro e fora da AECA que ameaçava a unidade política e administrativa do órgão. Além disso, essa disputa afastava muitos caixeiros da esfera da AECA, fato comprovado nas falas da diretoria. A ausência participativa também dos associados e indiferença dos não associados eram sintomas das discordâncias políticas dentro do órgão.

Ao desferir seu contra-ataque aos jacobinos, o jornal expressava muitas vezes o posicionamento político e ideológico da AECA, como uma forma de reforçar as defesas contra os opositores, sinalizando sua aspiração ao socialismo ¹⁴².

Para reforçar o perfil ideológico de sua Associação, o periódico ainda deixava claro sua desvinculação com essa ala discordante, afirmando que eram pessoas que “(...) com uma justiça revoltante e criminosa, expendam as teorias mais desfavoráveis a nosso respeito, alcunhando-nos até de anarquistas”.¹⁴³ A postura de não confrontação política do jornal da agremiação era quebrada quando os ataques da oposição exigiam uma resposta mais precisa no campo político-ideológico, como se pode perceber acima. Novamente essas evidências não somente deixam claros os embates internos como mostram de forma mais nítida o perfil dos opositores.

O anarquismo, do qual o periódico se esquivava, era uma das ideologias político-partidárias que ganhava força em Manaus no início do século XX, através de jornais e movimentos promovidos por alguns estudantes, sendo seu momento de maior visibilidade o ano de 1914, com a publicação do periódico *A Lucta Social*. O anarquismo defendia uma sociedade sem Estado e tinha como foco ideológico o racionalismo e solidariedade universal, onde os trabalhadores se uniam através dos sindicatos de resistência, para contrapor as associações beneficentes¹⁴⁴. Já o anarquismo sindicalista priorizava a união dos trabalhadores através do sindicato, que era visto como meio e fim na luta por uma sociedade mais justa. Ressaltava a atuação operária em oposição à manifestação popular ¹⁴⁵.

Em Manaus, dentre as principais tendências político-partidárias que fervilhavam nos círculos intelectuais e que teve certa influencia na imprensa operária eram o socialismo reformista e o anarco sindicalismo¹⁴⁶. Como já mencionamos, o jornal

¹⁴² Tribuna do Caixeiro, nº 44, Manaus, 28 de fevereiro de 1909.

¹⁴³ Tribuna do Caixeiro, nº 38, Manaus, 17 de janeiro de 1909.

¹⁴⁴ COSTA, Francisca Deusa Sena. *Imprensa operária em Manaus*, 1997, p. 146.

¹⁴⁵ FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 66.

¹⁴⁶ COSTA, Francisca Deusa. *Imprensa operária em Manaus*, 1990, p. 135.

operário que representou mais visivelmente essa legenda em Manaus era o anarquista Lucta Social, que circulou em 1914 e atacava os “burgueses enfatuados e fedorentos”¹⁴⁷, no período de grande expressão do anarquismo.

A AECA aproximava-se da tendência conhecida como social-reformismo, pois era o único caminho na arena política de se aproximar da burguesia através do cooptação e diálogo, pelo menos é essa a impressão que o órgão demonstrava através de sua postura com outros setores. Em nível nacional, essa tendência política-ideológica defendia a transformação da sociedade através de reformas e colaboração com o Estado, ao invés da luta armada.¹⁴⁸ No caso da AECA, essa nomenclatura, no entanto, era mais simbólica do que pragmática, pois havia certa independência no que tange ao referencial teórico dessa ideologia. Não encontramos evidências que mostrem o contrário nas falas oficiais do jornal Tribuna do Caixeiro e dos relatórios. A postura da AECA voltava-se mais para as garantias de ascensão profissional e condições de trabalho do que para um engajamento político-partidário mais acirrado. Somente após 1910, quando os enfrentamentos políticos e ideológicos locais, influenciados pelos acontecimentos na esfera nacional, impulsionaram a AECA em direção à inserção política mais generalizada em relação aos anos anteriores. Na prática, essa inserção estava ligada à necessidade do alistamento eleitoral e representação no parlamento municipal.

Ainda analisando as reações da AECA nas falas de seu jornal, percebemos que os ataques da oposição ultrapassavam a esfera ideológica algumas vezes e tentavam desprestigiar o órgão perante a sociedade e os caixeiros:

Quem os ouve na faina odiosa e revoltante a derramar constantemente sobre a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas a sua bÍlis, sente a parcialidade com que hostilizam uma classe. Esta que tem por divisa proteger e instruir. Esta faina julga que nos associamos com o fim de nos eximir ao trabalho com que fazemos a fortuna dos nossos patrões e que preferimos a vadiagem condenável das tascas e botequins

¹⁴⁹

A moral e idoneidade da AECA eram questionados a ponto de esta ser acusada de incentivar a vadiagem e frequência aos botequins, em vez de labutar. A resposta da

¹⁴⁷ SANTOS, Francisco Jorge dos et al (org.). **Cem anos de imprensa no Amazonas**, p. 20.

¹⁴⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio et. ali. **História Geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano, volume 09. Sociedades e instituições (1889-1930). 8ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 175-176.

¹⁴⁹ Tribuna do Caixeiro, nº 38, Manaus, 17 de janeiro de 1909.

AECA através de seu órgão reflete mais uma vez o grau de disputa política e ideológica interna.

O jornal mencionava, entre outros adjetivos como “retrógrados” e “indiferentes”, a alcunha de “jacobinos” ao se referir aos opositores. Esse fato nos chamou a atenção para tentarmos compreender quem de fato eram esses jacobinos. O termo tem implicações políticas e ideológicas. Além do jornal dos comerciários, não encontramos nenhuma referência sobre o termo nos relatórios da diretoria. Portanto, para termos um retrato histórico mais nítido dos opositores no meio caixeiral em Manaus, precisamos recorrer à historiografia nacional.

Segundo Amanda Muzzi Gomes, o jacobinismo é anterior, remontando à última década do século XIX, quando surgiu no cenário social do Rio de Janeiro. Constituíam um movimento político-partidário composto por intelectuais, parlamentares, políticos e voluntários que se juntavam aos “batalhões patrióticos”.¹⁵⁰ De acordo com a autora, o jacobinismo constituía os seguintes princípios¹⁵¹:

- defesa de seus interesses corporativos: através de seus clubes e jornais, disseminavam seus ideais de cunho moralista, como a instrução. Ao mesmo tempo, defendiam estratégias radicais de luta, como greves e manifestações acirradas. Possuíam dois jornais: “A Bomba”, que logo se transformou em “O Jacobino” (1894 – 1898) e “O Nacional” (1895 – 1896). Não eram unânimes quanto à estratégia de atuação e alguns seguimentos de jacobinos, em momentos de desacordo acirrado, utilizavam os jornais para criticar seus pares.
- ordem governamental republicana militarista: defendiam uma república militarizada nos moldes do Marechal Floriano Peixoto, a quem os jacobinos dispensavam grande admiração e através do qual buscavam apoio político.
- nacionalismo e anti-lusitanismo: eram nacionalistas no sentido de congregarem força política ligada à defesa dos interesses nacionais pautados num modelo republicano sólido e fechado, sem participação ou influência estrangeira não somente a nível político, mas também a nível econômico e institucional, principalmente dos portugueses, o que explica seu anti-lusitanismo.

¹⁵⁰ GOMES, Amanda Muzzi. **Os Jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil (1893-1897)**. Dissertação de mestrado, Departamento de História, PUC/ Rio de Janeiro, 2006, p. 17, passim.

¹⁵¹ GOMES, Amanda Muzzi. Jacobinos: abordagem conceitual e performática. **Revista Cantareira**, 13ª Edição, UFF, vol. 3, p. 2, janeiro-junho, 2010, p. 12,14-17.

Os jacobinos eram criticados por seus opositores políticos por seu radicalismo e recebiam vários nomes pejorativos, como “arruaceiros”, “desordeiros” e “exaltados”, principalmente por sua oposição rígida ao governo de Prudente de Morais¹⁵².

Por meio desse entendimento alargado pela historiografia, podemos agora inferir com mais solidez sobre os rostos dos “jacobinos” que se escondiam na multidão dos comerciários e de onde lançavam seus ataques contra seus inimigos políticos dentro e fora da AECA. Analisando as características dos opositores esboçadas nas análises dos relatórios da AECA e principalmente do seu jornal, alguns pontos podem ser levantados. Em primeiro lugar, provavelmente eram pessoas intelectuais inclinadas ao social-reformismo, isto é, compartilhavam dos ideais dos caixeiros, mas discordavam da forma de administrar sua associação. As várias renúncias aos cargos da diretoria da AECA nos dão a entender que não apoiavam certas ações da administração.

Em segundo lugar, esse grupo divergente exercia certa influência sobre alguns membros da diretoria e sobre alguns caixeiros associados, o que pode explicar, por exemplo, tensões visíveis de caráter administrativo observado entre 1906 e 1929. Os termos “indiferentes” e “retrógrados”, se colocados neste contexto, sugerem mais do que simples apatia ou descaso pela causa do caixeiro que essas expressões poderiam denotar. Acreditamos que tais alcunhas se referiam aos caixeiros que eram influenciados pelos “jacobinos”, pois como vimos acima, esse grupo a nível nacional tinha uma postura radical política, que utilizava a imprensa e os clubes para criticar seus opositores, por isso eram chamados de “arruaceiros”. Além do mais, no cenário político da capital federal, os jacobinos atacavam seus pares quando estes divergiam de sua postura.

Em Manaus, o jornal Tribuna do caixeiro sempre se referia aos “indiferentes” e “retrógrados” como pessoas ligadas aos caixeiros, sendo, contudo, divergentes politicamente em relação à postura da AECA. Os opositores da AECA poderiam não se enquadrar como jacobinos no sentido como é colocado pela historiografia, porém eram comparados aos tais pelo jornal dos caixeiros devido ao alcance de sua influência aos demais associados e suas críticas radicais. Segundo o jornal, acusavam o grupo dirigente da AECA de “anarquistas” e de incentivar a vadiagem nos botequins¹⁵³, além de acusarem a associação de fomentar a “indiferença” entre os caixeiros associados e não associados, estes últimos também chamados de “retrógrados” pelo jornal.

¹⁵² GOMES, Amanda Muzzi, Jacobinos: abordagem conceitual e performática, p. 12.

¹⁵³ Tribuna do Caixeiro, nº 38, Manaus, 17 de janeiro de 1909.

Portanto, os conflitos internos existentes na AECA eram conflitos inerentes à experiência dos trabalhadores do comércio e muito influenciaram no cotidiano dessa categoria. Para termos uma compreensão ainda mais clara da experiência desses homens no campo de disputa histórico, precisamos analisar agora a articulação dessa vivência no cotidiano de trabalho, isto é, na relação patrão-empregado.

O sonho de chegar ao patronato era a maior aspiração na profissão de caixeiro.¹⁵⁴ O exemplo do empresário Irineu Evangelista de Souza cuja carreira começou como empregado do comércio aumentava as expectativas dos caixeiros que almejavam um dia ter seu próprio estabelecimento comercial¹⁵⁵.

Conforme visto anteriormente, no discurso da AECA para a sociedade a imagem do caixeiro ordeiro e trabalhador eram vinculados ao desejo de subir hierarquicamente. Por isso, adotavam a postura do diálogo e da cooperação. Assim como acontecia em todo o Brasil, em Manaus, essa postura gerava uma relação de poder caracterizada pelo paternalismo, ou seja, o patrão se colocava como protetor do empregado. Situado entre o sonho de ser patrão e as exigências da profissão, o caixeiro em Manaus percorria as estradas do mundo do trabalho procurando viver e sobreviver numa rotina exaustiva e conflituosa.

A documentação analisada referente aos comerciários não aprofunda o cotidiano na relação caixeiro-patrão, pois se trata de uma documentação produzida pela liderança, e não pelo trabalhador. Contudo, algumas pistas são percebidas nas suas falas, principalmente em seu periódico, que nos permitem analisar e inferir sobre essa relação de poder no seu cotidiano. A respeito da natureza dessa relação, por exemplo, o jornal afirmava que:

E assim é ainda que alguns dos nossos associados enfrentam constantemente uma luta tirânica entre o desejo fremente de expandir todo o seu aplauso em nosso proveito comum e o receio deplorável de cair em desagrado para com seu patrão, a ponto de evitarem que o encarregado da cobrança da associação se dirija à casa onde trabalham e a façam naturalmente, sem rebuços e sem rodeios.
156

¹⁵⁴ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**, 2007, p. 46-47.

¹⁵⁵ Irineu Evangelista de Souza também era conhecido como Barão de Mauá. Seu crescimento empresarial começou na carreira de caixeiro na loja do português João Rodrigues Pereira de Almeida, na capital federal. Com o tempo, Irineu tornou-se um dos primeiros empresários no final do II Império. Seu exemplo de ascensão profissional como caixeiro foi utilizado como símbolo do progresso e perseverança por parte dos caixeiros, principalmente daqueles mais próximos ao patrão. Para maiores detalhes, ver: CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁵⁶ Tribuna do Caixeiro, nº 9, Manaus, 14 de junho de 1908.

Alguns caixeiros com as mensalidades atrasadas recebiam a visita do cobrador da associação em seu local de trabalho. A visita geralmente causava algum constrangimento para o empregado do estabelecimento, visto que a inadimplência não era bem visto pelo patrão. Além disso, havia a possibilidade de que a presença do cobrador da Associação pudesse ser interpretada pelo patrão como sinônimo de mobilização contra ele. O empregado, nesse caso, temia que sua relação com o patrão pudesse ser manchada, ainda mais se esse empregado fosse encarregado do caixa da loja. A frase do periódico que diz que a “luta tirânica entre o desejo fremente de expandir o seu aplauso” também denota a preocupação dos caixeiros em garantir seu futuro ao lado do patrão. O medo de passar vexame poderia colocar em risco anos de trabalho e perder as chances de ascensão.

Outras pistas sobre a rotina dos caixeiros mostram que sua jornada de trabalho era penosa e exigia dedicação quase que exclusiva, seja ao balcão ou em outros setores da loja, principalmente do ramo retalhista, como podemos perceber no trecho abaixo:

as suas hora de trabalho ultrapassam de muito a craveira comum do esforço humano. Ao pôr do sol, o operário pode ir descansar tranquilo das fadigas do dia. Todas as outras classes põem fim às mesmas horas às suas tarefas cotidianas. Ao empregado do comércio a retalho não sucede, porém, a mesma coisa. À noite os surpreende ao balcão. Ao amanhecer são os primeiros que começam a labuta ¹⁵⁷.

O horário de trabalho para o caixeiro normalmente começava às 6 horas. Com o movimento agitado do comércio que começava geralmente às 7 horas, os caixeiros tinham que chegar cedo para arrumarem a loja. Para os que moravam longe do estabelecimento, ficava difícil chegar no horário, a menos que acordassem mais cedo, pois normalmente o serviço de bonde começava às 6 horas ¹⁵⁸. Pela fala do jornal, ficava claro ainda que os mais penalizados fossem os balconistas que precisavam arrumar a loja para receber o público. Além da rotina exaustiva, há referências sobre a dispensa de caixeiros sem justa causa após vários anos de serviços prestados, frustrando o sonho de ascensão de muitos desses trabalhadores, conforme podemos perceber no jornal:

Assim é que, muitas vezes consumimos todas as nossas energias vitais ao serviço dos nossos patrões e depois de anos consecutivos, quando a

¹⁵⁷ Tribuna do Caixeiro, nº 31, Manaus, 22 de novembro de 1908.

¹⁵⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: trabalhadores e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). 2ª edição, Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003, p. 57.

esperança de uma independência a avizinhar-se começa insistentemente a vibrar no nosso espírito, somos ao menor atrito por circunstâncias que se não justificam sempre, despedidos impiedosamente da casa onde desenvolvemos nossa atividade.¹⁵⁹

O patrão se utilizava do paternalismo para explorar seu empregado. O empregado, por sua vez, muitas vezes se sujeitava para garantir o sonho de ser um dia um associado ou gerente da loja do patrão. Uma vez despedido, ficava difícil conseguir outro emprego, principalmente durante os momentos de retração do comércio, o que dificultava ainda mais a aspiração ao patronato. A AECA, que se propunha a defender os interesses de seus associados, ressentia-se desse fato e apelava ao patrão, através de seu jornal:

Nessa triste emergência somos como uma moça que esperou o noivo muito tempo e que este a enganou; dificilmente encontramos outro patrão, como essa encontraria outro noivo de quem possamos exigir a mesma confiança e justa recompensa; e vamos ainda, já depois de velhos, como ela atrás de novos amores, à procura de um novo patrão que nos queira tomar ao seu serviço¹⁶⁰.

Sobre a moradia dos caixeiros, o jornal ainda fornece pistas que indicam péssimas condições:

Estamos no Extremo Norte e é aqui onde o caixeiro mais precisa de um centro que o ampare. A maior parte deles, longe de suas extremosas famílias, morando aos grupos em repúblicas, sem comodidade e sem conforto, quanto não se sentirão felizes e contentes ao ter nas horas de amargura, quando a miséria e a moléstia lhes bater a porta¹⁶¹.

Os caixeiros, ao que tudo indica nas poucas referências obtidas na documentação, viviam em condições precárias. Durante o apogeu da borracha, o setor imobiliário alcançava preços de locação exorbitantes e muitos trabalhadores não tinham condição de morar no centro. A historiografia regional demonstrou que muitos desses trabalhadores eram obrigados a morar nas instalações dos patrões, alargando mais ainda a relação de dominação do patrão sobre o trabalhador. No caso dos caixeiros, essa forma de moradia faz mais sentido se considerarmos a rede de solidariedade de imigrantes portugueses para a Amazônia.

¹⁵⁹ Tribuna do Caixeiro, nº 40, Manaus, 31 de janeiro de 1909.

¹⁶⁰ Tribuna do Caixeiro, nº 40, Manaus, 31 de janeiro de 1909.

¹⁶¹ Tribuna do Caixeiro, nº 5, Manaus, 17 de maio de 1908.

Muitos desses trabalhadores chegavam a Manaus já com garantias de emprego e moradia acertados com o patrão português. Ou seja, já havia informalmente um contrato estabelecido, que garantia a tutela do patrão sobre o empregado, principalmente sendo este empregado jovem e sem experiência no ramo. Sem recursos próprios, este trabalhador aceitava morar na casa do patrão. Portanto sua funcionalidade na esfera empregatícia extrapolava sua jornada de trabalho, pois na qualidade de tutelado não era incomum que este empregado executasse tarefas pertinentes ao comércio fora do horário de trabalho. E como afirmado por Francisca Deusa Costa, muitos trabalhadores dormiam no porão da casa do patrão em condições insalubres e abafadas¹⁶².

Enfim, os caixeiros podem ser enquadrados como trabalhadores que tinham aspirações sociais e profissionais, e para garantir a realização de seus sonhos eram obrigados a se sujeitarem aos desmandos dos patrões. Estes aproveitavam a relação de poder e dependência para explorar seus empregados. Assim, o cotidiano dos caixeiros era marcado por profundas nuances que extrapolam a mera relação entre patrão e empregado e colocava o caixeiro na larga linha divisória entre aspirações e cotidianos. Essa linha divisória tornava-se mais enrijecida, como veremos no próximo capítulo.

2.2 conflitos e representações

Neste item, tentaremos recuperar o perfil do caixeiro através dos conflitos de representação do trabalhador. A análise desses conflitos de representação tiveram como base as comparações entre os discursos da Associação Comercial do Amazonas (ACA), da Associação dos Comerciantes Retalhistas (ACR) e da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA). Centraremos nosso foco documental nos relatórios e nas falas do periódico dos caixeiros e dos retalhistas.

A qualificação do trabalhador nos novos parâmetros trazidos pela modernidade perpassava pelas ideologias do progresso. O progresso era então entendido como o avanço da humanidade rumo à ordem social e à ciência. Por esse entendimento, a produção econômica era orientada pelo trabalho racional. As novas técnicas de

¹⁶² COSTA, Francisca Deusa, **Quando o viver ameaça a ordem urbana**, p.114; 200.

produção trazidas pela Revolução Industrial proporcionaram mudanças nos comportamentos e na rotina de trabalho das pessoas.

Dessa forma, o trabalho racional segundo os parâmetros da nova configuração da produção exigiam que o trabalhador produzisse seguindo uma rotina de trabalho que lhe tirava o tempo e lhe exigia maior esforço físico e mental. A produção, assim, era voltada para a manutenção do mundo capitalista. Essa lógica de produção, juntamente com as inovações no campo da ciência e da tecnologia tiveram implicações sociais na reconstrução da imagem do trabalhador. Essa imagem do “novo” trabalhador significou a expropriação de seu tempo livre e a imposição de costumes e hábitos controlados pela lógica do capitalismo atrelado aos avanços científicos¹⁶³.

A Revolução Industrial proporcionou o surgimento de novas formas de relações de trabalho e alterou drasticamente a concepção de cidade, lazer e sociedade. O surgimento das máquinas inaugurou assim uma nova forma de conceber o mundo através das relações econômicas que alteraram as relações sociais e introduziram uma nova visão de desenvolvimento. O progresso, assim, era entendido como o alvorecer de novos tempos conjugados com o avanço tecnológico, científico e econômico, que traria um futuro de paz e prosperidade à humanidade¹⁶⁴.

No Brasil, em finais do Império, essa ideologia do progresso já alcançara um grande número de adeptos, na maioria, intelectuais e políticos devidos, sobretudo, às transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais vinha passando o País. Por esse direcionamento, a ideia de progresso adquiriu uma roupagem peculiar. O vocábulo “república” passou a incorporar as ideias de liberdade, progresso, ciência e democracia, e apontavam para um futuro desejado.

A pesquisadora Maria Tereza Chaves de Mello analisa a difusão dessa cultura democrática e científica entre o final do Império e o início da República no Brasil, observando suas implicações. Uma delas é que serviu de pano de fundo ideológico para que os contemporâneos pudessem ver a República não somente como uma mudança política e social, mas também como a negação de um passado falido e a supremacia de uma modernidade em rumo a um futuro de paz e prosperidade. Para consolidar esse

¹⁶³ HOSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). 28ª reimpressão, São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 22. Ver ainda: HOSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. Novos estudos sobre história operária. 3ª edição revista, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 282-290. Neste trecho, Hobsbawm analisa os impactos sociais, políticos e econômicos da Revolução Industrial sobre a classe operária na Inglaterra, criando assim um novo modelo de trabalhador na perspectiva da luta de classes e da formação do operariado.

¹⁶⁴ HOSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 13ª Edição, São Paulo: Paz e Terra, p. 378-379.

compromisso entre a modernidade e a sociedade, os intelectuais da República precisavam compor um passado histórico que fornecesse as bases para essa evolução¹⁶⁵.

Contudo, essa imagem burguesa do trabalho teve implicações mais complexas por se tratar o Brasil de uma nação mestiça. Por esse motivo, as teorias raciais do século XIX que tentam explicar as diferenças sociais e cognitivas a partir das diferenças biológicas tiveram características específicas no Brasil¹⁶⁶. De um modo geral, para melhor nos situarmos em nossas análises da imagem ideal do trabalhador de acordo com os ideais do progresso, basta entendermos que no Brasil o tipo de trabalhador idealizado pela burguesia era o europeu, de preferência o português. A imigração portuguesa e outros europeus, como italianos e espanhóis, proporcionou não somente a substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante, mas também a tentativa por parte das elites governamentais de um “branqueamento” da população brasileira. Como esse processo estava bem aquém da realidade brasileira, os teóricos do branqueamento tentaram adequar as teorias raciais à realidade mestiça no Brasil, cujos centros de divulgação científica foram os museus etnográficos¹⁶⁷.

Em Manaus, como vimos no capítulo 1, o discurso burguês sobre o trabalhador era pautado na imagem do bom patrão que cuidava do trabalhador. No ramo comercial, que era o mais dinâmico do período, os comerciantes procuravam se articular de forma que tivessem um controle mais sólido sobre seus trabalhadores. Por isso, pautavam suas escolhas sobre o trabalhador estrangeiro, por ser mais disciplinado e dócil, em posição ao trabalhador não europeu, geralmente considerado de má índole e com tendências à rebeldia¹⁶⁸.

Nesse sentido, os comerciantes ligados à ACA desenvolveram suas teias de controle sobre os trabalhadores através do paternalismo, conforme estudado anteriormente. Era uma forma de manter os empregados sob seu controle socialmente, economicamente e até fisicamente. Dessa forma, passavam a imagem para a sociedade de que as relações de produção eram harmônicas e de que o progresso da produção caminhava sem maiores conflitos.

¹⁶⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Revista Tempo**, nº 26, 2008, [s.n.t.], p. 29.

¹⁶⁶ SCHWARCZ, Lilian. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 65.

¹⁶⁷ SCHWARCZ, Lilian. **O espetáculo das raças**, 1993, p. 66-67.

¹⁶⁸ AVELINO, Alexandre Nogueira. **O Patronato amazonense e o mundo do trabalho**, 2008, p. 73.

No campo social, a ACA construía sua fortaleza como fiel protetora do progresso da sociedade ao mesmo tempo em que destelhava a liberdade e autonomia do trabalhador. No periódico da AECA, a ACA aparecia como mediadora dos conflitos entre os trabalhadores e patrões sempre que tais conflitos requeriam uma redefinição da relação trabalhista, principalmente no campo jurídico e das relações de trabalho.

A imagem social do trabalhador que se passava era sempre vinculada à intervenção do patrão, como um reparador de conflitos. Por isso, a ACA procurava se aproximar dos órgãos representativos dos trabalhadores. Mesmo durante as reivindicações trabalhistas, o papel de reforçar a importância do trabalho na sociedade era defendido pela AECA.¹⁶⁹ Tal fato se dava, no entanto, sem ferir o elo que ligava o patrão ao empregado, como por exemplo, a imagem representada nas inúmeras queixas oriundas da não observância do fechamento de portas, como se pode perceber abaixo:

A redução das horas de trabalho, Excelentíssimos Senhores, está sendo, neste século, a preocupação de todos os governos e a bandeira de combate de todos os grandes pensadores da humanidade. Já não é só o descanso dominical que preocupa a nossa civilização: trata-se, sobretudo de aumentar à volta do trabalhador, à volta dos que movimentam a indústria e as artes liberais, a atmosfera de bem estar material e espiritual de que eles precisam¹⁷⁰.

Como reforço do papel universal do trabalhador, a AECA trilhava a estrada do progresso em direção ao destino da realização material e espiritual. Essa estrada que conduz à “atmosfera de bem estar material e espiritual” não pode ser trilhada somente pelos pés do trabalhador. Era necessário que o patrão caminhasse junto ao empregado para que ambos cheguem à realização de seus sonhos: o empregado se tornaria patrão e o patrão tornar-se-ia o baluarte da vitória, o símbolo vivo do progresso material e social da sociedade. Juntos, patrão e empregados, agora vistos como arautos do progresso, seriam os responsáveis pelas conquistas da sociedade. Boris Fausto, analisando o perfil da organização do trabalhador urbano no Brasil, nos mostra como o cotidiano desses trabalhadores se encaixava no caráter da relação paternalista entre os sujeitos históricos aqui abordados:

A menor distância social entre patrão e empregado completa o universo da pequena empresa. Estão aí ausentes todas as mediações da hierarquia de comando. O patrão não constitui uma figura de difícil acesso que detém o

¹⁶⁹ RELATÓRIO e contas da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas correspondente ao ano de 1928. Manaus: Armazéns Palácio Real, 1928, p. 15.

¹⁷⁰ Tribuna do Caixeiro, nº 22, Manaus, 13 de setembro de 1908.

poder último, por razões de fortuna; sua presença é tangível e desperta menores contradições. Saído com frequência dos meios operários, o pequeno empresário é antes um modelo viável de ascensão para cada um dos seus empregados; sua supremacia hierárquica se legitima pelo relativo êxito do self made man e não está dissociada do conhecimento da técnica profissional. Evite-se, porém, o quadro idílico. A maior satisfação no trabalho, o menor distanciamento social, não corresponde objetivamente a uma comunidade de interesses nem é percebido deste modo pelos trabalhadores. Estes fatores dão origem a relações de oposição menos conflituosas, ao mesmo tempo em que, em regra, crescem o poder de pressão e a margem das concessões¹⁷¹.

As palavras de Boris Fausto nos ajudam a compreender o fato de que os caixeiros, no âmbito dos trabalhadores urbanos, viam na aproximação de seus patrões a possibilidade mais concreta de alcançarem um status social.

Essa imagem harmônica do empregado e do patrão era veiculada também “de cima”, isto é, a ACA também se fazia presente no discurso da AECA. Na Revista da ACA, por exemplo, a forma como os acontecimentos relativos às querelas do fechamento de portas às 18 horas eram colocados realçavam a necessidade de os dois órgãos unirem suas vozes em prol do bem comum da sociedade. A sociedade, nesse caso, era representada pelos trabalhadores. Logo, zelar pelo bem estar dos trabalhadores significava zelar pelo progresso da sociedade e, no nível macro, significava zelar pelo progresso da humanidade.

No decorrer dos embates pelo fechamento de portas, a questão ultrapassava as querelas trabalhistas e alcançava a esfera da moral e sensibilidade sociais, como podemos perceber em uma das falas da Revista da ACA, relatando a reunião realizada no dia 30 de agosto de 1908 entre a diretoria da ACA, AECA e alguns retalhistas. O teor da reunião era a decisão proposta pela ACA de fechar todo o comércio a retalho após as 18 horas para não prejudicar outras casas que vendiam produtos diversos e que seriam prejudicadas pela concorrência desleal¹⁷².

Durante a reunião, a ACA reiterou seu papel de intermediadora e imparcial. Afirmava inclusive que fora procurada pela AECA, porém o acordo firmado entre as duas associações não teve o apoio de todos os comerciantes retalhistas. A estratégia adotada passou a ser a coleta de assinaturas dos comerciantes retalhistas restantes. Os comerciantes, de um modo geral, tinham interesses em negociar com seus empregados quando as circunstâncias punham em risco seus ganhos. No âmbito institucional, nos

¹⁷¹ FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**, 2008, p. 107.

¹⁷² Revista da Associação Comercial do Amazonas, nº 7, Manaus, 05 de janeiro de 1909, p. 13.

momentos de crise econômica, a ACA e AECA evitavam adentrar em conflitos mais acirrados de cunho ideológico e trabalhista.

No entanto, a imagem do bom trabalhador e do bom patrão construída pela AECA e ACA não ficava imune às vicissitudes da crise. Em vista disso, o não cumprimento da lei do descanso dominical e do fechamento de portas às 18 horas exigia que a AECA reforçasse seu discurso social, pois o descaso por parte de muitos patrões ameaçava a credibilidade da própria AECA perante os caixeiros e a sociedade. Por outro lado, outro elemento entrava em cena, cujo papel em defesa dos comerciantes exigiu que a AECA redefinisse seu papel junto com a ACA e outros setores. Trata-se da Associação dos Comerciantes Retalhistas (ACR).

A Associação dos Comerciantes Retalhistas surgiu no final de 1910 com o propósito de ser uma voz em defesa desses comerciantes prejudicados pela crise e os altos impostos da municipalidade e Estado. Ao que tudo indica, não falavam a mesma linguagem da ACA, pelo menos na questão do fechamento de portas em prol dos caixeiros. Nas reuniões entre ACA e AECA alguns retalhistas sempre desconfiavam da postura da ACA como porta-voz dos comerciantes. Em uma dessas reuniões, por exemplo, o abaixo-assinado pedindo a criação de uma lei sobre o fechamento de portas ao poder municipal com o aval da ACA não foi aceito pela maioria dos retalhistas.¹⁷³ Esse fato motivou a ACA a recorrer novamente aos retalhistas pedindo assinaturas para que o documento fosse enviado à Superintendência Municipal. Por sua vez, a AECA procurava demonstrar sua postura legalista e de cooptação para atrair a solidariedade dos retalhistas, conforme vemos abaixo:

A Associação dos Empregados no Comércio, para a completa segurança de sua pretensão, procurou andar cuidadosamente em todos os passos que deu. E assim é que há recebido de toda parte aonde se tem dirigido o apoio necessário a não poder descrever da sua vitória decisiva... O pedido do empregado no comércio a retalho ao Conselho Municipal, está baseado e esteado num abaixo-assinado, onde os comerciantes a retalho revelam a sua solidariedade e o interesse que tem tomado pela felicidade de seus subordinados¹⁷⁴.

O comércio retalhista era o ramo mais afetado pela crise oriunda da queda dos preços da borracha no mercado externo.¹⁷⁵ A crise da economia da borracha na

¹⁷³ Tribuna do Caixeiro, nº 31, Manaus, 22 de novembro de 1908.

¹⁷⁴ Tribuna do Caixeiro, nº 22, Manaus, 13 de setembro de 1908.

¹⁷⁵ PRAIA, Benta Litaiff. Os caixeiros e a crise da borracha em Manaus (1910-1930). **Revista Fronteiras do Tempo**, nº 2, volume 01, dezembro de 2011, p. 64.

Amazônia corresponde a vários períodos de queda no preço desse produto no mercado externo, em graus diferentes e que abalou a estrutura financeira dos investidores e seus efeitos na região norte foram devastadores. Entre os anos de 1907 e 1908, por exemplo, os preços da borracha no mercado externo caíram vertiginosamente devido à superprodução e à entrada da borracha asiática no mercado. A especulação do preço do produto provocou uma baixa nos preços, facilitando a recuperação¹⁷⁶.

A sequência de crises posteriores a 1907 provocou abalos cada vez mais profundos na economia gumífera. Tanto que ao final de 1910, muitas firmas aviadoras estrangeiras já haviam se retirado das praças de Belém e Manaus. Vários comerciantes portugueses voltaram à sua terra e outros foram para cidades com Rio de Janeiro, São Paulo ou para a região sul. Restaram em Belém e Manaus algumas firmas independentes de comerciantes locais que conseguiram se adequar à crise¹⁷⁷.

A estrutura de produção na Ásia era mais racionalizada em detrimento da produção amazônica, cuja infra-estrutura era inadequada pelo fato de a extração ser predatória e dispersa pela selva amazônica, embora tenha havido tentativas de minimizar esses problemas. Ligado a esse fato, a borracha natural foi sendo substituída pela borracha sintética na fabricação de diversos produtos.¹⁷⁸ Em 1909 e meados de 1910, o aumento do preço provocou novamente o aumento da especulação, favorecendo o crescimento da concorrência asiática. Os poderes públicos e a elite comercial do Amazonas pressionaram o governo federal para conter a especulação e provocar a queda dos preços, sem, contudo, obterem sucesso.¹⁷⁹ Desde então, a crise econômica tornou-se mais presente com seus efeitos cada vez mais devastadores, atingindo seu apogeu em 1915 e causando desconfiança, desaparecimento do crédito e alta redução do comércio aviador¹⁸⁰.

¹⁷⁶ LOUREIRO, Antônio. **A grande crise**. 2ª edição (Série Memórias da Amazônia), Manaus: Valer, 2008, p. 45. Para maiores esclarecimentos sobre as crises da economia gumífera e seus impactos no mundo do trabalho, sugerimos outras obras como: WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. HUCITEC-EDUSP, 1993; PRAIA, Benta Litaiff. **A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus (1910 - 1930)**. Dissertação de mestrado. Departamento de História/UFAM, 2010; SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

¹⁷⁷ WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**, 1993, p. 267.

¹⁷⁸ PRAIA, Benta Litaiff. **A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus (1910 - 1930)**, 2010, p. 23.

¹⁷⁹ Várias foram as tentativas dos setores governamentais e da elite comercial para a recuperação, como por exemplo: Plano de Defesa da Borracha (Decreto 9.521 de 17/04/1912), que englobava vários setores, como: plantio e extração da borracha, industrialização, imigração, saúde, transportes, produção agrícola, alimentação e pesca. Tais tentativas não surtiram efeitos significativos (SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**, 1980, p. 247).

¹⁸⁰ LOUREIRO, Antônio. **A grande crise**, 2008, p. 83; 145.

A crise a partir de 1910 atingia diretamente o mundo do trabalho e suas ramificações, desde o rural até o urbano. Em Manaus, praticamente todos os ramos foram atingidos, como o comércio, poder público municipal e estadual, setor imobiliário e setores de serviços. A instabilidade econômica na capital amazonense provocou, além da falência das casas aviadoras, o aumento do desemprego, falência dos bancos particulares, extinção de várias companhias de seguros, frota fluvial reduzida e atrasos na remuneração dos funcionários públicos municipais e estaduais. A falta de produtos alimentícios provocou o aumento do custo de vida, agravado pelas dificuldades de transportes principalmente com o início da I Guerra Mundial¹⁸¹.

Durante os anos que se seguiram, as flutuações dos preços da borracha no mercado interno causavam especulações e insegurança. O fato é que a elite política local em sintonia com a Associação Comercial do Amazonas (ACA) promoveu vários esforços, no entanto não lograram êxito na consolidação de uma política de defesa da borracha¹⁸².

Por essa razão, o discurso dos comerciantes do ramo retalhista tornou-se mais radical em relação ao discurso da ACA sobre a importância do patrão diante da crise. Por isso, a ACR aproveitou o momento oportuno para expor seus argumentos a favor dos patrões e criticar as cobranças da municipalidade, bem como salvar a imagem dos comerciantes, que se viam como vítimas da conjuntura.

Igualmente estais a par das pressões exercidas sobre a nossa classe, multando os seus membros pelo menor motivo e ameaçando-os muitas vezes com prisões e perseguições que mais tarde ou mais cedo redundariam na ruína dos pequenos e embaraço ao progresso dos grandes ¹⁸³.

No discurso dos retalhistas, fica evidente a preocupação em defender os interesses da categoria. Naquele momento de tomada de posição mediante a crise, a imagem dos comerciantes retalhistas estava em jogo, assim como a da AECA. Os altos impostos cobrados pela municipalidade e o Estado levavam os retalhistas a reagirem através de passeatas e a buscarem brechas na lei do fechamento de portas que favorecia os caixeiros. Aproveitavam o clima de carestia para se colocarem como alvo das autoridades, pois afirmavam que o comerciante “a maior parte das vezes, é tão

¹⁸¹ PRAIA, Benta. **A Crise da Economia Gumífera**, 2010, p. 25.

¹⁸² PRAIA, Benta. **A Crise da Economia Gumífera**, 2010, p. 66.

¹⁸³ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Comerciantes Retalhistas apresentado em Assembleia Geral de 28 de dezembro de 1917. Manaus: Oficina e Gráfica da Papelaria Velho Lino, 1918, p. 7.

pequeno vista do brilho que aureola os homens de posição elevada”¹⁸⁴. Buscavam, inclusive, justificar a exploração dos seus empregados através da imagem benevolente e paternalista do patrão, como se pode observar em seu discurso:

Se há estabelecimentos que podem, sem afetar os interesses dos comerciantes, encerrar suas portas às seis horas da tarde, muitos há que não podem proceder de igual forma, pois necessitam fazer limpezas e arrumações que não se podem realizar enquanto os empregados tiverem que prestar atenção ao movimento propriamente comercial¹⁸⁵.

O trabalho, nesse caso, ultrapassava as formalidades da profissão. A ordem estava diretamente ligada à necessidade da arrumação. Para o patrão, fazia-se necessário manter a ordem sem quebrar a harmonia do trabalho e conseqüentemente da relação paternalista. Por conseguinte, a AECA respondia apropriando-se também da representação imagética do trabalhador ideal, alegando que o trabalho forçado “não é e não pode ser consentâneo com o progresso da sociedade hodierna, onde o homem viu-se impondo pelo poder do seu talento e pelas manifestações múltiplas das suas faculdades”¹⁸⁶.

As imagens do trabalhador e do patrão eram assim reforçadas nos momentos em que a conjuntura local exigia posicionamentos mais radicais dos órgãos de defesa de suas categorias. A crise econômica incentivava a radicalização de seus discursos. Os discursos sociais que antes eram pautados exclusivamente na ideologia do progresso da humanidade são agora revisitados pelos protagonistas ou porta-vozes do mundo do trabalho.

A conjuntura de crise e as intervenções do Estado e do Município no comércio requeriam posturas mais aguerridas por parte dos retalhistas e da associação dos caixeiros. Essa nova tendência oriunda dos enfrentamentos econômicos entre os poderes estaduais, municipais e os comerciantes e empregados levaram os embates ao campo jurídico. Diante dessa nova conjuntura, a AECA procurava reforçar seu papel

¹⁸⁴ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Comerciantes Retalhistas apresentado em Assembleia Geral de 28 de dezembro de 1917, p. 7.

¹⁸⁵ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Comerciantes Retalhistas apresentado em Assembleia Geral de 28 de dezembro de 1917, p. 8.

¹⁸⁶ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1911. Manaus: Tipografia da Livraria Clássica, 1912, p. 3.

através de algumas inovações. Tais podem ser analisadas, de acordo com as falas registradas na documentação do órgão.

A primeira delas é a reforma dos estatutos aprovada em assembleia geral em 03 de agosto de 1909. Apesar do relatório de 1910 não especificar nitidamente o teor do novo estatuto, a situação de crise interna exposta anteriormente e a necessidade do órgão de reforçar seu papel no mundo do trabalho exigiam uma nova postura diante da conjuntura de crise. A aproximação política com setores burgueses e outras instituições tornaram-se mais visível, como por exemplo, as inúmeras correspondências com a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e os deputados da bancada do Amazonas na Câmara dos Deputados.

As novas demandas no campo trabalhista exigiam uma atualização do estatuto de 1909, como por exemplo, a inserção mais aprofundada do órgão na defesa da lei que garantia o descanso dominical e o fechamento de portas às 18 horas. Na prática, essa postura não deveria ser desvinculada da tese da ideologia do progresso. Era uma forma de ganhar a simpatia de setores burgueses e dos políticos para além da esfera meramente reivindicatória, como o descanso dominical. Em 1927, essa aproximação política exigia uma nova reavaliação da postura da AECA. Os novos embates políticos e outras demandas exigiam uma adaptação do estatuto em vigor, conforme abaixo:

Os atuais já não correspondem às nossas necessidades, dado o grau de evolução a que felizmente conseguimos chegar, através de sucessivas e penosas etapas. Urge, pois uma alteração, sem que se faça mister uma reforma radical ¹⁸⁷.

No ano seguinte a essa declaração o projeto do novo estatuto da AECA destacava o alistamento eleitoral e a preocupação com as garantias dos direitos dos associados e as beneficências, mantendo assim seu caráter de mutual ¹⁸⁸. O alistamento eleitoral estava ligado à tentativa de realização do Congresso das Associações dos Empregados no Comércio a nível nacional, que era articulado pelos caixeiros do Rio de Janeiro, como uma forma de inserção política mais ampliada. ¹⁸⁹ Dentre as conquistas dos caixeiros em Manaus, estava a lei estadual nº 1301 de 22/10/1926 que criou o Dia

¹⁸⁷ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, lido em assembleia geral em 12 de janeiro de 1927. Manaus: Oficina e Gráfica da Papelaria Lino Aguiar, 1927, p. 25.

¹⁸⁸ Rascunho do Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados do Comércio no Amazonas apresentado em sessão de Assembleia Geral de 6 de maio de 1928.

¹⁸⁹ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, p. 8.

do Empregado no comércio pelo governador Efigênio Ferreira Sales. Tratava-se, enfim, de uma conquista que reforçava a imagem do caixeiro perante a nova conjuntura.

No processo de emancipação do caixeiro, a AECA também participava de programas sociais dos órgãos governamentais. Prova disto é sua atuação na campanha contra o analfabetismo através da criação de aulas grátis e serviços prestados durante a epidemia da gripe. Essa inserção em atividades humanitárias lhe garantiu o título de associação de utilidade pública pela Lei Estadual nº 970 de 27 de setembro de 1918.¹⁹⁰ Essa postura demonstrava não somente o papel de órgão auxiliar das outras instituições, mas também as estratégias de alcance de outras esferas sociais que também valorizavam o trabalho em circunstâncias fora da alçada dos patrões. Assim, a imagem do caixeiro trabalhador também alcança a esfera humanitária de ajuda mútua, pois ao ajudar o próximo o caixeiro estava ajudando a si mesmo.

A AECA também reforçava seu apelo literário através da renovação constante de sua biblioteca. Seu acervo contava com obras de diversos gêneros literários e científicos, com autores brasileiros e internacionais. Era bastante valorizada pela grande quantidade de obras e objeto de preocupação da liderança pelo seu papel na formação intelectual do caixeiro. Seu salão era aberto diariamente para receber o público que afluía em busca de novidades literárias e também conhecer suas dependências. Constituíam um atrativo para o público e para a elite.

A imponente biblioteca que funcionava na sede da AECA era considerada uma das mais relevantes do período, como centro difusor de “cultura letrada” aberta aos sócios e à comunidade em geral. Segundo o jornal *Tribuna do Caixeiro*, no período de 1 a 30 de maio de 1908, a biblioteca foi visitada por 556 pessoas, sendo que a consulta externa nesse período foi de 53 volumes diversos, sendo: 39 obras em português, 10 em francês, 03 em inglês e 01 em alemão. Dentre os jornais e revistas consultadas, foi um total de 81, sendo: 64 nacionais, 12 portuguesas, 03 francesas e 02 inglesas¹⁹¹.

Todo esse arsenal literário era parte dos objetivos da AECA, previsto em estatuto, pois havia alguns caixeiros que não dominavam bem a leitura, o que era motivo de constante preocupação na esfera associativa da AECA que visava à emancipação política, profissional e educativa dos caixeiros no mundo comercial.

¹⁹⁰ Lei Estadual de n. 970, de 27 de setembro de 1918, que considera de utilidade pública a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas.

¹⁹¹ *Tribuna do Caixeiro*, nº 31, Manaus, 22 de novembro de 1908.

Em 1910 possuía um acervo de 3.000 volumes, apesar da “organização primitiva” da qual queixava-se a diretoria.¹⁹² Em 1911, a diretoria orgulhava-se de ter aumentado seu acervo para 5.500 volumes e de ter renovado o catálogo.¹⁹³ Em 1914, a diretoria afirmava o aumento de seu acervo e da procura, sendo que naquele ano foram consultadas 1.358 obras, sendo que destas 978 foram para consultas domiciliares.¹⁹⁴ Para reforçar a imagem do caixeiro letrado, a imponente biblioteca era também palco de leituras coletivas ou saraus literários, promovidos por intelectuais convidados ou por funcionários da diretoria. Apesar das constantes queixas da direção em vários momentos devido à falta de espaço esse importante setor da AECA nunca deixou de funcionar. Tanto que em 1925, já em um espaço mais amplo, possuía um acervo de 4.710 volumes, todos encadernados e devidamente catalogados. Era considerada a segunda maior biblioteca do Amazonas, com um salão de leitura com várias revistas nacionais e estrangeiras¹⁹⁵.

Outro espaço privilegiado na sede da AECA era o seu salão nobre que comportava grande número de pessoas, sendo palco de inúmeras apresentações e festas pomposas. Já em 1909, a diretoria se orgulhava da ampliação do espaço social de sua sede, com a instalação do salão de honra, da biblioteca, de leitura, de aulas, secretaria e demais dependências. Tal era a importância dispensada a esse espaço físico que a sede recebia visitas não só de pessoas ilustres da sociedade amazonense, como também de fora, como foi da visita de um dirigente da Phenix Caixeiral do Ceará¹⁹⁶.

Além dessas conquistas, outra inovação foi a valorização estética e simbólica da associação. Como prova disso, as sucessivas diretorias da AECA demonstravam a necessidade sempre constante de renovação estética do órgão e na participação em eventos elitizados. Era comum, por exemplo, o jornal dos caixeiros dar grande destaque aos aniversários da Associação em seus artigos, destacando a presença de autoridades da elite econômica e política nos festejos promovidos pela AECA, conforme já

¹⁹² QUARTO RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1910, p. 7.

¹⁹³ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1911, p. 10.

¹⁹⁴ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração da administração de 1914 apresentado na Assembleia Geral de 10 de janeiro de 1915. Manaus: Tipografia F. de Queiroz, 1915. p.10

¹⁹⁵ Almanak Laemmert. Edição para 1925, 81º ano, 3º volume. Estados do Norte, p. 113.

¹⁹⁶ TERCEIRO RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1909, apresentado em sessão de assembleia geral de 09 de janeiro de 1910. Manaus: Typografia da Livraria Palais Royal, 1910, p. 19.

mencionado no capítulo I. Queremos retomar este fato para destacar que, Cláudio Batalha, analisando a cultura associativa no Rio de Janeiro no início do século XX, salienta a importância que as associações davam às celebrações de seus aniversários. Este tipo de celebração está inserido no universo das práticas culturais que davam sentido ao ato de pertencer à associação ou sindicato, consolidando assim os valores sociais advindos da cultura associativa¹⁹⁷.

No caso da AECA, a celebração do aniversário da associação era um ritual que dava ênfase à importância social do grêmio perante a sociedade e os associados, constituindo assim um emblema que dava solidez aos ideais dos caixeiros de forma visível. Outra prática social que reforça esse fato pode ser observada no relatório que descreve as atividades de 1926, no qual descreve a visita de pessoas ilustres da sociedade ao salão nobre da AECA. O relatório ainda expõe a participação da diretoria da AECA na solenidade oficial da visita do presidente Washington Luiz à Manaus¹⁹⁸, como reforço desse simbolismo de revalorização do trabalhador do comércio.

Algumas reformas estéticas também eram realizadas como uma forma de manter a imagem do órgão perante a sociedade e nos círculos elitizados, como a pintura da fachada do prédio e a reforma da biblioteca. Toda essa preocupação com o embelezamento da parte física do prédio, como podemos perceber, procurava superar as expectativas da aparência do prédio, dando uma nova feição ao caráter associativo. Mesmo com uma arrecadação não muito elevada para suas pretensões, a associação investia na imagem holística do bom trabalhador se colocando em pé de igualdade com os ideais burgueses, fazendo-se representar até fora do Brasil. Em 1910, a Associação participou de uma exposição em Bruxelas, na qual apresentou fotos das dependências de sua sede, com o objetivo de divulgar a existência de uma associação de caixeiros em Manaus¹⁹⁹.

Com o passar do tempo, o prédio na Rua Barroso já não comportava mais as exigências que a imagem associativa requeria, tanto que nos relatórios já se falava nos problemas oriundos da falta de espaço e salubridade do prédio alugado. Daí a mudança, por volta de 1924, de sua sede social para um espaçoso prédio na av. Eduardo Ribeiro.

¹⁹⁷ BATALHA, Cláudio (org.) Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Identidade e diversidade na formação do operariado**. São Paulo: Unicamp, 2004, p. 193-194.

¹⁹⁸ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, lido em sessão de assembleia geral em 12 de janeiro de 1927. Manaus: Oficinas gráficas da papelaria Velho Lino, p. 25.

¹⁹⁹ QUARTO RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1910, apresentado e aprovado em sessão de assembleia geral em 15 de janeiro de 1911. Manaus: Livraria clássica, p. 11.

A nova sede possuía um espaço bastante ampliado, possibilitando o funcionamento de várias atividades diversificadas e de grande relevância no período, tais como: esportes com aparelhos de ginástica, um pórtico para ginástica ao ar livre, um salão de esgrima, um local de honras para sessões solene e até uma sala para fumantes, além de um prédio anexo para as aulas diversas. Possuía ainda um grande salão para bilhares e um consultório médico para os associados²⁰⁰.

Em 1928 foi feita uma reforma no salão nobre para que este recebesse a visita de autoridades e pessoas ilustres, como por exemplo, o Dr. Dorval Pires Porto, deputado federal, Dr. José Lopes de Aguiar, vice-governador do Acre, Comissão do Conselho Municipal, etc.²⁰¹ Todo esse aparato colocava a AECA na vanguarda dos requintes oferecidos por outras associações, principalmente pelo fato de que tal requinte representava uma associação simbólica com as classes mais abastadas da sociedade amazonense. O prestígio era garantido pela comodidade oferecida aos membros da elite, já que o âmago dessa representação era incluir o caixeiro entre aqueles que poderiam galgar os degraus do sucesso e do progresso. O relatório de 1926 ainda descreve a participação da diretoria da AECA na solenidade oficial da visita do presidente Washington Luiz à Manaus²⁰², como reforço desse simbolismo de revalorização do trabalhador do comércio.

Um fato que nos chamou a atenção e que se relaciona com essa visibilidade social foi a ausência de um consultório médico na sede, conforme observado já em 1909.²⁰³ Os associados eram atendidos nos consultórios particulares de médicos de destaque, como o Dr. Adriano Augusto de Araújo Jorge e Ricardo Gomes de Araújo, que eram sócios honorários da associação. Nos relatórios posteriores a 1909, não encontramos evidências de que os serviços médicos fossem realizados na sede, e sim de que tais eram externos. Esse suposto descaso nos levou à seguinte inquietação: por que o serviço de atendimento médico, tão essencial aos associados, ainda não tinha um consultório próprio? Apesar da crise, certamente a falta de verbas não era o motivo determinante para essa ausência, pois ao que parece a associação investia em

²⁰⁰ Almanak Laemmert para o ano de 1927, 82º ano, 3º volume. Estados do Norte, p.112.

²⁰¹ RELATÓRIO e contas da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas correspondente ao ano de 1928. Manaus: Armazéns Palácio Real, [1929], p. 08.

²⁰² RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, p. 25.

²⁰³ TERCEIRO RELATÓRIO concernente ao ano de 1909, apresentado em sessão de assembleia geral de 09 de janeiro de 1910. Manaus: Tipografia da Livraria Palais Royal, 1910, p.15.

mobiliário e embelezamento em detrimento de um espaço apropriado para tratar da saúde dos associados.

Duas possibilidades podem responder a essa interrogação: o prédio, apesar de espaçoso, poderia não ter espaço para um consultório fixo, já que abrigava várias atividades. A outra possibilidade ventilada seria a prioridade dada na ornamentação e pinturas do prédio. Nesse caso, o capital investido na remodelagem interna e externa seria justificável: o prédio, em si, era um ornamento simbólico. Por isso deveria estar à altura dos ideais nobres e reforçar perante os caixeiros e a sociedade a imagem da categoria. Esta possibilidade nos parece mais aceitável, pois conforme analisamos acima, a preocupação da diretoria em priorizar a fachada do prédio e o salão nobre da biblioteca eram estratégias utilizadas para reforçar simbolicamente a imagem dos ideais de progresso na perspectiva do associativismo.

Outro fator que reforça o exposto acima é a imagem da biblioteca como símbolo da busca do conhecimento, pois após a vitória do fechamento de portas a AECA lembrava aos caixeiros da necessidade da busca do conhecimento através dos livros, já “que tendes, há cerca de dois anos, o tempo mais livre, bem podeis, aproveitando essas horas de descanso, vir buscar ao livro o ensinamento e conforto de espírito que ele sempre dá.”²⁰⁴ A estrutura da biblioteca era parte integrante da simbologia. Quando a estrutura não correspondia ao padrão estético requerido, era largamente criticada pelos opositores internos.

Cabe aqui uma breve apreciação quanto à imagem que a AECA passava para a sociedade manauara. Observando o anuário de Manaus de 1913 sobressai o destaque concedido à AECA e por ele podemos inferir como se projetava a associação. Primeiro, nos chama a atenção o destaque dado às fotografias de seus dirigentes, pois ilustrando o anuário estão o presidente da Assembleia Geral Raymundo Alves Tribuzi e o presidente da diretoria Francisco Sales Vieira. Tal ilustração não ocorreu com os dirigentes de outras associações citadas no anuário, nem mesmo da ACA. Segundo, os comentários elogiosos de suas atividades. Por exemplo, sobre a volumosa biblioteca aprecia os editores do anuário que há “sempre grande movimento nesta dependência da associação”, enquanto sobre as aulas de música e da sua tuna destaca que estas “são regidas pelo professor senhor Moura, muito conhecido pela sua rara competência”. E por fim, destaca o anuário o quanto difícil era manter as associações numa cidade na

²⁰⁴ QUARTO RELATÓRIO concernente ao ano de 1910, apresentado e aprovado em sessão de assembleia geral em 15 de janeiro de 1911. Manaus: Livraria Clássica, 1911, p. 08.

qual a população tinha “pouca estabilidade” e que por isso era “muito para louvar a enérgica persistência dos empregados do comercio fazendo prosperar a sua Associação e tornando-a **digna do respeito de todos** [grifo nosso]”²⁰⁵.

Essa inovação observada nas posturas do órgão era vinculada a uma aproximação mais visível com setores burgueses e trabalhistas, como ilustra um fato ocorrido em 1914: a concessão do título de sócio honorário à firma Miranda Correa e Cia, pelos serviços prestados à AECA.²⁰⁶ Que serviços eram esses? O relatório da diretoria de 1914 não especifica quais eram.

Esse silêncio deixa marcas nas entrelinhas: poderia ser uma tentativa de reforçar os laços de solidariedade entre AECA e burguesia, pois não era desvinculado desse propósito que, por exemplo, em 1928, em comemoração ao aniversário da AECA foi colocado no salão de honra da Associação o retrato do prefeito de Manaus, Dr. Francisco de Araújo Lima, tido como “um grande batalhador da causa caixeiral”.²⁰⁷ Era também uma forma de reforçar a imagem do grêmio entre os trabalhadores, pois como vimos, a nova conjuntura de crise exigia uma reorientação da imagem do trabalhador por parte do grêmio dos caixeiros. Nesse sentido, a AECA procurava se identificar cada vez mais com os trabalhadores de forma pragmática.

Esse pragmatismo pode ser ilustrado com outra estratégia veiculada pela AECA, dessa vez em direção aos setores operários: trata-se da intervenção do órgão, em 1913, em defesa das operárias da Fábrica de Roupas Amazonense, que ficava situada à Rua da Instalação.²⁰⁸ O motivo eram as altas taxas de luz cobradas pela concessionária Manaus Tramways. A direção da fábrica, não podendo arcar com as taxas, decidiu fechar a firma em 1911. As operárias recorreram à AECA por ajuda financeira e a AECA, por sua vez, recorreu à Sociedade Artes Gráficas e à União Acadêmica, que juntas recorreram à Manaus Tramways, resultando na reabertura da fábrica.

Posturas práticas de defesa de trabalhadores de outros ramos como a que mencionamos acima não eram incomuns no mundo mutualista, desde que os interesses fossem sempre em defesa dos trabalhadores. O que cabe ressaltar é o papel da AECA no processo de articulação nesse episódio mencionado. A articulação com outros

²⁰⁵ ANNUARIO DE MANAOS. 1913-1914. Lisboa: Tip. Editora Limitada, 1913, p. 9.

²⁰⁶ RELATÓRIO da administração de 1914 apresentado em sessão magna de assembleia geral realizada a 10 de janeiro de 1915. Manaus: Emp. Libro-tip F. de Queiroz & Cia, 1914, p 10-11.

²⁰⁷ RELATÓRIO e contas da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas correspondente ao ano de 1928. Manaus: Armazéns Palácio Real, César, Cavalcanti & Cia., 1929, p. 6.

²⁰⁸ RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1913. Manaus: Sessão de Obras do Comércio do Amazonas, p. 7.

seguimentos nesse tipo de investida reforçava para a sociedade o fato de que a AECA era defensora dos direitos universais de todos os trabalhadores. Para tanto, como vimos, o grêmio costurava suas teias com trabalhadores e burguesia.

Contudo, a suposta harmonia da ideologia do progresso não era absoluta entre os trabalhadores e os patrões. Apesar de a AECA adotar posturas brandas de definição da imagem do trabalhador, nos picos de crise econômica as diferenças se materializavam de forma mais rígida no campo de disputa das relações trabalhistas. Essas diferenças tornavam-se mais acirradas quando a AECA reiterava os direitos adquiridos em lei, contra os abusos e indiferenças dos patrões. Por outro lado, quando as possibilidades de perda dos ganhos patronais pareciam suplantar a esfera do diálogo, os discursos tomavam rumos mais radicais e até ofensivos. A maior evidência dessa realidade histórica em nossas análises provém dos embates entre os comerciantes retalhistas e a AECA relativos à aplicabilidade da lei do descanso dominical e fechamento de portas. Os retalhistas haviam apoiado a AECA inicialmente no tocante ao discurso progressista do trabalho, como por exemplo, na questão do diarista: o caixeiro continuou ganhando mensalmente, com apoio dos retalhistas em assembleia²⁰⁹.

Todavia, em outro momento, sentiram-se os retalhistas prejudicados ao verem seus lucros diminuídos durante a crise e amarrados pelas mãos diante dos impostos municipais e da concorrência desleal com os ambulantes. Por isso, recorreram várias vezes ao poder municipal e estadual. Quando eram derrotados, recorriam ao poder federal e ao Tribunal Superior. Como ilustração desse fato, podemos citar a reação dos retalhistas contra a lei municipal nº 639 de setembro de 1910 que regulamentava o fechamento de portas²¹⁰.

Depois de recorrerem, os retalhistas conseguem a promulgação de uma nova lei municipal: a Lei 665, de março de 1911, regulamentando a abertura de portas em dias e horas “proibidas.” Não satisfeitos ainda, a ACR impetrou um habeas corpus alegando prejuízo por não poder abrir depois das seis horas nem nos dias santificados, feriados, domingos ou festas móveis. O pedido foi atendido somente em relação aos dias de festas móveis. Os retalhistas recorreram à esfera federal, porém foram derrotados. Acabou vigorando a lei de março de 1911. Ainda não conformados, os retalhistas faziam

²⁰⁹ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, lido em sessão de assembleia geral em 12 de janeiro de 1927. Manaus: Oficinas gráficas da papelaria Velho Lino, p. 04.

²¹⁰ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1911. Manaus: Tipografia da Livraria Clássica, 1912, p. 3-4.

pouco caso da lei. A AECA denunciava o abuso e quebrava, assim, a tênue harmonia da ideologia do progresso que “unia” trabalhadores e patrões:

Cumpre, porém, que levemos ao nosso conhecimento que os dispositivos dessa Lei continuam a ser desrespeitados pelos Senhores Retalhistas que, perdidos em todas as emergências encontraram o único meio de impor a sua vontade pela violação escandalosa de um princípio de lei, que lhes é desfavorável²¹¹.

Enfim, após todas essas considerações baseadas em dados concretos da documentação trabalhada, podemos assim concluir este tópico apontando duas conclusões: a primeira é a de que a AECA dispunha, assim como a ACA e a ACR, de um discurso unificador pautado na ideologia do progresso. Na esfera representativa, os três órgãos convergiam para o mesmo rumo, isto é, o progresso da humanidade através do trabalho. Para tanto, o discurso patronal utilizava-se da alegoria do patrão protetor e benevolente. Por seu turno, a AECA pautava seu discurso na imagem do trabalhador ordeiro e com o sonho de ser patrão.

A segunda conclusão que podemos tirar é de que no campo das relações de trabalho a ideologia do progresso que unia ambos os discursos tinha pouco sentido quando as perdas para ambos os lados superavam as vantagens. Esse fato torna-se mais evidente durante as conjunturas de crise, quando os setores buscam melhorias para amenizar suas perdas. No caso da AECA, a solução mais viável foi fortalecer a imagem do caixeiro perante a sociedade e ao mesmo tempo lutar por direitos conquistados e por outros benefícios. Como estratégia, incorporou pragmaticamente a luta dos trabalhadores e atingiu metas que posteriormente foram incorporados à legislação trabalhista em outra conjuntura, como o Dia do Caixeiro, férias, etc.

²¹¹ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1911, p. 5.

Capítulo 3

Vivendo e resistindo no mundo do trabalho

3.1 Doutrinação, trabalho e lazer.

Neste tópico, iremos analisar a questão do doutrinação como prioridade na representação do trabalhador do comércio exercido pela AECA numa conjuntura marcada pelos picos de crise econômica e como uma forma de baluarte contra as crises internas. Em seguida, analisaremos as formas de lazer na esfera associativa e aquelas consideradas de má reputação. Esta última também fazia parte da agenda dos caixeiros, conforme indícios na documentação.

Nossa hipótese é sustentada por essa documentação que nos mostra que o órgão se preocupava em garantir a imagem polida do caixeiro através da educação. No final de 1910, quando a crise se torna mais aguda e seus efeitos mais visíveis que nos anos anteriores²¹², o comércio sofre intensas retrações que exigem novas formas de proceder por parte das instituições que defendiam os trabalhadores e dos órgãos patronais. Como estratégia de manutenção dos ideais dos caixeiros, a AECA investe radicalmente na educação. Além da preocupação constante em educar o caixeiro, o outro motivo que levava a AECA a esse compromisso era garantir as subvenções estaduais, municipais e aquelas provenientes de políticos com alguma relação com a Associação. Nesse sentido, a educação pretendida pela AECA tornou-se uma extensão do doutrinação. Começaremos então com ele.

O doutrinação era peça fundamental utilizado pelas lideranças político-partidárias nas duas primeiras décadas do século XX, seja a nível associativo, ideológico ou partidário.²¹³ Isto ocorreu porque o mundo do trabalho, área que nos interessa, foi largamente influenciado pelas doutrinas oriundas das ideologias político-partidárias do final do século XIX que buscavam atrair os trabalhadores para os ideais de emancipação

²¹² BURNS, E. Bradford. **Manaus 1910**: retrato de uma cidade em expansão. Governo do Estado do Amazonas, Manaus: Editora Artenova Ltda. 1966, p. 6.

²¹³ HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920). Brasília: Edunb, 1993, p. 239.

política e contra a exploração pela burguesia. Dessa forma, era utilizado nos clubes e associações, nos encontros sociais e locais de lazer.

A imprensa partidária, além de revelar aspectos culturais, era um forte instrumento utilizado pelos partidos como forma de difusão doutrinária para se compreender as questões sociais e alcançar os ideais de politização dos trabalhadores, nesse sentido destacando-se o anarquismo sindicalista.²¹⁴ Essa produção doutrinária via imprensa adquiria vários contornos, como por exemplo, uma literatura libertária em forma de “poesia social, em geral sob a forma tradicional e consagrada dos velhos sonetos, que aparem nas páginas da imprensa operária, regularmente”²¹⁵.

Essa forma de poesia social e outros gêneros literários de cunho libertário eram formas doutrinárias amplamente utilizadas pelos partidos e correntes ideológicas para promover a instrução e libertação ideológica do operariado. As literaturas libertárias tinham ainda como objetivo denunciar a exploração capitalista e chamar a atenção da sociedade para os problemas advindos da luta de classes. Por isso se utilizavam da literatura libertária para promover seus objetivos.

Já os reformistas indicavam a cooptação e inserção política como meio para emancipação intelectual e profissional dos trabalhadores. O mesmo se dava entre as associações patronais, como é o caso aqui em Manaus da ACA, sendo que neste caso o doutrinamento vindo “de cima” propunha outros objetivos diferentes daqueles dos trabalhadores, conforme vimos.

Utilizando-se da imprensa operária, o periódico dos caixeiros procurou fortalecer e validar a identidade dos trabalhadores do comércio através do doutrinamento. Após 1910, quando a crise da economia gumífera se tornou mais acirrada, o órgão viu-se obrigado a redobrar sua linha de inserção educacional para garantir as subvenções do governo e a própria sobrevivência.

O fato de que o doutrinamento era um instrumento pragmático amplamente utilizado desde o início da República pelos partidos políticos e associações patronais e operárias para garantir solidez, consciência de classe e educação de seus membros não exclui o fato de que os trabalhadores exerciam sua própria compreensão a respeito do doutrinamento.

²¹⁴ FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988 (Princípios), p. 16.

²¹⁵ LEONARDI, Vitor e FOOT HARDMAN Francisco. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2^o Edição, São Paulo: Ática, 1988, p. 257.

Nossas pesquisas sobre os caixeiros indicam que, senão todos, pelo menos uma parcela desta categoria tinha seu próprio entendimento do doutrinamento proposto pela sua agremiação oficial. Contudo, para se compreender como e porque o caixeiro associado interpretava esse corpo doutrinário de forma diferenciada de sua congênere, não basta apenas tomar como base os pressupostos de sua associação e os objetivos a que tais pressupostos almejavam.

Torna-se mister comparar tais perspectivas oriundas de seu órgão oficial com a vivência do caixeiro a partir de suas perspectivas no mundo do trabalho. Entendemos que não seguir este caminho é trilhar uma perspectiva no mínimo suspeita, pois excluiria o fazer-se a partir da perspectiva do próprio sujeito histórico, enveredando assim por uma estrada já saturada por uma análise sem profundidade histórica. Nesse sentido, concordamos com José D'assunção Barros ao indicar um caminho renovador no uso dos conceitos históricos que sofisticam a trajetória dos sujeitos no trem da História:

Não há regras. Há escolhas. E as escolhas devem ser feitas diante do objeto de estudo, sejam as que se referem à Teoria ou ao Método. Abrir-se à novidade, de todo modo, é sempre uma excelente postura. É adequado, também, considerar a possibilidade da invenção conceitual, ou de uma nova utilização de conceitos já existentes para produzir algo novo²¹⁶.

Nas palavras do autor, podemos perceber a importância atribuída ao novo no contexto do levantamento historiográfico dos sujeitos históricos. Essa questão, muito discutida pelos historiadores interessados em romper com os paradigmas teóricos que não dão conta do real, torna-se um ponto central no levantamento metodológico e teórico das experiências dos trabalhadores. É importante perceber que Barros chama a atenção não para o desprezo do aspecto teórico, mas para sua inovação, ou seja, uma mesma teoria pode ser reelaborada para explicar aquilo que a pesquisa demonstra, pois esta última é que dá sentido à ciência histórica. No âmbito das pesquisas, o arcabouço teórico pré-estabelecido é confrontado com a realidade do que realmente aconteceu e assim ocorre geralmente uma redefinição teórica que tenta explicar ou aproximar o sujeito de uma compreensão histórica sem conformá-lo a um paradigma ou modelo determinante.

É necessário deixar que o sujeito fale, exponha seus conceitos da realidade em que viveu através das representações que os mesmos tinham de sua realidade objetiva.

²¹⁶ BARROS, José d'Assunção. **Teoria da História**. Princípios e conceitos fundamentais, 2^o Edição, Petrópolis/RJ: Vozes, 2011, volume 01, p. 229.

Essa fala encontra-se no passado histórico escondida em diversas formas ou expostas de forma lúcida, o que pode induzir o pesquisador a fazer generalizações a partir do que é visível, e assim enquadrar o sujeito em teorias dominantes ou inapropriadas para aquela realidade histórica.

Em termos práticos, entendermos que, por ser a classe historicamente um processo, o problema conceitual se deve, sobretudo, à pesquisa, pois nem sempre esta corresponde ao paradigma conceitual, daí a necessidade de redefinição teórica proposta por José d'Assunção Barros. É preciso, em primeira instância, ouvir a fala do próprio sujeito no processo histórico antes de enquadrá-lo nesta ou naquela tendência. Nessa linha de raciocínio, pressupomos que a postura do caixeiro em relação ao doutrinamento é uma voz que ressoa nas curvas do labirinto da História, esperando para ser ouvida.

Nossa preocupação em relação à fala do caixeiro tomou como base as fontes primárias disponíveis, que são seu periódico e os relatórios da AECA. Contudo, nessas mesmas fontes primárias percebemos que a fala do caixeiro enquanto trabalhador não se harmonizava exatamente com a fala oficial de sua associação. Para entendermos um pouco mais do que se passava no interior da história dessa categoria, tivemos que ler nas entrelinhas de suas falas. Em suas reclamações, argumentações, reivindicações e apelos de sua agremiação, as supostas falas não ditas e os supostos silêncios são confrontados com o contexto do mundo do trabalho a nível local e nacional para então sofisticarmos a existência de uma trama escondida na história dos trabalhadores do comércio.

Entre os caixeiros, a educação doutrinária esteve amplamente ligada à educação formal. Esta última ganhou mais relevância a partir de 1910 e continuou durante toda a década de 20, mesmo com os altos e baixos da participação dos caixeiros.

A educação no Brasil, tanto a primária quanto a secundária, era largamente utilizada tanto como mecanismos de coesão quanto de amparo intelectual e profissional. No início da República, houve uma preocupação em melhorar o sistema educacional segundo os ideais de desenvolvimento e progresso, sendo que nesse aspecto o Amazonas também não ficou de fora. Em 1897, por exemplo, o Ginásio Amazonense já possuía um curso comercial em suas dependências, como imperativo para as demandas do crescimento do comércio²¹⁷.

²¹⁷ CAMPOS, Luciane Maria Dantas, **Trabalho e emancipação**, 2010, p. 92. O Ginásio Amazonense foi concluído em 1886. Posteriormente obteve várias nomenclaturas, sendo que em 1943 recebeu o nome de Colégio Estadual Amazonense (CAMPOS, Luciane Maria Dantas, p. 85).

A AECA priorizava esse mecanismo de coesão em tempos de crise como forma de garantia de barganha financeira e até de sobrevivência. Como ilustrativo dessa postura, a Associação mantinha estreita relação com o Instituto João de Deus, localizado à Rua Costa Azevedo e que oferecia cursos primários, reforços, artes e música, indicando assim a necessidade de qualificação educacional, principalmente numa época em que os ramos do comércio eram praticamente os setores que mais empregavam na cidade.²¹⁸ Portanto, no ramo comercial, educação e empregabilidade eram indissociáveis para a carreira de caixeiro. Há casos ainda de outras mutuais que se preocupavam com a instrução básica, como a associação étnica Luzitana Repatriadora, que entre outros serviços oferecia aulas de alfabetização para os seus associados que não sabiam ler²¹⁹.

Entre os cursos iniciais oferecidos, estavam o de Escrituração Mercantil, Português, Aritmética e Francês, posteriormente utilizados como pré-requisitos para ingressar na Escola Municipal de Comércio, além dos cursos de música e o de Esperanto.²²⁰ Este teve pouca relevância, vindo a desaparecer por falta de público e apoio de algumas lideranças. Inicialmente, as aulas do curso primário eram oferecidas na sede da Associação.

Porém, nem todos os caixeiros associados correspondiam às expectativas dos cursos oferecidos por sua agremiação. A ausência nas aulas colocava em risco a credibilidade da associação perante a sociedade e os patrões. Um dos motivos alegados pela AECA para o fechamento de portas às 18h era a necessidade do caixeiro de frequentar os cursos noturnos. Por isso, em 1909 o órgão tornava público à categoria sua preocupação em perder o apoio dos patrões:

As matrículas estão abertas desde 1º este mês, e a percentagem dos caixeiros que nelas se inscrevem é desanimadora. Isto é maneira de corresponderem a esse compromisso que a sua associação de classe tomou perante os patrões?²²¹

Mesmo com a “indiferença” de muitos caixeiros, o órgão continuava priorizando a educação como foco da representação do comerciário no mundo do trabalho. Por isso traçou estratégias para fortalecer os laços entre o caixeiro e a educação, ao mesmo tempo garantindo coesão de classe e sustentabilidade perante a sociedade. Uma

²¹⁸ DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A ilusão do fausto**, 2007, p.38-39.

²¹⁹ Tribuna do Caixeiro, nº 50, Manaus, 11 de abril de 1909.

²²⁰ Tribuna do Caixeiro, nº 31. Manaus, 22 de novembro de 1908.

²²¹ Tribuna do Caixeiro, nº 40, Manaus, 31 de janeiro de 1909.

dessas estratégias foi a criação de uma Escola de Comércio inaugurada em 1910 na sede da AECA, como já mencionamos anteriormente. Ainda que fosse uma escola sob a égide municipal, recebendo da prefeitura o valor de 200\$000 (duzentos mil réis), aumentando posteriormente para 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis). Também recebia á AECA o reforço financeiro do Estado para custeio da educação e qualificação dos caixeiros, que por lei estadual tornou apta a associação a receber 3:000\$000 (três contos de réis) anualmente para manutenção de sua escola.²²²

Além da ajuda da prefeitura e do Estado, a AECA contava com o auxílio financeiro do senador Augusto César Lopes Gonçalves, no valor de 200 mil réis mensais para ajudar a custear os cursos, pois o parlamentar era tido como defensor da categoria dos caixeiros e sua aproximação política com a Associação lhe garantia o título de sócio honorário, dando-lhe prestígio social²²³. Na década de 1920 a escola passa a ser conhecida por Escola Prática de Comércio Senador Lopes Gonçalves, ganhando o nome de seu maior benemérito particular.

Apesar da grande expectativa de ampliação educativa do caixeiro com a manutenção de uma escola própria, que garantia a gratuidade de seus cursos elementares e profissionais, havia sempre muitos problemas para manter a frequência. Em 1910 no seu primeiro ano de funcionamento a Escola Municipal de Comércio terminou o ano letivo com 14 aprovados²²⁴, mas havia alguns problemas em relação à participação regular dos alunos. Estes problemas estavam relacionados à “assistência noturna no emprego” e “à fraqueza moral dos que, apavorando-se com o número de matérias a estudar, descoroçam e são presas da covardia, isto é, de uma débil vontade, sem disciplina.”²²⁵. Outros problemas ameaçavam o sucesso da recém-fundada escola, como as “célebres arrumações” e o trabalho aos domingos, que tirava o tempo livre do caixeiro para as aulas e frequência à biblioteca. Tal fato levou a direção do curso comercial a transferir os exames em 1909 para o ano seguinte por falta de alunos.²²⁶ Outra situação era a não observância dos prazos para matrícula. Muitos

²²² LEI ESTADUAL n. 1.249 de 22 de fevereiro de 1926.

²²³ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, p. 28.

²²⁴ QUARTO RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1910, apresentado e aprovado em sessão de assembleia geral em 15 de janeiro de 1911. Manaus: Livraria Clássica, 1911, p. 5.

²²⁵ RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1911. Manaus: Livraria Clássica, 1912, p.20.

²²⁶ TERCEIRO RELATÓRIO concernente ao ano de 1909, apresentado em sessão de assembleia geral em 09 de janeiro de 1910. Manaus: Typografia da Livraria Palais Royal, 1910, p. 8-9.

perdiam os prazos e tornavam-se alunos ouvintes. Havia ainda aqueles alunos que se matriculavam, mas não assistiam às aulas. O problema ocorria todos os anos, conforme se queixava a diretoria:

Também profligamos aqui o procedimento irregular de diversos associados, que todos os anos estão sempre prontos, na abertura das aulas, a inscreverem os seus nomes como alunos, não passando desta formalidade o grande interesse por aprender aquilo que ainda decerto não sabem, e que lhes poderá fazer falta amanhã.²²⁷

O grande interesse em promover a educação de seus sócios contrastava com o desinteresse dos associados. Mesmo assim, a AECA continuou sua política de valorização social e seu instrumento principal, a educação como prioridade, era ancorada no apoio dos órgãos governamentais e dos políticos que apostavam na melhoria do comércio através da qualificação dos trabalhadores. De acordo com os relatórios da AECA, em 1911 o número de associados era de 596, sendo que destes, 236 eram efetivos.²²⁸ Isto significa dizer que o baixo número de efetivos da associação contribuía para as queixas da diretoria e incentivava as críticas por parte de sua oposição, que sempre culpava as diretorias pelo desinteresse dos caixeiros.

O relatório das atividades de 1913 demonstra um relativo aumento participativo na escola de comércio, porém no mesmo ano a diretoria reclamava da pouca participação nas aulas de música que findou sendo extinta em 1914. Nesse mesmo ano, a direção da escola passou a ser exercido pelo sócio honorário da AECA, coronel José da Costa Monteiro Tapajós, que também era Secretário da Superintendência Municipal.²²⁹ Segundo o relatório de 1926, foi criado o cargo de Inspetor de Alunos, como estratégia para aumentar a credibilidade da escola contra as queixas de alguns membros da liderança insatisfeitos e garantir as ofertas dos poderes públicos.²³⁰

Nesse mesmo ano, a Escola Primária ligada à Escola de Comércio foi regulamentada junto à Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado, fato considerado

²²⁸ RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1911, p. 07. De acordo com o quadro 03 da página 68, o número de caixeiros inscritos naquele ano era de 586 e conforme vimos, era considerado alto em relação ao ano anterior. Ao que tudo indica, essas disparidades numéricas indicam um fator subjetivo de acordo com os interesses da diretoria em questão. Infelizmente, não encontramos outras fontes comparativas mais fidedignas. Contudo, acreditamos que o fato não impede a análise da natureza da diretoria.

²²⁹ RELATÓRIO da administração de 1914. Manaus: Emp. Libro-Typ. F. de Queiroz, 1915, p.7.

²³⁰ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, lido em sessão de assembleia geral de 1927. Manaus: Oficinas Gráficas da Papelaria Velho Lino, 1927, p. 14.

pela AECA uma grande vitória no aprimoramento da imagem do caixeiro mediante a crise. No movimento escolar desse ano, os cursos primários tiveram como participantes 66 homens e 14 mulheres; e no curso comercial participaram 47 homens e 17 mulheres.²³¹ A presença de mulheres no curso comercial também comprova a necessidade de ampliação dos quadros representativos do comércio no mundo do trabalho.²³² Apesar dessa ampliação, o quarto ano escolar do curso comercial foi suspenso por motivo de abandono. Os principais motivos apontados pela diretoria foram: doenças e mudança de residência. Na tentativa de superar essas dificuldades, a AECA criou novos cursos, como o de Tecnologia Mercantil, Geografia Geral e Estatística, como reforço para atrair os caixeiros e o público em geral.

Com isso, a AECA não somente reagia à indiferença por parte da crise interna e externa, como também apostava na manutenção do discurso social cuja vanguarda passava a ser a educação primária e comercial como representação dos ideais dos trabalhadores do comércio. Para aumentar a participação dos caixeiros nos cursos, promovia incentivos como descontos nas mensalidades, mesmo em época de contenção de despesas, além de outros prêmios²³³. Mesmo assim, todos os relatórios das diretorias da década de 1920 apresentam queixas sobre a pouca importância dispensada aos cursos por parte de muitos caixeiros. Esse fato estava relacionado diretamente às oscilações do quadro social do órgão, conforme apresentado na tabela III:

Tabela III: Quadro social da AECA entre 1906-1926

Membros registrados desde a fundação	Eliminados desde a fundação	Sócios em 1926
2.851	A pedido: 42 Falta de pagamento: 938 Falecimento: 42	1.829

Fonte: Relatório da diretoria da AECA referente a 1926.

²³¹ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, p. 14.

²³² CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e emancipação**, 2010, p. 94.

²³³ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, p. 18.

Conforme a tabela III, o maior motivo para a oscilação entre o número de registros e saídas de sócios era a falta de pagamento. Esse fato era motivado pelas crises periódicas. Podemos perceber, por exemplo, que em 1926 (Tabela IV) o número de eliminados pela falta de pagamento é considerado grande em relação ao número de admitidos.

Tabela IV: Movimento social da AECA em 1926

Sócios admitidos			Sócios eliminados À pedido			Sócios eliminados Falta de pagamento			Sócios falecidos	
Efetivos	Contribuintes		Efetivos	Contribuintes		Efetivos	Contribuintes		Efetivos	Beneméritos
H	H	M	H	H	M	H	H	M	H	H
140	35	6	1	2	1	127	75	16	1	1
	41			3			91			
181			4			218			2	

Fonte: Relatório da diretoria da AECA referente a 1926.

A crise obrigava a prefeitura e o Estado a suspenderem a ajuda financeira quando a situação econômica ficava difícil. A AECA também recebia um benefício do Estado chamado de quota lotérica, que era uma verba destinada para as instituições que tinham escolas e distribuíam beneficência anualmente. Era um fundo monetário utilizado nas despesas de manutenção das beneficências e material escolar. Devido à suspensão das subvenções, a AECA pleiteava a ajuda federal, a exemplo das outras associações mutualistas a nível nacional, conseguindo assim em 1928 uma verba com apoio de políticos da bancada federal, em reconhecimento ao seu papel social educativo. Por isso, o órgão reforçava cada vez mais sua imagem como instituição educativa e profissional, afirmando inclusive em assembleia que “justo é dizer-vos que, se não fosse a invejável situação que desfruta a nossa Sociedade, junto aos poderes públicos, nada teríamos conseguido dessa verba, dada a exiguidade de receita que fazendo o Estado e o Município”²³⁴.

A relativa melhoria financeira do órgão em 1928 fez com que a diretoria fizesse uma proposta de reforma da estrutura curricular da escola primária. A proposta era que

²³⁴ RELATÓRIO e contas da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas correspondente ao ano de 1928. Manaus: Armazéns Palácio Real, César, Cavalcanti & Cia, p. 16.

houvesse a ampliação de um ano no curso profissional, passando a ser de cinco anos, com o objetivo de aumentar as aulas para atender melhor as exigências do comércio. Ou seja, investir mais ainda na qualificação no âmbito profissional e comercial dos seus associados e ao mesmo tempo assegurar o apoio político e financeiro “de fora”. Foram incluídos novos cursos, como Direito Comercial, além de Contabilidade Bancária, Agrícola e Industrial. Foi proposto ainda um curso de aperfeiçoamento no último ano escolar. Nesse ano, foram aprovados 40 alunos no primário e 55 no curso profissional, com premiação²³⁵.

Como forma de garantir as entradas, além das subvenções do governo, a AECA investia em imóveis no mercado imobiliário, com aluguéis de terrenos e seguro de seus imóveis. Como o prédio da sede era alugado, havia o risco de perder o local, daí a necessidade constante de se alocar um prédio novo. Ao que tudo indica esse prédio próprio nunca foi conseguido. As despesas não permitiam a compra de um terreno no centro, principalmente numa época em que os preços no mercado imobiliário eram altos devido à crise. Por isso, o órgão também investia em compras de terrenos e apólices de seguro. Era uma alternativa financeira para manter o funcionamento do órgão.

Em 1929, além dos entraves oriundos da pouca participação nos cursos e da crise financeira no comércio, as subvenções oferecidas pelo senador Lopes Gonçalves foram suspensas nos meses de janeiro a junho, pois o mesmo achava-se na Europa por motivo de doença.²³⁶ Novamente a AECA reforçava seu ideal educacional contando com ajuda dos governos estadual e municipal, apelando algumas vezes aos deputados da bancada federal.

No ano de 1928, apesar da retração comercial, a AECA continuava promovendo palestras no salão nobre de sua biblioteca, tentando reforçar o combate aos vícios e incentivando os estudos profissionais, como armas integrantes de seu arsenal doutrinário e educativo. As palestras naquele ano focavam os problemas do álcool e a importância da matemática no ramo comercial. Falamos até aqui do doutrinamento materializado no projeto educacional e profissional proposto pela AECA. Precisamos entender como esse projeto era vivenciado do ponto de vista do caixeiro, ou seja, da perspectiva o trabalhador que vivia o dia todo preso ao balcão, nos escritórios de

²³⁵ RELATÓRIO e contas da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas correspondente ao ano de 1928, p. 31-32.

²³⁶ RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1929. Manaus: Oficinas Gráficas da Papelaria Velho Lino, p. 9.

contabilidade ou nas limpezas da loja e nos despachos de mercadorias nos diversos setores do ramo comercial.

Em Manaus da belle époque, a suntuosidade das formas de lazer trazidas pela modernidade enterravam antigos hábitos locais, como os banhos de igarapés. Eram considerados pelos Códigos de posturas como agressivos aos padrões requintados trazidos da Europa. As formas variadas de entretenimento introduzidas em Manaus refletiam o gosto trazido pela cultura europeia. No Código de Postura de 1910, por exemplo, a proliferação das opções de lazer provocava a vigilância dos poderes públicos, para não manchar a imagem da Paris dos Trópicos. Limitava os usos e espaços de lazer, na medida em que “os divertimentos públicos, espetáculos, bailes, cafés-concertos, corridas, etc., não se poderão realizar, sem prévia licença passada na Secretaria Municipal, mediante autorização da Superintendência. O infrator ocorrerá na multa de 50\$000”²³⁷.

Essas formas de lazer elitizado trouxeram novas formas de sociabilidade. Mas havia também locais específicos onde os trabalhadores e operários compartilhavam experiências e angústias. Eram os bares, os botequins e os cabarés, frequentados por trabalhadores, como por exemplo, os estivadores do porto, que consumiam álcool nos botequins para mitigar o cansaço do trabalho.²³⁸ É importante ressaltarmos a importância dos cafés como ponto de socialização e lazer. Nesses estabelecimentos os trabalhadores trocavam ideias oriundas de seu mundo de trabalho e problemas pessoais, bem como entravam em contato com outras vivências trazidas por imigrantes, criando assim uma espécie de pertencimento a uma rede de descontração e socialização. Outra fonte de disseminação de ideias eram os clubes, pois segundo Ana Maria Daou:

Entre os anos 1890 e 1900, havia clubes para tudo e para todos em Manaus, o que se manteve por toda a primeira década do século XX, como significativa estratégia de interação social (...) tais clubes promoveram a construção de experiências compartilhadas sob novos registros, quando se teciam conexões para além do âmbito restrito das instituições mais tradicionais, como a família²³⁹.

²³⁷ Código de Postura do Município de Manaus de 1910, Art. 137.

²³⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**, (1899 - 1925). 2º ed. Manaus: Edua, 2003.p. 61.

²³⁹ DAOU, Ana Maria. **A Belle époque Amazônica**, 2000, p. 45.

Além desses espaços e formas de sociabilidade lúdicas cerceados pelo poder público, havia ainda o problema do álcool e prostituição, muito combatidos pelas lideranças dos trabalhadores em Manaus.²⁴⁰ Em contrapartida, a imprensa dos trabalhadores incentivava a participação em diversões consideradas moralmente lícitas, como os desfiles e bailes, além dos cafés-teatros espalhados pela área central. A AECA incentivava, por exemplo, o curso na Avenida Eduardo Ribeiro aos domingos, cuja frequência dos caixeiros era baixa, e os passeios de bonde, além, é claro, dos eventos teatrais, principalmente os concertos e peças no Teatro Amazonas. Como não havia um clube próprio dos caixeiros, a AECA sugeria, inclusive, que os caixeiros participassem do jogo de bilhar no café Tico-Tico, com boa reputação social, pois o referido café-restaurante era ligado à AECA, em vez dos jogos de má reputação²⁴¹.

O periódico dos caixeiros em várias ocasiões denunciava os jogos proibidos e considerados “aviltantes do espírito humano”, como a roleta, o jogo de bilhar e a “jogatina” nos navios, na Praça São Sebastião e em áreas sob vigilância sanitária²⁴². Em um dos inúmeros apelos, por exemplo, o jornal criticava a presença de caixeiros nos prazeres proibidos e procurava atraí-los para os cursos noturnos, ao mesmo tempo tentando resguardar a reputação da AECA, reforçando a importância das aulas, “(...), pois ali aproveitareis bem mais do que gozando esses prazeres efêmeros com que a orgia engana a vossa inexperiência da vida, que se rotula tão sedutoramente, mas que no fundo tão amarga se apresenta”.²⁴³

Para chamar a atenção das autoridades em relação à falta de lazer noturno moralmente aceitável, o jornal dos caixeiros já em 1908 denunciava a falta de “passeios públicos atraentes, por uma farta iluminação, largas avenidas apropriadas para andarem as famílias sem receio de sujarem a timbra dos vestidos”.²⁴⁴ Essa suposta “falha” na melhoria do lazer noturno e a indiferença dos caixeiros eram usadas como uma justificativa pela AECA para a frequência de muitos de seus associados aos lugares de má reputação. Como muitos caixeiros eram jovens, a AECA apelava constantemente para que estes se voltassem para os estudos ou para as leituras de livros na biblioteca da entidade como forma de mantê-los sob controle. No entanto, mesmo com vários apelos e tentativas de sensibilização, vários caixeiros preferiam os espaços dos

²⁴⁰ COSTA, Francisca Deusa Sena. *Imprensa operária em Manaus*, p. 135.

²⁴¹ *Tribuna do Caixeiro*, nº 32, Manaus, 29 de novembro de 1908.

²⁴² *Tribuna do Caixeiro*, nº 32. Manaus, 29 de novembro de 1908.

²⁴³ *Tribuna do Caixeiro*, nº 40, Manaus, 31 de janeiro de 1909.

²⁴⁴ *Tribuna do Caixeiro*, nº 26, Manaus, 11 de outubro de 1908.

prazeres proibidos em vez das aulas noturnas, leituras na biblioteca e passeios noturnos. Esse fato levava a Associação a promover cada vez mais a necessidade de instrução como fator libertário moral e profissional dos caixeiros, “em lugar de buscarem o prazer efêmero das orgias, nesses antros de dissolução onde os mais fortes perdem muitas vezes a inteligência”²⁴⁵.

Se o lazer elitizado dava um tom mais nobre ao status de caixeiro, na prática muitos preferiam outras opções, o que sugere uma forma alternativa de lidar com as representações oriundas de seu ofício. Como trabalhadores, embora se considerassem uma classe em ascensão, eram explorados e desejavam compartilhar suas angústias com outros seguimentos. Não havia em Manaus lugar mais apropriado para esse tipo de interação social entre trabalhadores de diversas categorias do que os bares e botequins.

De acordo com vários indícios no jornal dos caixeiros e nos relatórios da AECA, o alcoolismo também se tornou latente entre alguns caixeiros principalmente após 1910, pois se sentiam ameaçados pelo fantasma do desemprego. Eles buscavam nos bares e botequins o alívio para a realidade do comércio varejista que despedia seus empregados em massa. Acreditamos que a escolha do caixeiro em ir ao bar ou botequim não era somente para afagar a alma quebrantada pelo fulgor do trabalho atrás do balcão. Tampouco iam aos bares somente para aliviar os efeitos emocionais da crise, mas também para socializar vivências e promover debates doutrinários, bem diferentes dos bailes, saraus dançantes e festas glamorosas elitizadas em que os caixeiros comumente gostavam de participar como se fossem burgueses.

Nesse sentido, deduzimos que os caixeiros de Manaus não desprezavam o doutrinamento prescrito pela AECA. Eles apenas o reinterpretavam nas suas vivências. A “moral” que o status de caixeiro lhes dava frente a outros seguimentos não era abalada, desde que a natureza de seu ofício e a relação caixeiro-patrão permanecesse intacta.

Em termos práticos, a frequência aos bares, além de se constituir um lazer social, servia também para conhecer outras experiências “de fora”, já que Manaus era na época uma cidade internacionalizada pelas idas e vindas de estrangeiros. Não queremos afirmar com isto que o caixeiro desprezava totalmente a participação nas aulas noturnas e cursos da AECA. Apenas queremos propor que o caixeiro associava ou expandia esse

²⁴⁵ Tribuna do Caixeiro, nº 04, Manaus, 10 de maio de 1908.

doutrinação para além do balcão e da AECA e se materializava nas formas pessoais de lazer.

Concluindo, vimos a importância que a AECA dava ao doutrinação enquanto elemento-chave na preparação do sentimento de emancipação classista no mundo do trabalho. No início da fundação do grêmio associativo, o doutrinação era ligado diretamente ao caráter de identidade da classe. A partir do final de 1910, diante da retração cada vez mais aguda do comércio, o órgão alarga seu foco doutrinário, utilizando-se da imagem da educação primária e comercial como ponte entre o progresso e a sobrevivência do órgão.

De forma pragmática, o órgão promoveu várias reformas em seu projeto educativo, que vão desde melhorias na sede para atender a clientela dos cursos primários até reformas no estatuto para responderem às demandas econômicas e sociais dos novos tempos. A instalação de novos cursos e o desdobramento na estrutura curricular da Escola de Comércio demonstra o grau de importância que esta área tinha no projeto social dos caixeiros. Apesar das desavenças internas e pouca frequência de muitos associados, o órgão procurava garantir as subvenções externas a todo custo, sempre procurando manter a imagem de educação primária e profissional como redentora do trabalhador do comércio.

A participação ou frequência de caixeiros aos locais considerados de má fama era considerada uma afronta para a moral e a reputação da categoria, além de manchar a imagem da associação perante a sociedade. No entanto, a presença desses trabalhadores nesses locais, ao que parece, era mais motivada pelo desejo de socializar suas angústias pessoais e profissionais do que pelo desejo de comparar-se a outros seguimentos operários. Consideravam-se uma classe em ascensão e evitavam maiores confrontos ideológicos. Frequentavam o Teatro Amazonas, clubes e bailes elitizados. Porém, como trabalhadores explorados, pertenciam ao mesmo mundo dos excluídos e desejavam compartilhar suas angústias para além dos círculos associativos e patronais. Algumas possibilidades de satisfação pessoais e até carnavais só eram encontradas na convivência com outros seguimentos de trabalhadores nos bares, botequins e bordéis.

Dessa forma, eles reinterpretabam a imagem do bom trabalhador ordeiro e moralmente correto. Inseriam essa imagem instituída pela AECA em seus anseios pessoais que extrapolavam a imagem do trabalhador profissional. Sem abandonar o sonho de ascensão no mundo do trabalho, viviam a realidade de sua profissão. Durante toda a sua trajetória mapeada desde 1906 até 1939, sempre nos deparamos com as

queixas de seu órgão sobre a “indiferença” de alguns em relação ao associativismo. Os efeitos da crise econômica e as disputas internas à associação por si só não explicam esse “indiferentismo” quando se trata das opções de lazer. Nas entrelinhas havia algo mais. O não dito acaba se revelando quando percebemos outras nuances de sua experiência. Entendemos que o contraste entre o lazer proposto pela associação e as outras formas de lazer praticadas revelam que os caixeiros tinham gostos variados motivados por angústias variadas que rompem com teorias de que os trabalhadores eram unânimes em suas vivências pessoais.

3. 2- crise, reivindicações e resistência.

Neste último tópico, pretendemos analisar as formas de resistências e reivindicações assumidas pelos caixeiros em Manaus no período entre 1906 e 1928 no âmbito mais pragmático que extrapolou a mera relação institucional. Analisaremos as ações da AECA mediante as constantes lutas pelo fechamento de portas e descanso dominical, além de algumas ações individuais de caixeiros contra a exploração.

Tais análises contribuem para termos um entendimento mais concreto do alcance de suas ações perante os poderes municipal e patronal. Era óbvio que suas ações espelhavam o conjunto de reivindicações a nível nacional. Emblemático desse contexto mais amplo, por exemplo, foi a promulgação da lei do fechamento de portas, conseguido no final de 1908 através de constantes pressões ao poder público municipal, como veremos.

Conforme já explicitado, os caixeiros eram trabalhadores que almejavam atingir profissionalmente a esfera patronal, seja como donos de estabelecimentos ou como “caixeiros interessados” ou coparticipantes dos lucros da casa comercial. No entanto, como trabalhadores explorados, estavam sujeitos aos ditames resultantes da luta entre o capital e o trabalho. Sua trajetória como sujeitos históricos demonstra que usavam o diálogo como mecanismo de negociação. Porém, quando este falhava, recorriam ao poder público, aos aliados políticos e à esfera jurídica para garantir seus direitos. Não eram apáticos ou desprovidos de consciência de classe, tampouco eram “conformados” com sua condição de explorados. O paternalismo e a crise não os impedia de lutarem por seus direitos quando estes eram ameaçados.

Se os operários utilizavam instrumentos radicais de lutas como greves, passeatas e em muitos casos ataques ou quebra-quebra, como nas greves de 1917 e 1920 em São Paulo²⁴⁶, os caixeiros no Brasil, em sua trajetória, faziam uso de instrumentos mais brandos, como a cooptação e os acordos, seja na esfera associativa ou individual, além de passeatas pacíficas. Isto não exclui a possibilidade real de confrontos mais acirrados chegando ao ponto de agressões físicas, como ocorreu no Rio de Janeiro²⁴⁷.

Queremos aqui analisar as formas de resistência mais específicas em Manaus, inerentes ao perfil da categoria e que se traduziram em formas práticas de confrontação presentes em toda a sua experiência. Começaremos pela reivindicação mais comum que constituía o centro do conjunto das reivindicações dos comerciários em Manaus e a nível nacional: o fechamento de portas às 18 horas e o descanso dominical.

De acordo com Fabiane Popinigris, desde o final dos tempos do Império, essa reivindicação nacional era comum à categoria. À medida que a urbanização e o crescimento comercial cresciam no início da República, as demandas da profissão no projeto republicano exigiam cada vez mais uma ordenação das jornadas de trabalho, que variavam entre 12 e 15 horas, às vezes chegando a 16 horas diárias. A rotina de trabalho comumente envolvia atividades que iam desde o atendimento ao balcão até à limpeza do estabelecimento.

Segundo a autora, que trabalhou essa questão na capital federal, haveria diferentes graus de reivindicação e mobilização política em prol da categoria, de acordo com as funções desempenhadas no comércio. Os caixeiros do alto comércio, por exemplo, que trabalhavam nos escritórios de exportação e importação, eram normalmente liberados às 03 ou 04 horas da tarde, o que explicaria sua “indiferença” participativa nas reuniões pelo fechamento às 18h. Já os caixeiros do baixo comércio de secos e molhados, representado pelo ramo de estivas e bebidas, teriam participação mais efetiva por serem os mais penalizados pela rotina de trabalho²⁴⁸.

No entanto, Popinigris salienta que na hora de usufruir das benesses da lei, todos se uniam como trabalhadores do comércio, como os padeiros, que teriam sido enquadrados como comerciários já no censo de 1872. Porém em 1906, houve uma manifestação inflamada no Rio de Janeiro pelo fechamento de portas, como desdobramento do que já vinha ocorrendo desde o Império:

²⁴⁶ LEONARDI, Vitor e FOOT HARDMAN Francisco. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**, 1988, p. 280-281.

²⁴⁷ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**, 2007, p. 117.

²⁴⁸ POPINIGIS, Fabiane, **Proletários de casaca**, 2007, p. 44.

Em 1906, alguns caixeiros resolveram partir para o confronto direto com os patrões. Primeiro foram os trabalhadores em lojas de calçados, depois os barbeiros e cabeleireiros, os caixeiros de armarinhos e os empregados em padarias que saíam às ruas para convencer os patrões a fecharem seus estabelecimentos às oito horas da noite nos dias da semana²⁴⁹.

A mesma situação ocorria em Recife. Desde tempos do Império, assim como no Rio, a jornada de trabalho extenuante dessa categoria na capital pernambucana extrapolava os limites aceitáveis da caixeiragem, conforme analisado por Bruno Augusto Dornelas Câmara:

Os caixeiros levavam uma vida difícil, sujeita a toda sorte de acontecimentos. Além de trabalhar todos os dias da semana (muitas lojas abriam no domingo pela manhã), não tinham um horário de trabalho fixo... nem para ouvir missa eram liberados do balcão. Estavam sujeitos a todos os tipos de imprevistos, como embalar e desembalar mercadorias até altas horas da noite e etc.²⁵⁰.

Em Belém, as reivindicações dos comerciários também ganhavam fôlego na imprensa dos caixeiros já na segunda metade do século XIX. Além do descanso dominical e fechamento de portas, exigiam melhorias nas condições de trabalho, pois segundo Marcos Antônio Carvalho, essa era uma das principais linhas de reportagens dessa imprensa produzida por esses trabalhadores²⁵¹.

Em Maceió, assim como no Rio, havia uma variação muito grande na jornada de trabalho, devido à multiplicidade e diversidade de tarefas dos empregados do comércio, o que favorecia várias interpretações por parte dos comerciantes.²⁵² Assim como nas outras capitais, os dispositivos da lei sobre a regulamentação, nesse caso, encontraram vários reveses que mudavam de acordo com os interesses em jogo.

Algumas organizações de caixeiros surgiram motivadas exclusivamente pela luta na defesa do fechamento de portas do comércio aos domingos e feriados. Tal fato pode ser observado no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, quando surgiu o Clube Caixeiral de Pelotas em 1879. Antes desse período, ainda na década de 70, haviam surgido cinco jornais publicados por caixeiros, que denunciavam as condições de

²⁴⁹ POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixeirais e o fechamento de portas no Rio de Janeiro (1850-1912), **Cad. AEL**, vol. 6, nº 10, novembro de 1999, p. 115.

²⁵⁰ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira. **Almanack Brasileiro** nº 6, novembro de 2007, p. 46.

²⁵¹ CARVALHO, Marcos Antônio, **Bebendo açaí, comendo bacalhau**, 2011, p. 191.

²⁵² MACIEL, Osvaldo Batista Acioly, **A perseverança dos caixeiros**, 2011, p. 238.

trabalho dos comerciários naquela localidade.²⁵³ No âmbito geral dos embates, as agremiações nacionais utilizavam a mesma estratégia reivindicatória: o diálogo, a cooptação e a lei.

Podemos verificar, pelos apontamentos historiográficos acima, que as brigas pelo fechamento de portas às 18 horas não só faziam parte da agenda de reivindicações a nível nacional, como também demonstram as condições de trabalho árduas à que estes trabalhadores estavam sujeitos. Essa condição de explorados do setor comercial levava esses trabalhadores muitas vezes a agirem de forma menos branda quando se tratava principalmente de usufruir do descanso do trabalho após as 18 horas, unindo assim todos que, na mesma condição de explorados, reivindicavam o status de comerciários.

Na virada do século XIX, quando a industrialização no Brasil ganhava contornos mais específicos, as forças produtivas e as relações de trabalho desenvolviam-se de forma cada vez mais acirrada e exigiam um maior posicionamento dos setores na composição do proletariado brasileiro, embora de forma tímida.²⁵⁴ Inseridos nessa conjuntura, os caixeiros se mobilizavam em todos os Estados do território nacional para fomentarem a realização de seu antigo sonho: a dispensa do balcão no final da tarde. Suas reivindicações a nível nacional alcançaram limites e graus diferentes, comprovando assim que eles nunca deixaram de apropriar-se dos mecanismos de resistência à sua disposição. Atuavam de forma independente das pressões políticas e ideológicas.

Em Manaus, assim, como no resto do País e sempre em sintonia com seus pares, os caixeiros se organizavam em prol do fechamento de portas desde a fundação de sua associação, adquirindo posteriormente maturidade reivindicatória que se materializou nas ações conduzidas pela sua agremiação, como, por exemplo, a luta pelo descanso dominical, item este que sempre esteve presente na pauta do fechamento de portas. Os dispositivos da lei eram sempre alterados, ora beneficiando os caixeiros, ora beneficiando os comerciantes.

Já em 1908, os caixeiros declaravam na imprensa a necessidade de dispensa dos balcões no final da tarde, afirmando que “os patrões, em sua maioria, estão ao nosso lado, isto é, ao lado de seus auxiliares (...) qual será por ventura o patrão que não queira

²⁵³ DUARTE, Paulo Cesar Borges. A fundação e os objetivos dos Clubes Caixeirais no Rio Grande do Sul (1879-1890). Núcleo de documentação Histórica, ICH/UFPel, **História em Revista** nº 06, dezembro de 2000, p. 3.

²⁵⁴ LEONARDI, Vitor e FOOTHARDMAN Francisco. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**, p. 42-43.

que seu empregado, nas horas vagas, se dedique ao estudo?”²⁵⁵. A AECA também utilizava a necessidade de instrução à noite para sensibilizar os comerciantes a liberarem seus empregados, principalmente aqueles comerciantes mais arrivistas que detinham seus empregados nas horas previstas para o “doutrinação e instrução nas letras”.

Independente do motivo alegado pela AECA, o que se torna bastante evidente é o desejo de os caixeiros atingirem seu objetivo de se verem livres à noite. A liberdade significava não somente o fim da labuta à noite e o descanso, mas, sobretudo a liberdade individual para compartilhar experiências no âmbito social, familiar e lúdico. Tanto é que, além dos constantes diálogos para alcançar esse sonho, a ênfase era estendida quando o jornal dos caixeiros comparava a situação local com a de outras regiões, como uma forma de demonstrar também a coesão nacional em prol do fechamento de portas.²⁵⁶ Nesse sentido, a AECA contava com o apoio de suas congêneres nacionais com quem mantinha constante correspondência, como a Phoenix Caixeiral de Fortaleza e a portentosa Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Em certo momento, esta última deixou de oferecer o apoio à sua congênera amazonense, possivelmente devido às disputas políticas com a União dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro²⁵⁷.

Além do aspecto político e doutrinário, o periódico dos caixeiros se utiliza do discurso higienista e humanitário. Considerando as condições de trabalho dos caixeiros, não era só o interesse nos estudos que justificava a dispensa da labuta para a AECA, pois “tal descanso não deve ser considerado uma concessão graciosa, como uma medida de higiene, como uma providência humanitarista, a fim de poupar a saúde e a vida aos que labutam dia e noite”²⁵⁸. Era motivo suficiente para que a AECA usasse a própria ideologia do discurso higienista como arma contra a insensibilidade dos comerciantes, pois havia o risco real de alguns caixeiros adquirirem doenças devido às péssimas condições de trabalho. Os laços de dominação oriundos da relação paternalista favoreciam a sujeição dos caixeiros tutelados, o que impedia uma autonomia mais subjetiva. A tutela paternalista exercida sobre esses trabalhadores

²⁵⁵ Tribuna do Caixeiro, nº 04, Manaus, 10 de maio de 1908.

²⁵⁶ Tribuna do Caixeiro, nº 27, Manaus, 18 de outubro de 1908.

²⁵⁷ POPINIGIS, Fabiane, As sociedades caixeirais e o fechamento de portas no Rio de Janeiro (1850-1912), **Caderno AEL**, vol. 6, nº 10, novembro de 1999, p. 117.

²⁵⁸ Tribuna do Caixeiro, nº 27. Manaus, 18 de outubro de 1908.

gerava outras formas de subordinação. A historiografia regional a respeito dessa pressão paternalista afirma que:

Numa jornada de 15/16 horas diárias, que se iniciava às 06 horas da manhã e estendiam-se até às 21/22 horas, os caixeiros estavam presos por laços de dominação presentes nas relações de dependência pessoal que extrapolavam a esfera do trabalho e refletiam diretamente na relação com seu empregador paternalista (...) muitos deles eram tutelados, o que significava estar sob laços de extrema dependência do patrão; outros tantos moravam nos porões ou em anexos da casa comercial²⁵⁹.

A ausência de uma rotina de trabalho adequada ao caixeiro enquanto tutelado impedia a abertura a uma independência individual e subjetiva, já que o fato de compartilhar o espaço privativo do patrão era uma necessidade e não uma opção. No entanto, a sujeição nesses casos não era sinônima de passividade, pois sempre havia o canal da negociação e diálogo.

Denunciando estas condições de trabalho, a AECA se colocava na vanguarda pelo fechamento de portas às 18 horas, incentivada pelos movimentos reivindicatórios de suas congêneres a nível nacional, ganhando cada vez mais relevância no cenário local. Nas sessões organizadas pela AECA, os clamores tomavam voz ativa e apelava-se constantemente aos donos das casas comerciais.

O órgão apelava aos retalhistas, para que acabassem de vez com as “arrumações domingueiras” e noturnas, em que os patrões fechavam o comércio, porém, mesmo nos feriados, obrigavam seus empregados a ficarem nos locais de trabalho, para realizarem algumas tarefas, como atualização de livros de caixa, conferência de estoques, etc.²⁶⁰. O progresso da modernidade contrastava com a realidade do mundo do trabalho. Os caixeiros procuravam sempre demonstrar sua insatisfação de forma elegante com relação aos patrões, porém estes sempre tinham um trunfo a seu favor: o paternalismo.

O diálogo, conforme vimos anteriormente, foi um o canal privilegiado dos comerciários através do qual procuravam atingir seus objetivos profissionais. No entanto, quando este canal não surtia os efeitos desejados, os comerciários se utilizavam de outras esferas de ação: as autoridades. A AECA utilizava sua influência junto ao poder público. Além disso, contava com o apoio da bancada amazonense no Senado Federal

²⁵⁹ COSTA, Francisca Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana**, 1997, p. 199.

²⁶⁰ TERCEIRO RELATÓRIO concernente ao ano de 1909 apresentado em sessão de Assembleia Geral de 1910. Manaus: Tipografia da Livraria Palais Royal, 1910, p.8; RELATÓRIO da Diretoria da Prestação de Contas do exercício social de 1926. Manaus: Oficinas Gráficas da Papelaria Velho Lino, 1926, p.4.

para que os deputados se unissem em favor da criação de uma lei federal que regulamentasse o fechamento de portas e o descanso dominical, enviando inclusive membros influentes da diretoria para fortalecer a reivindicação dos caixeiros a nível nacional, conforme podemos perceber em seu jornal:

Tivemos o prazer de abraçar de regresso da capital federal o nosso prestimoso amigo Erasmo Ferreira, mui digno Diretor da Associação dos Empregados no Comércio, o qual desempenhou junto à Bancada Amazonense o papel importante de seu representante na pretensão que a mesma Associação ali tem para conseguir por um decreto, a lei do descanso dominical²⁶¹.

Dentro dos ideais de emancipação de classe, as reivindicações dos caixeiros constituíam uma luta que envolvia todos os caixeiros do Brasil e todas as associações dessa categoria a nível nacional uniam suas vozes em prol dos objetivos comuns. Em Manaus, apesar das divergências internas, a AECA procurava transmitir esses ideais de forma a unir seus associados e os não associados na luta pelo bem comum a todos, além de outras aspirações mais específicas, conforme se observa em seu jornal:

E se já não conseguimos ver realizadas todas as nossas mais justas aspirações, como sejam: o descanso dominical, o fechamento do comércio a retalho às 6 horas da tarde, a edificação de um mausoléu no cemitério da cidade, o funcionamento regular das aulas com assídua e numerosa frequência, é porque a união indestrutível dos Empregados no comércio ainda não é uma verdade, pois ainda há transviados que são levados por um egoísmo deprimente²⁶².

O clamor pelo fechamento de portas e o descanso dominical ocupavam sempre as pautas de reivindicações, mesmo contra a “indiferença” de muitos caixeiros em associar-se. Essa reivindicação, que era comum em todas as partes do Brasil, ganhava contornos cada vez mais específicos em Manaus. Para dar mais autenticidade à sua reivindicação, a AECA sempre se utilizava das experiências de outros caixeiros de fora, principalmente quando o diálogo com setores burgueses não surtia resultados. Dessa forma, a AECA extrapolava a esfera de negociação patronal e apelava diretamente ao poder municipal, alegando que “quanto a nós, não só entendemos que o Município pode decretar o descanso dominical, como até que o deve fazer – e rigorosamente – tal como ele existe em todos os Estados da federação brasileira”²⁶³.

²⁶¹ Tribuna do Caixeiro, nº 26, Manaus, 11 de outubro de 1908.

²⁶² Tribuna do Caixeiro, nº 30, Manaus, 11 de novembro de 1908.

²⁶³ Tribuna do Caixeiro nº 7, Manaus, 31 de março de 1908.

Percebemos, assim, que o órgão dos caixeiros exprimia sua intenção de recorrer ao poder municipal para que este apressasse a regulamentação do descanso dominical cuja prática já era uma realidade em alguns Estados. Tal apelo também tem sua origem no fato de que alguns patrões despediam seus empregados quando estes se recusavam a trabalhar no domingo ou quando os fiscais eram subordinados para não delatarem esta prática à AECA ou ao poder público.²⁶⁴ Ou seja, assim como ocorria com todos os trabalhadores no território nacional, não eram amparados por uma lei que regulasse a jornada de trabalho.

A ausência de legislação também reforçava a pressão dos patrões sobre os caixeiros que não chegavam no horário “certo” para o trabalho, como ilustra o seguinte fato: havia alguns caixeiros que participavam da Sociedade de Tiro, uma agremiação militarizada que oferecia esgrima e participação em suas fanfarras. Os caixeiros inscritos nessa agremiação procuraram a AECA para interceder por eles em relação à liberação no horário certo após as atividades na Sociedade de Tiro, pois estavam tendo conflito com os patrões de seus estabelecimentos comerciais. O problema ocorria devido ao fato de que tais caixeiros alegavam que, após o término das atividades militares às 06h30minh, perdiam muito tempo na troca dos uniformes. Eles tinham que chegar ao estabelecimento comercial antes das 07h00minh para arrumar o local.²⁶⁵ A AECA apelava à Sociedade de Tiro para que os caixeiros fossem liberados às 06h30minh já com os uniformes trocados e pressionava o poder municipal para a regulamentação da lei.

Quando os diálogos, apelos e reclamações dirigidos aos comerciantes e ao poder público municipal não surtiam o efeito desejado, a AECA apelava então para outro viés de reivindicações: as manifestações públicas. Num período em que as reivindicações dos trabalhadores ganhavam cada vez mais consistência na organização operária em Manaus e no resto do Brasil, este tipo de manifestação pública era comum e normalmente era promovido pelas associações. A manifestação pública ordeira de trabalhadores fazia parte de um ritual comumente utilizado nas celebrações do 1º de maio, que começou a ser celebrado em 1891 no Rio de Janeiro e foi sistematicamente

²⁶⁴ Tribuna do Caixeiro, nº 31, Manaus, 22 de novembro de 1908.

²⁶⁵ Tribuna do Caixeiro, nº 36, Manaus, 20 de dezembro de 1908.

organizado a partir da consolidação do movimento operário, com graus diferentes de celebração e alcance social nas capitais brasileiras²⁶⁶.

Segundo Cláudio Batalha, essa celebração pública inicialmente tinha um caráter lúdico, cultural e heterogêneo. Era composto por trabalhadores de várias categorias e posteriormente passou a ter um forte teor ideológico, principalmente de caráter anarco-sindicalista. O autor afirma ainda que no final de 1910, o ritual passou a ter contornos próprios, quando o caráter festivo e lúdico dá lugar às reuniões de massa, ou *meetings*. A luta pelas 8 horas de trabalho entrou inicialmente nas celebrações de 1º de maio mais como um caráter propagandístico do que uma reivindicação imediata. Posteriormente, ganhou força de reivindicação, com as greves de 1907 em São Paulo. Desde então, a luta pelas 08 horas diárias passou a ser reivindicada no 1º de maio²⁶⁷.

As greves que se seguiram entre 1917 e 1920 em todas as capitais do Brasil tiveram seus efeitos também em Manaus: no dia 1º de maio de 1919, houve uma greve geral composta por vários segmentos de trabalhadores, como os choferes, carroceiros, estivadores, oficiais de alfaiate, padeiros, oficiais de sapateiros, operários da construção civil, etc.²⁶⁸. Assim como ocorria em todo o Brasil, esses trabalhadores reivindicavam a regulamentação da jornada de trabalho de 08 horas diárias e melhorias nas condições de trabalho, entre outras coisas. Analisando a importância do 1º de maio em Manaus, Francisca Deusa Costa afirma que a Praça São Sebastião era o ponto de partida das passeatas que envolviam os trabalhadores, passando pela Avenida Eduardo Ribeiro e finalizando na Igreja da Matriz²⁶⁹.

Esse clima de reivindicações levava os caixeiros à prática das passeatas ordeiras que contribuiu para com a necessidade de sair das salas de reuniões da Associação e levar a público suas reivindicações, principalmente quando essas reivindicações extrapolavam a esfera das negociações entre os setores burgueses, trabalhadores e o poder público, fosse ele municipal ou estadual. Os caixeiros, nesse sentido, só podiam contar com o apoio de sua associação como instituição oficialmente representativa da categoria, sem perturbar a ordem social, que era bastante vigiada pela polícia devido às

²⁶⁶ BATALHA, Cláudio (org.) *Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. IN: **Identidade e diversidade na formação do operariado**. São Paulo: Unicamp, 2004, p. 106.

²⁶⁷ BATALHA, Cláudio. *Cultura associativa no Rio de Janeiro*, 2004, p. 106.

²⁶⁸ PRAIA, Benta Litaiff. **A Crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910 – 1930)**. Dissertação de mestrado. Departamento de História/UFAM, 2010, p.141.

²⁶⁹ COSTA, Francisca Deusa Sena. **Quando viver ameaça a ordem urbana**, 1997, p. 157.

constantes agitações de cunho trabalhista e partidárias que fervilhavam no mundo do trabalho²⁷⁰.

Dessa forma, no domingo do dia 30 de agosto de 1908, os caixeiros saíram em passeata pública, requerendo o fechamento de portas às 18 horas. O objetivo era sensibilizar os patrões e as autoridades. De acordo com o jornal *Tribuna do Caixeiro*, no teor do discurso reivindicatório proferido pelo orador representante dos trabalhadores, ficou evidente o desejo de não confrontação com os patrões. A estratégia, como era de se esperar, visava sensibilizar o patrão a liberar seu empregado à noite para as aulas da Associação, pois se presumia que agindo assim os patrões iriam beneficiar a eles mesmos, pois segundo a AECA “um caixeiro instruído vale por dois ignorantes”²⁷¹.

Apesar do forte teor reivindicatório, havia poucos caixeiros do comércio retalhista presentes no movimento, o que provocou o uma reunião no mesmo dia e a formação de uma comissão composta por comerciários e patrões, sob a coordenação da ACA. A comissão formada deveria angariar assinaturas no comércio para em seguida enviar um documento à Intendência Municipal. Logo em seguida, o jornal noticia orgulhosamente o alcance positivo da passeata, em que foram adquiridas mais de 110 assinaturas. O jornal informava ainda que muitos comerciantes já adotavam o fechamento após as 18 horas, através de acordos com seus empregados²⁷².

A Revista da ACA, em uma edição de 1909, também noticiou a passeata dos comerciários, porém não confirmou a alegação da AECA de que alguns comerciantes já adotavam o fechamento após as 18 horas. Contudo, a Revista destacou a amplitude do movimento, afirmando que foram angariadas 100 assinaturas, 10 a menos que o exposto pela AECA²⁷³.

Logo após a passeata em agosto de 1908, a AECA continuava pressionando o poder municipal e os comerciantes pela criação de uma lei de referendasse o fechamento de portas. Em setembro de 1908 houve uma reunião formada por representantes da AECA, diretoria da ACA e alguns comerciantes retalhistas. Apesar de pouca participação desses comerciantes, alguns pontos ficaram estabelecidos no novo acordo, tais como: fechamento de todo o comércio em geral, para evitar concorrência desleal, prejudicando assim as casas que vendiam outros produtos diversos. A ACA se

²⁷⁰ COSTA, Francisca Deusa Sena. *Imprensa operária em Manaus*, 1997, p. 134.

²⁷¹ *Tribuna do Caixeiro*, nº 22, Manaus, 13 de setembro de 1908.

²⁷² *Tribuna do Caixeiro*, nº 22.

²⁷³ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, nº 7, Manaus, 05 de janeiro de 1909.

encarregou de “sensibilizar” os demais comerciantes retalhistas relutantes e em seguida encaminhou o pedido à Intendência²⁷⁴.

Após a reunião entre comerciantes retalhistas e caixeiros, no dia 19/11/1908 a ACA entregou uma carta reivindicatória em forma de memorial ao Conselho Municipal de Manaus, composto pelos coronéis Carlos Studart, Alberto Coelho e Juvêncio França, solicitando uma lei que regulamentasse o tão almejado fechamento de portas após as 18h.²⁷⁵ Por sua vez, a AECA também reiterou seus argumentos apelativos ao poder municipal, aproveitando inclusive a brecha aberta pela ACA para fortalecer a possibilidade do descanso dominical. O tom harmonioso dos apelos era sempre justificado pelo cuidado em manter a decência na hora de reivindicar a liberação aos domingos e as horas noturnas semanais para cultivar a “atmosfera de bem estar material e espiritual.” Para a AECA, a justificativa do descanso dominical e a liberação nas horas noturnas eram indispensáveis para o doutrinamento do caixeiro. Somente a legalização dessas duas reivindicações poderia garantir a aplicação efetiva do direito universal dos moços do comércio ao estudo. A ausência de uma legislação que acabasse com o trabalho noturno era tão prejudicial que a AECA argumentava, inclusive, que os caixeiros trabalhavam em condições piores que os operários, conforme explícito em seu jornal:

As suas horas de trabalho ultrapassam de muito a craveira comum do esforço humano. Ao pôr do sol, o operário pode ir descansar tranquilo das fadigas do dia (...) todas as outras classes põem fim às mesmas horas às suas tarefas quotidianas. Ao empregado do comércio a retalho não sucede, porém, a mesma cousa. A noite os surpreende ao balcão. Ao amanhecer são os primeiros que começam a labuta²⁷⁶.

As expectativas dos caixeiros de verem logo aprovada a lei eram fortalecidas pelo apoio de alguns comerciantes retalhistas que, percebendo que não valia mais a pena centrar fogo nesta questão, apoiavam o fechamento não por questões humanitárias ou ideológicas, mas sim por medo de perderem um aliado importante no acúmulo de capital. Por isso, alguns comerciantes não pretendiam entrar em choque direto com seus empregados. Do contrário, a relação de poder com seus subordinados seria arruinada e afetaria seus lucros. Se por um lado os caixeiros não queriam romper a harmonia oriunda da tutela unicamente por motivos profissionais, por outro lado os patrões

²⁷⁴ Tribuna do Caixeiro, nº 22.

²⁷⁵ Tribuna do Caixeiro, nº 31, Manaus, 22 de novembro de 1908.

²⁷⁶ Tribuna do Caixeiro, nº 31, Manaus, 22 de novembro de 1908.

também desejavam manter seus empregados sob sua custódia, mesmo que para isso tivessem que abrir mão de algumas regalias.

Assim, no auge dos embates pelo fechamento de portas, os caixeiros de Manaus finalmente conseguem seu objetivo. No dia 02 de dezembro de 1908, foi sancionada a lei municipal de nº 529, cuja regulamentação ocorreu algumas semanas depois, no dia 24 de dezembro, com o seguinte teor:

- Fechamento de portas do comércio retalhista às 18h nos dias úteis.
- Estavam isentos: botequins, hotéis, restaurantes, farmácias, tabacarias e barbearias que não vendessem artigos para homens e perfumarias.
- As mercearias deveriam fechar às 08h da noite.

Após a regulamentação da lei, uma passeata festiva foi realizada pelas ruas do centro, promovida pela AECA, em que várias figuras da elite discursaram em frente às residências da elite comercial, como o presidente da ACA, o Superintendente e Intendente, etc.²⁷⁷.

Posteriormente, os comerciantes de joias e os de mercearia aderiram ao fechamento, sendo que alguns do ramo de joia possivelmente já praticavam esse ato desde outubro de 1908, naturalmente motivados mais pelas pressões do movimento dos caixeiros do que por razões humanitárias.²⁷⁸ A pena prevista em lei pelo descumprimento era de 01 conto de réis, doado à Santa Casa de Misericórdia. Já os comerciantes de mercearia, pressionados por seus empregados, chegaram a solicitar ao Conselho Municipal a mesma interpretação imposta aos retalhistas, ou seja, fechar às 18 horas, no que foram atendidos²⁷⁹.

No parecer do Conselho Municipal, o comércio de gêneros alimentícios deveria abrir às 06 da manhã e funcionar até às 07h da noite e nos dias de festas estaduais e nacionais até às 12h. A multa seria de 100 contos de réis em caso de não cumprimento²⁸⁰. Todavia, enquanto a AECA comemorava a tão almejada vitória, o clima entre alguns comerciantes não era de festa. Tanto que numa reunião no dia 14/01/1909 ocorrido na sede da ACA a pedido de alguns comerciantes retalhistas, foi demonstrada a insatisfação desses comerciantes no tocante ao fechamento de portas às 18h. Nessa

²⁷⁷ Tribuna do Caixeiro, nº 36, Manaus, 01 de janeiro de 1909.

²⁷⁸ Tribuna do Caixeiro, nº 38, Manaus, 17 de janeiro de 1909.

²⁷⁹ Tribuna do Caixeiro, nº 36.

²⁸⁰ Tribuna do Caixeiro, nº 36.

reunião, compostas de 50 pessoas foram apresentadas 103 assinaturas que protestaram contra a lei, sendo que a grande maioria dos assinantes já a descumpria²⁸¹.

Durante a reunião, dentre os que contestavam a lei, estava o comerciante Domingos de Mattos. O mesmo alegava que a lei era uma afronta à liberdade do comércio e questionava a atuação da ACA, sendo interrompido pelo presidente Waldemar Scholz, no que este esclareceu o papel da ACA como mediadora. Outro comerciante contrário à lei pediu a reformulação da mesma, sugerindo que o fechamento de portas ocorresse da seguinte maneira: de junho a novembro, o comércio fecharia às 8h da noite e de dezembro a maio deveria fechar às 9h da noite. Tomou então a palavra o Sr. Porphirio Varella, representante da firma Varella & Irmão em defesa da lei municipal, inclusive evocando seu passado de caixeiro. Foi então realizada uma votação, com os seguintes resultados: 09 contrários e 35 a favor da lei municipal, sendo que 06 dos presentes optaram pela abstinência. Assim, muitos comerciantes optaram pela não confrontação com os comerciários para não prejudicarem seus ganhos, pelo menos na esfera legalizada.

Esse fato ilustra o que dissemos anteriormente sobre os embates do mundo do trabalho, ou seja, as lideranças dos trabalhadores e dos patrões nem sempre eram unânimes quando se tratava de perder ou barganhar privilégios. Assim como na AECA havia dissidência, entre o patronato o poder de barganha era muitas vezes colocado acima dos interesses da coletividade. O fato de alguns comerciantes retalhistas voltarem atrás para garantir seus lucros reforça a hipótese de que no jogo da luta de classes os interesses coletivos só funcionam enquanto todos são beneficiados. A partir do momento em que um grupo perde privilégios dentro de uma coletividade, os ideias que os uniam deixam de ser o ponto norteador de suas aspirações, gerando dissidências e partidarismos.

Em relação aos caixeiros, após a vitória a favor da continuidade da lei pela maioria patronal, a AECA novamente promoveu uma passeata comemorativa, mesmo sabendo que os comerciantes insatisfeitos continuavam burlando a lei.²⁸² Esse fato era ainda agravado pela ausência dos caixeiros nas aulas que, conforme explicitado anteriormente, colocava em risco a credibilidade da AECA perante a sociedade e a ACA. Nesse sentido, o órgão dos caixeiros só podia recorrer ao poder municipal para que este fizesse cumprir a lei, apelando para o superintendente, coronel Domingos de Andrade.

²⁸¹ Tribuna do Caixeiro, nº 38,

²⁸² Tribuna do Caixeiro, nº 38.

Agora amparada pela lei, o teor da mensagem ganha contornos de ameaça, pois segundo o jornal dos caixeiros:

Já uma vez, deste jornal, levantamos o nosso protesto prevenindo estes recalcitrantes que a nossa paciência tem um limite. E que nestes caracteres tão pequenos, mas que causticam mais que o maior e melhor sinapismo, diríamos quais as casas de negócio que praticam esse crime²⁸³.

A AECA se utilizava do teor da lei para exigir das autoridades uma maior fiscalização sobre os comerciantes que descumpriam as determinações legais, além de contar com o apoio das outras associações do Brasil. Apostavam também no apoio de dois políticos amazonenses na Câmara dos Deputados: Jorge de Moraes e Antônio Monteiro de Souza, através dos quais buscavam apoio político em prol da categoria a nível nacional, já que “trata-se da votação de uma lei federal que garanta em toda a sua plenitude o direito de liberdade ao empregado no comércio para repousar aos domingos das fadigas cotidianas”²⁸⁴.

Os caixeiros faziam passeatas pacíficas pelas ruas do centro e em frente às casas dos comerciantes também para pressioná-los ao cumprimento da lei, já que o rigor da mesma era descumprido. Além de protestarem pelas ruas, os caixeiros se queixavam da indiferença da municipalidade, como podemos ver em seu relatório:

Assim é, que na administração do Excelentíssimo Senhor Coronel Domingos José de Andrade, Superintendente Municipal, quando a referida lei se sancionara, vivemos sempre embalando no espírito a consoladora esperança de vermos positivamente realizado o nosso pensamento, baseado nas suas constantes promessas²⁸⁵.

A indiferença com a aplicação lei era tanta que AECA chamava a atenção das autoridades para que houvesse mais rigor por parte dos fiscais que eram condizentes com o descaso dos patrões, já que “uma condenável desídia por parte do corpo de fiscais da Repartição que tinha sob a sua administração, reduzem a benéfica lei de 24 de dezembro de 1908 a uma burla deplorável”²⁸⁶. Muitos fiscais eram desonestos e subornados pelos patrões e ao que tudo indica era comum alguns patrões ameaçarem seus empregados em caso de delação. O jornal dos caixeiros deixa pistas de que a

²⁸³ Tribuna do Caixeiro, nº 50, Manaus, 11 de abril de 1909.

²⁸⁴ TERCEIRO RELATÓRIO concernente ao ano de 1909 apresentado em sessão de Assembleia Geral de 09 de janeiro de 1910. Manaus: Tipografia da Livraria Palais Royal, p. 10.

²⁸⁵ TERCEIRO RELATÓRIO concernente ao ano de 1909, p. 11.

²⁸⁶ TERCEIRO RELATÓRIO concernente ao ano de 1909, p. 11.

dispensa sem justa causa poderia ser motivada por divergências ou denúncia de suborno:

Assim é que, muitas vezes consumimos todas as nossas energias vitais ao serviço dos nossos patrões, e depois de anos consecutivos, quando a esperança de uma independência a avizinhar-se começa insistentemente a vibrar, no nosso espirito, somos ao menor atrito, por circunstancias que se não justificam sempre, despedidos impiedosamente da casa onde desenvolvemos nossa atividade²⁸⁷.

Percebemos que a luta pelo fechamento de portas não se encerrou com a legalização da jornada de trabalho. De várias formas os patrões sempre procuravam burlar as determinações da lei a seu favor, seja através do confinamento do caixeiro no local de trabalho após o horário ou através do suborno aos fiscais e ameaças aos caixeiros.

Devido às constantes mudanças nos textos da lei motivadas pelas pressões dos comerciantes no decorrer do ano de 1909, algumas nuances de adaptabilidade ocorreram e foram incluídas no Código de postura de 1910. Dentre elas, havia o dispositivo que previa o fechamento de portas às 18h, exceto mercearias, tavernas, padarias e quiosques, tabacarias e barbearias não anexas a qualquer outro ramo ou gênero de comércio, devendo todos funcionar até às 20h. Pela nova lei, as farmácias entravam em acordo para funcionar até às 12h no domingo, ficando duas de plantão até às 9h da noite²⁸⁸.

Enquanto isso, a AECA entrava em conflito com os retalhistas, dessa vez no setor jurídico. Os retalhistas eram incentivados pelo fato de que a Booth e Cia. tinha feito um pedido ao Superintendente, Coronel Joaquim Sarmento, alegando que a empresa não considerava as companhias de navegação, casas bancárias e escritórios sujeitos à lei 639 de 15 de setembro de 1910, que enquadrava estes estabelecimentos no ramo comercial, portanto, sujeitos à lei do fechamento de portas. Este fato incentivava os retalhistas a questionarem o teor da lei. No ano seguinte, AECA recorreu alegando que estes estabelecimentos praticavam comércio. Pressionado pela associação dos caixeiros, a Intendência Municipal promulgou a lei 669 de 11 de março de 1911, que enquadrava os estabelecimentos acima citados no ramo comercial. Apesar da apelação jurídica dos retalhistas, a AECA ganhou a causa.²⁸⁹ Apesar de a AECA ganhar sempre

²⁸⁷ Tribuna do Caixeiro, nº 31, Manaus, 22 de novembro de 1908.

²⁸⁸ Código de Posturas do Município de Manaus de 1910, Art. 55.

²⁸⁹ RELATÓRIO da Administração de 1911. Manaus: Tipografia da Livraria Clássica, p. 04/05.

as batalhas jurídicas, a prefeitura ficava entre dois fogos: atendia aos caixeiros e ao mesmo tempo não queria perder o apoio dos comerciantes.

Em 1913, a conjuntura de crise ameaçava diretamente o emprego dos comerciários de Manaus. A queda vertiginosa dos preços da borracha no mercado externo diminuía as receitas do Estado e do Município. Havia contenção de despesas e aumento de impostos por parte dos governos municipal e estadual. Mesmo com medidas protecionistas do governo federal, os comerciantes de Manaus estavam tendo muitos prejuízos e ameaçaram paralisar o comércio local para pressionar o governo federal. A AECA estendia novamente seus tentáculos de apelo por ajuda federal e apoio das associações nacionais, como bem ilustra um telegrama pedindo ajuda diante da ameaça de fechamento do comércio:

Associação Empregados Comércio Manaus, crise aflitiva obriga fechamento portas paralisar movimento todas as classes solidárias (...) Associação Empregados Comércio e Phoenix Caixeiral – Pará – pedimos colegas solidários apelo comércio Manaus junto Governo República resolver crise aflitiva evitar paralisação movimento. Adesão todas as classes aqui.²⁹⁰

Diante da ameaça de demissões em massa, os caixeiros passaram a priorizar a estabilidade no emprego. O clima de desemprego generalizado no comércio era tanto que a imprensa relatava o caos que haveria se não houvesse logo uma solução por parte do governo federal, alegando que “sendo a indústria da borracha o único sustentáculo do comércio, este será brevemente forçado ao extremo pungentíssimo de fechar as portas, deixando deslocados, sem meios e privados de manutenção, cerca de três mil caixeiros”.²⁹¹ Durante os dias em que o comércio ficou fechado em protesto, os comerciantes propuseram que os caixeiros não recebessem seus salários como forma de amenizar seus prejuízos.²⁹² Como os caixeiros não aceitaram, os comerciantes então propuseram em 1921 a redução de 40 a 50% dos salários dos caixeiros, no que foi aceito pela categoria devido ao medo da perda do emprego, pois nesse momento já haviam 400 caixeiros desempregados.²⁹³ Mesmo com esse retrocesso momentâneo, os caixeiros continuavam lutando por seus direitos e após várias idas e vindas, a categoria sempre ganhava seus direitos no âmbito da lei, sempre reafirmando que “a lei vai sendo

²⁹⁰ Jornal do Comércio, nº 3.383, Manaus, 27 de setembro de 1913.

²⁹¹ Jornal do Comércio, nº 6.077, Manaus, 30 de março de 1921.

²⁹² Jornal do Comércio, nº 3.383.

²⁹³ Jornal do Comércio, nº 6.077.

cumprida; o empregado do comércio continua com remuneração mensal; e crentes estamos de ter cumprido o nosso dever, prestando à nossa classe um serviço inestimável”.²⁹⁴

Os cofres da associação sofreram também pesadas baixas devido ao atraso das mensalidades de muitos sócios, enquanto A AECA tentava amenizar a situação criando uma comissão de cobrança para aumentar as entradas financeiras. E as querelas pelo cumprimento da lei continuavam: nos relatórios da diretoria até o ano de 1929, encontramos várias reclamações pelos mesmos motivos: subornos de fiscais, indiferença dos patrões e relaxamento do poder municipal. Tais pressões levaram o poder municipal a criar duas leis em 1926: a primeira lei foi a de nº 1059 de 1926, no Art. 507, que declarava o fechamento do comércio aos domingos e feriados e nos dias úteis abrindo às 7h e fechando às 18h, com intervalo das 11 às 13h. Como não havia obediência por parte de muitos comerciantes, os caixeiros continuavam realizando reuniões, passeatas e denunciavam os patrões desobedientes. Denunciavam o trabalho noturno aos domingos e feriados e as horas para balanço financeiro.

A outra lei nesse ano foi a de nº 1379, que era outro dispositivo legal tentava atenuar as diferentes interpretações sobre o fechamento de portas: dizia que os comerciários deveriam trabalhar somente 9 horas diários. Os cafés e botequins deveriam abrir às 6 horas e fechar a 1 da manhã, com regime de turmas. Os comerciantes sempre procuravam brechas nas leis para questioná-las, como por exemplo, o horário de funcionamento dos botequins anexados às confeitarias e mercearias²⁹⁵.

Mesmo assim, os caixeiros nunca deixaram de exprimir sua insatisfação. Há casos de conflitos ríspidos envolvendo diretamente caixeiros, quando o patrão usava de violência, como no caso do caixeiro Manoel Rodrigues, que era candidato a sócio do patrão Camillo Ramos. Este viajou e deixou em seu lugar Manoel Rodrigues na gerência de seu estabelecimento. Ao retornar de viagem, Camillo Ramos despediu seu futuro sócio, sem motivo aparente, em 1909. O caixeiro resolveu reivindicar seus ordenados (era comum o patrão reter parte do ordenado do caixeiro para ser usado em benefício deste “no futuro”)²⁹⁶. O dito caixeiro foi orientado para retornar algum tempo depois. Ao

²⁹⁴ RELATÓRIO da Diretoria e Prestação de Contas do exercício social de 1926. Manaus: Oficinas Gráficas da Papelaria Velho Lino, 1927, p.5.

²⁹⁵ RELATÓRIO e Contas da Diretoria correspondente ao ano de 1928. Manaus: Armazéns Palácio Real, César, Cavalcanti & Cia, 1927, p. 18.

²⁹⁶ Tribuna do Caixeiro, nº 50, Manaus, 11 de abril de 1909.

voltar para resgatar seu ordenado, o caixeiro foi agredido fisicamente e teve a cabeça partida com um banco. O agressor foi preso em flagrante.

Outra situação que ilustra os desmandos dos patrões a resistência dos caixeiros de Manaus é o caso do guarda-livros Maximiano da Silveira Martins, que procurou seus direitos na justiça quando o diálogo e a tutela não mais lhe eram favoráveis. Em 1906, O guarda-livros trabalhava no armazém de estivas “Ajuricaba”, à Rua dos Barés. Ao ser despedido, o guarda-livros recebeu sua quantia conforme estabelecido inicialmente entre as partes, porém a porcentagem em caso de despedida não ficou acertada. O dono do estabelecimento, Sr. José A. de Vasconcellos, reconheceu que deveria fixar o valor em caso de despedida e não o fez, pagando ao caixeiro apenas um valor em forma de “gratificação.” O caixeiro apelante recorreu à Justiça e ganhou a causa, obtendo um conto de réis mensais como indenização²⁹⁷.

Outro exemplo que ilustra a resistência dos caixeiros diante desse tipo de exploração é o caso do empregado Antônio Dias, da casa leão de Ouro, que foi despedido sem aviso prévio em 1928. O artigo 81 do Código Comercial exigia que se pagasse um mês em caso de dispensa sem aviso prévio. O Código Comercial previa, entre outras coisas: pagamento de salários em caso de acidente de trabalho, que não ultrapasse 03 meses; indenização em casos extremos; um mês de salário sem aviso prévio e indenização em caso de prejuízo por desligamento²⁹⁸. A dispensa sem justa causa era comum no comércio. Os comerciantes usavam como desculpa os efeitos da crise e faziam vista grossa da lei. A AECA ganhou a causa, mas a empresa recorreu ao Tribunal Superior. Enquanto isso, a AECA articulava com outras casas comerciais o cumprimento da lei do descanso dominical e fechamento de portas, através do diálogo.

Em 1928, o sorteio de beneficências do Estado foi suspenso devido à crise. Para atrair os caixeiros, a AECA concedia abatimentos e descontos: 25% para internação na Santa Casa de Misericórdia e Soc. Beneficente Portuguesa; 10% em algumas casas comerciais e drogarias. O desemprego em massa obrigava o órgão a conceder regalias como essas para não perder seus associados²⁹⁹.

Entendemos que essas mazelas ilustram o que até aqui se propôs: demonstrar que os caixeiros não se submetiam rigidamente aos desmandos dos patrões, mesmo em condições de tutelados. Expressavam várias formas de reagirem à exploração, além do

²⁹⁷ JULGADOS e Decisões do Supremo Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. 1907. Manaus: Imprensa Oficial, 1908, p 95/96.

²⁹⁸ RELATÓRIO e Contas da Diretoria correspondente ao ano de 1928, p.14/15.

²⁹⁹ RELATÓRIO e Contas da Diretoria correspondente ao ano de 1928, p.27.

diálogo, sendo que as ações consideradas mais “radicais” eram consequência direta da ineficácia do cooptação com os patrões e às vezes com o poder público. Quando o discurso polido característico não encontrava ressonância entre seus interlocutores, outras formas de resistências emergiam, como as passeatas ordeiras, apelos inflamados ao poder público e aos políticos, em alguns casos recorrências diretas ao setor jurídico.

Outro fator de destaque é a tremenda autonomia política do caixeiro enquanto trabalhador, sem estar necessariamente vinculado a algum partido ou ideologia dominante, isto é, na hora de romper os laços de tutela com os patrões, as legendas político-partidárias ficavam em segundo plano. Dentre as principais reivindicações, os caixeiros se uniam ao clamor nacional pelo fechamento de portas e descanso dominical.

Todavia, mesmo adquirindo a legalização do fechamento às 18h e descanso dominical, na prática continuavam à mercê dos caprichos dos comerciantes capitalistas, que sempre procuravam mecanismos para burlar as leis. Ao que tudo indica na prática, esta reivindicação perdurou por vários anos, pelo menos até a década de 1930, já em outro contexto histórico. Entretanto, algumas conquistas como a Lei de Férias foram conseguidas no clamor das batalhas dos comerciários de todo o Brasil: o decreto federal 17.496 de 30/10/1926 dava 15 dias anuais. Ao nível estadual, os comerciários lutaram por um dia de feriado, ganhando o Dia do Empregado no Comércio (Lei estadual 1301 de 22/10/1926 pelo governador Efigênio Ferreira Sales),³⁰⁰ bem como a proposta sobre a Caixa de Pensão e Aposentadoria dos Empregados no Comércio, tramitando em 1929 no Senado³⁰¹.

³⁰⁰ RELATÓRIO da Diretoria e Prestação de Contas do exercício social de 1926, p.08.

³⁰¹ RELATÓRIO da Diretoria e Prestação de Contas do exercício social de 1929. Manaus: Oficinas Gráficas da Papelaria Velho Lino, 1930, p.12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caixeiros de Manaus contribuíram grandemente para a compreensão do caráter dos trabalhadores de Manaus no início do século XX. Naquele momento de efervescências políticas e ideológicas que delineavam os primeiros movimentos operários pelo Brasil, os trabalhadores de Manaus também experimentavam seus dilemas advindos do processo de organização de classe. Nesse sentido, os caixeiros de Manaus também tiraram seu quinhão desse processo de organização identitária. Constituíram, assim, uma identidade classista que acompanhou o auge da formação das entidades e partidos de trabalhadores, elaborando sua própria forma de ver o mundo através do mutualismo.

Suas táticas de inserção no campo de disputa histórico perpassavam pelo diálogo e pelo cooptação na esfera individual e coletiva, sempre tendendo para posturas circunstanciais, diferenciadas do quadro mais específico do social reformismo. Dessa forma, o comportamento político dos caixeiros mediante as variações da conjuntura político-partidária e socioeconômica estava subordinado aos interesses da categoria e não aos interesses dos partidos. Suas aspirações políticas nunca ultrapassaram os interesses de associação de classe e quando os interesses políticos eram reiterados, estes estavam sempre subordinados às demandas mais visíveis, como o fechamento de portas e o descanso dominical. Para solidificar esses interesses mais intrínsecos à categoria, recorriam aos poderes estabelecidos e aos políticos, através de sua associação de classe.

No campo social e trabalhista, os caixeiros também foram sujeitos de sua própria história, não deixando “para trás” a oportunidade de reivindicarem seus direitos quando estes eram solapados pelo sistema patronal. Sua voz unia-se às vozes dos demais trabalhadores do Brasil através dos laços de solidariedade com as outras associações de caixeiros espalhadas pelas capitais brasileiras. Isto porque a nova conjuntura social, política e administrativa pela qual passava o País no início do século XX resultou na elaboração do movimento operário com reflexos visíveis em todos os setores trabalhistas, culminando em greves e movimentos paredistas pelo Brasil, como bem atesta as jornadas de 1917 a 1922 na região sudeste. Manaus não ficou imune a esses momentos de radicalização dos trabalhadores, conforme registrado na produção historiográfica regional recente. No momento em que a cidade de Manaus atravessa seu

período áureo da borracha, as forças produtivas também sofreram alterações bruscas a exemplo do que ocorria nas capitais que passavam por mudanças socioeconômicas violentas, com graus diferentes.

Assim como ocorria fora, essas mudanças violentas promoveram alterações nas relações de produção em Manaus, alterando também a composição social e espacial da cidade. A imposição desse novo modelo capitalista de exploração se materializou em mudanças nas formas de exploração e reivindicação. Nesse sentido, os caixeiros foram até o limite que sua existência permitia, reivindicando direitos adquiridos e brigando por outros direitos.

Como trabalhadores, atravessaram os bons e os maus momentos que a economia da borracha passou, sempre negociando ou indo às ruas para sensibilizar os patrões e a sociedade, afinal eles movimentavam o maior setor produtivo da cidade, o comércio. Como sujeitos sociais, expressaram suas aspirações através dos ideais da elite e dos círculos da burguesia como estratégia para galgarem os degraus da profissão comercial. Como sujeitos individuais, não deixaram de extravasar suas angústias nos bares e botequins da cidade, indiferentes ao “status” que a profissão deveria lhes dar. Dessa forma, não deixavam de se juntar aos outros trabalhadores na satisfação dos prazeres advindos do álcool e da prostituição. Portanto, foram eles sujeitos de sua própria história, deixando assim um legado que muito contribuiu para melhor mergulharmos de forma mais profunda nas profundezas do mundo do trabalho que moldou a Paris dos Trópicos nas primeiras décadas do século XX.

Para finalizar, transcrevemos um poema publicado no Tribuna do Caixeiro de nº 41, de 07/02/1909, que bem resume o cotidiano desses trabalhadores no mundo do trabalho:

Senhores, eu sou caixeiro.

Cá na terra dos Barés

Trabalhava noite e dia

Debaixo de pontapés.

Por vezes tive vontade

De melhor me educar

Mas do patrão a beldade

Não dava a isso lugar

Outras vezes incutia
No espírito desse zé
Que assim continuaria
A viver qual chimpanzé

Certo dia com a telha
Chamou-me lá do balcão
Parecia uma centelha
No ribombar do trovão

Dizendo-me:
Oh, grande pedaço de asno
Oh, burro piramidal.
Basta saber embrulhar
A freguesia, animal.
De que servem os estudos
Oh, impávido zebedeu!
Não vês que assim ficavas
Sabendo mais do que eu ?

E com esta teoria
E com esta benzeria
E com conselhos assim
Eu fiquei como inda sou:
O meu patrão um talento
Ou uma cabeça de vento...
E perdi o meu latim.

FONTES

1 - Periódicos:

A Federação, 1898-1900

A Notícia, 1909.

Correio do Norte, 1906; 1909-1912.

Comércio do Amazonas, 1898.

Jornal do Comércio, 1898/1908/1913/1921.

O Amazonas, 1906.

O Restaurador, 1890.

Tribuna do Caixeiro, 1908-1909.

Revista da Associação dos Comerciantes do Amazonas, janeiro de 1909.

2 – Documentos impressos:

Almanak Laemmert. Anuario comercial, industrial, profissional, administrativo, de estatística e informações gerais sobre o Brasil. Edições para 1921 a 1936.

Anuário estatístico do Brasil de 1908 a 1912. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1916.

Anuário de Manaus, 1913-1914. Lisboa: Tipografia da “A Editora Limitada”, 1913.

Leis, Decretos e Regulamentos. Tomo X (julho a dezembro de 1909). Manaus: Seção de Obras da Imprensa Oficial, 1911.

PRIMEIRO RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comercio do Amazonas. Apresentado em sessão da Assembleia Geral de 08 de Dezembro de 1907. Manaus: Livraria Typographia Royal, 1907.

QUARTO RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1910, apresentado à Assembleia Geral de 15 de janeiro de 1911. Manaus: Tipografia da Livraria Clássica, 1911, 36p.

Rascunho do Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas de 1928. Texto datilografado. 08[s/l], [s/d].

RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1911. Manaus: Tipografia da Livraria Clássica, 1912, 48p.

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1913. Manaus: Sessão de Obras do “Comércio do Amazonas”, 1914, 40p.

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração da administração de 1914 apresentado na Assembleia Geral de 10 de janeiro de 1915. Manaus: Tipografia F. de Queiroz, 1915. 56p.

RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, lido em assembleia geral em 12 janeiro de 1927. Manaus: Oficina e Gráfica da Papelaria Lino Aguiar, 1927. 40p.

RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1929, lido em assembleia geral em 31 de dezembro de 1929. Manaus: Tipografia dos Armazéns Palácio Real, Cesar e Cavalcanti & Cia, 1930. 31p.

RELATÓRIO de Julgados e decisões do STJ do Amazonas para o ano de 1907 – Sessão “Apelação Comercial”. Manaus: Sessão de Obras da Imprensa Oficial, 1911.

RELATÓRIO e contas da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas correspondente ao ano de 1928. Manaus: Armazéns Palácio Real, [1929]. 46p.

SEGUNDO RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comercio do Amazonas relativo ao ano de 1908 apresentado em sessão da Assembleia Geral de

24 de Janeiro de 1909 pelo vice-presidente em exercício Antônio de Vasconcellos. Manaus: Typographia da Livraria Clássica, 1909.

TERCEIRO RELATÓRIO Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas concernente ao ano de 1909 apresentado na Assembleia Geral em 09 janeiro de 1910. Manaus: Tipografia “Palais Royal”, 1910. 39p.

RELATÓRIO da Diretoria da Associação dos Comerciantes Retalhistas apresentado em Assembleia Geral de 28 de dezembro de 1917. Manaus: Oficina e Gráfica da Papelaria Velho Lino, 1918. 15p.

3 - Decretos e leis:

Código de Posturas do Município de Manaus de 1901. Manaus: Imprensa Oficial, 1901.

Código de Posturas do Município de Manaus de 1910. Manaus: Imprensa Oficial, 1910.

Lei Estadual de n. 970, de 27 de setembro de 1918, que considera de utilidade pública a Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - AVELINO, Alexandre Nogueira. **O Patronato amazonense e o mundo do trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas** (1908 – 1919) UFAM, 2008. Tese de mestrado, 161p.
- 2 - BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira – aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). **Revista Mundos do Trabalho**, vol.2, nº4, agosto-dezembro, 2010, p. 218-234.
- 3 - BARROS, José d'Assunção. **Teoria da História**. Princípios e conceitos fundamentais, 2ª Edição, volume 01, Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- 4 - BATALHA, Cláudio (org.) Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. IN: **Identidade e diversidade na formação do operariado**. São Paulo: UNICAMP, 2004.
- 5 – BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária (artigo). IN: XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. *História e identidades*, Recife, 23 a 28 de junho de 1995.
- 6 - BURNS, E. Bradford. **Manaus 1910**: retrato de uma cidade em expansão. Governo do Estado do Amazonas, Manaus: Editora Artenova Ltda. 1966.
- 7 - CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e emancipação**: Um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). Dissertação de Mestrado. Departamento de História/UFAM, 2010, 206p.
- 8 - CAMPOS, Hermenegildo Lopes. **Climatologia Médica do Estado do Amazonas**, Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial. Coleção Hileia Amazônica, vol. 7, 1988.

9 - CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand/Brasil, 1990.

10 - CARVALHO, Marcos Antônio. **Bebendo açai, comendo bacalhau**: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto/Portugal, 2011, 249p.

11 - CAMARA, Bruno Augusto Dornelas. Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira. **Almanack Braziliense**, nº 06, 39, novembro 2007, Universidade Federal de Pernambuco, p.39-53.

12 - COSTA, Francisca Deusa Sena. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: trabalhadores urbanos em Manaus (1890 – 1915) – Dissertação de mestrado, PUC, São Paulo, 1997, 261p.

13 - COSTA, Francisca Deusa Sena. Imprensa operária em Manaus: tendências e discursos (1890-1920), **Revista da APG**, PUC/São Paulo, 1997, ano V, nº 10, p. 133-152.

14 - DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

15 - DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto (1890 – 1920)** – 2ª Edição. Manaus: Valer, 2007.

16 - DUARTE, Paulo Cesar Borges. A fundação e os objetivos dos Clubes Caixeirais no Rio Grande do Sul (1879-1890). Núcleo de documentação Histórica, ICH/UFPel. **História em Revista**, nº 06, dezembro de 2000, p. 1-9.

17 - EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais no final do século XIX e início do século XX: o caso dos portugueses. IN: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, Caxambú/MG, UFPA, de 20 a 24 de setembro de 2010.

18 - FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

19 – FONTES, Edilza Joana Oliveira. **“Preferem-se portugueses (as)”**: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Departamento de História, 2002, 354p.

20 - FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988 (Princípios).

21 - GOMES, Amanda Muzzi. Jacobinos: abordagem conceitual e performática. **Revista Cantareira**, 13ª Edição, UFF, vol. 3, janeiro-junho 2010, p.1-20.

22 - HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920). Brasília: Edunb, 1993.

23 - HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Novos estudos sobre história operária. 3º Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. (Coleção Oficina de História).

24 – HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

25 - JESUS, Ronaldo Pereira. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. **Revista OIDLES**, vol. 1, nº 1 (setembro 2007).

26 - LEONARDI, Vítor e FOOT HARDMAN, Francisco. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2ª Edição. São Paulo: Ática, 1988.

27 - LIMA, Regina Márcia de Jesus. **A Província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado (1852-1889)**. Dissertação de mestrado. UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói/RJ, 1978.

28 – LOUREIRO, Antônio. **A grande crise**. 2ª edição (série Memórias da Amazônia), Manaus: Valer, 2008.

29 - MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros: O mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 – 1917)**. UFPE, Recife: Editora Universitária, Coleção Teses e Dissertações (17), 2011.

30 - MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. **O império colonial de J.G. Araújo e seu legado para a Amazônia (1879 – 1989)**. Monografia. UFAM, Departamento de História, 2010, 45p.

31 - MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Revista Tempo**, UFF, nº 26, 2008, p. 15-31, semestral.

32 - OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de. **A Imigração nordestina na imprensa manauara (1877-1917)**, Dissertação de mestrado, UFAM, Departamento de História, 2010, 145p.

33 - PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**. Letramento e periodismo no Amazonas (1880 – 1920). Dissertação de mestrado, Departamento de História, PUC, São Paulo, 2001, (cap. I, II e IV).

34 – PINHEIRO, Maria Luíza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus 1899 - 1925**. 2 ed. Manaus: Edua, 2003.

35 - PRAIA, Benta Litaiff. Os caixeiros e a crise da borracha na cidade de Manaus (1910-1930). **Revista Fronteiras do Tempo**, vol.1, nº 2, dezembro de 2011, p. 61-77.

36 – PRAIA, Benta Litaiff. **A Crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910 – 1930)**. Dissertação de mestrado. Departamento de História/UFAM, 2010, 165p. Ilustrado.

37 - PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1997.

38 - PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar. **A Imprensa operária no Amazonas**. Manaus: EDUA, vol. 01, 2004 (documentos da Amazônia).

39 – POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**. Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911), São Paulo: Editora UNICAMP, 2007.

40 – POPINIGIS, Fabiane. Caixeiros e operários: relações de trabalho e sociabilidade no Rio de Janeiro no início do século XX. **História Social**. Campinas, São Paulo, nº 8/9, 2001/2002, p. 211-234.

41 – POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixerais e o fechamento de portas no Rio de Janeiro (1850-1912). **Cad. AEL**, vol. 6, nº 10, novembro de 1999, p. 112-143.

42 – SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Casa e balcão**: os caixeiros de Salvador (1890 – 1930). Salvador: EDUFBA, Coleção Nordestina, 2009.

43 - SANTOS, Francisco Jorge dos et alii (org.). **Cem anos de imprensa no Amazonas (1850-1950)**. Catálogo de jornais. 2ª Edição revisada, Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1990.

44 - SILVA JR., Adhemar Lourenço. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas (1854-1940). Estudo centrado no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado, PUC, Departamento de História, Porto Alegre, 2004, 574p.

45 - SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

46 - SILVA, José Lopes da Silva. **Amazonas: aspectos socioeconômicos (1930-1939)**. Manaus: SESC/AM, 1995.

47 - SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

48 - SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1920 a 1930), paper, IN: CONGRESO DE HISTORIA ECONÓMICA DE ZARAGOZA, Sesión: las migraciones a America, 2001. Fac. de Ciencias Económicas y Empresariales (Primeira Versão: Dezembro de 2000).

49 – THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 01. A Árvore da Liberdade, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

50 - WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993 (Estudos Históricos).

51 - VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et ali. **A pesquisa em História**. 4ª edição (Princípios), São Paulo: Ática, 2000.